UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

TESE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

THIAGO DE SOUSA ROSA

Seropédica
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

THIAGO DE SOUSA ROSA

Sob orientação do
Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Seropédica
2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R795p

Rosa, Thiago de Sousa, 1983-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS / Thiago de Sousa Rosa. - Seropédica, 2025.
186 f.: il.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2025.

1. Políticas Públicas. 2. Esporte. 3. Representações Sociais. 4. Baixada Fluminense. I. Naiff, Denis Giovani Monteiro , 1971-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós graduação em Psicologia III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de NívelSuperior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

THIAGO DE SOUSA ROSA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA BAIXADA FLUMINENSE: UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI-UFRRJ), área de Concentração Processos Psicossociais e Coletivos.

.

TESE APROVADA EM 22/08/2025

gov.br Documento assinado digitalmente
DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF
Data: 20/10/2025 15:00:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff, UFRRJ
Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
RICARDO RUFFONI
Data: 31/10/2025 21:31:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Ricardo Ruffoni, UFRRJ
Co-orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA PAULA CUNHA PEREIRA
Data: 30/10/2025 19:36:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Ana Paula Cunha Pereira, UNIFOA

gov.br Documento assinado digitalmente
DIONIZIO MENDES RAMOS FILHO
Data: 23/10/2025 09:35:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Dionizio Mendes Ramos Filho, UERJ

gov.br Documento assinado digitalmente
KLEBER LUIZ ALVES DOS SANTOS GONZAGA
Data: 10/11/2025 15:40:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Kleber Luiz Alves dos Santos Gonzaga, UNIGRANRIO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha família, alicerce de todas as minhas conquistas.

À minha mãe, Rosa Maria, que me ensinou o verdadeiro sentido da obstinação e da resiliência; e ao meu pai, exemplo de ambição e coragem, que sempre me mostrou o valor de sonhar alto e lutar com dignidade pelos meus objetivos.

A todos os membros da minha família, deixo meu reconhecimento pelo apoio, pela compreensão e pela paciência diante das minhas ausências ao longo dessa caminhada.

À minha esposa, Ingrid Espíndola Rosa, minha companheira de vida e de jornada, por estar comigo ombro a ombro em cada desafio, enfrentando com serenidade e amor os percalços que surgiram pelo caminho. Sua presença foi abrigo, inspiração e força.

Aos meus orientadores, professores Denis Naiff e Ricardo Ruffoni, pela orientação segura, pela amizade e pela generosidade intelectual.

Ao amigo Ruffoni, dedico um agradecimento especial, pela referência que sempre foi (e continua sendo) em minha trajetória acadêmica e profissional, e pelo exemplo de ética, compromisso e entusiasmo pela educação.

A Deus, com quem converso na intimidade das minhas orações, pela luz e serenidade que nunca me faltaram.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instituição que abriga meus sonhos e ideais, e à comunidade da Baixada Fluminense, que inspira e dá sentido ao propósito deste trabalho.

Por fim, registro meu reconhecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento ao programa de pós-graduação, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

RESUMO

ROSA, Thiago de Sousa. **Políticas públicas de esporte na baixada fluminense**: um estudo de representações sociais. 2025. 186p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

A presente tese investigou as representações sociais do esporte enquanto política pública na Baixada Fluminense, com base em dois estudos complementares voltados aos proponentes (Estudo A) e beneficiários (Estudo B) dessas políticas. O objetivo foi compreender os sentidos atribuídos ao esporte por diferentes grupos sociais e identificar tensões simbólicas e descompassos entre concepção e expectativa na implementação de políticas públicas na região. O Estudo A consistiu em entrevistas semiestruturadas com 32 participantes envolvidos na gestão e proposição de projetos esportivos. Foram utilizadas a Análise de Conteúdo e a Análise Lexical Estatística, com o apoio do *software* IRAMUTEQ. Os resultados apontaram três eixos centrais nas representações dos gestores: o esporte como ferramenta de transformação social, inclusão e formação ética e disciplinar. Além disso, emergiram tensões simbólicas nos discursos entre as lideranças comunitárias e os gestores públicos, refletindo disputas de sentido e diferentes lógicas de atuação. Dimensões periféricas, como a promoção da saúde e o esporte como filosofia de vida, também apareceram, evidenciando seu papel adaptativo na ressignificação cotidiana da prática esportiva em contextos periféricos. O Estudo B contou com 486 beneficiários de políticas públicas esportivas, utilizando a técnica de evocação livre de palavras, complementada por questionário sociodemográfico. Observou-se que o esporte é associado à saúde, bem-estar e pertencimento. As representações variaram segundo gênero, faixa etária e tempo de participação; mulheres e idosos destacaram aspectos terapêuticos e relacionais, enquanto homens jovens enfatizaram competição e desempenho. Barreiras como transporte insuficiente, escassez de tempo e infraestrutura precária limitaram a adesão, sobretudo, entre os mais vulneráveis. Ainda assim, o esporte foi percebido como espaço de cuidado, identidade e cidadania, apontando para a importância de políticas públicas sensíveis às singularidades dos sujeitos e territórios. A comparação entre os estudos revelou uma dissonância entre os sentidos atribuídos ao esporte. Enquanto os proponentes adotam uma abordagem técnico-gerencial com ênfase em metas estruturais e coletivas, os beneficiários expressam sentidos afetivos, relacionais e cotidianos. Essa divergência impacta diretamente na eficácia das políticas públicas, evidenciando uma lacuna entre o que é planejado e o que é vivido. Conclui-se que é urgente pensar políticas esportivas mais democráticas, com estrutura institucional sólida, financiamento contínuo e escuta ativa das comunidades. O esporte deve ser compreendido não apenas como instrumento de controle social, mas como um direito, um espaço legítimo de emancipação, inclusão e cidadania. Ao iluminar essas tensões, a tese contribui para o aprimoramento das políticas públicas esportivas e para o fortalecimento de ações mais coerentes com as realidades da Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Esporte; Representações Sociais; Políticas Públicas; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

ROSA, Thiago de Sousa. **Public Sports Policies in the Baixada Fluminense: A Study of Social Representations.** 2025. 186 p. Doctoral Dissertation (PhD in Psychology). Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brazil, 2025.

This thesis investigated the social representations of sports as a public policy in Baixada Fluminense, based on two complementary studies focused on the proponents (Study A) and beneficiaries (Study B) of these policies. The objective was to understand the meanings attributed to sports by different social groups and to identify symbolic tensions and mismatches between conception and expectations in the implementation of public policies in the region. Study A consisted of semi-structured interviews with 32 participants involved in the management and proposal of sports projects. Content analysis and statistical lexical analysis were used with the support of IRAMUTEQ software. The results indicated three central axes in the managers' representations: sports as a tool for social transformation, inclusion, and ethical and disciplinary formation. Furthermore, symbolic tensions emerged between the discourses of community leaders and public managers, reflecting disputes over meaning and different logics of action. Peripheral dimensions, such as health promotion and sport as a philosophy of life, also emerged, highlighting their adaptive role in the everyday redefinition of sports practice in peripheral contexts. Study B involved 486 beneficiaries of public sports policies, using the free word recall technique, complemented by a sociodemographic questionnaire. It was observed that sport is associated with health, well-being, and belonging. Representations varied according to gender, age group, and length of participation: women and older adults highlighted therapeutic and relational aspects, while young men emphasized competition and performance. Barriers such as insufficient transportation, lack of time, and poor infrastructure limited participation, especially among the most vulnerable. Even so, sport was perceived as a space for care, identity, and citizenship, highlighting the importance of public policies sensitive to the singularities of individuals and territories. A comparison between the studies revealed a dissonance in the meanings attributed to sport. While the proponents adopt a technical-managerial approach with an emphasis on structural and collective goals, the beneficiaries express affective, relational, and everyday meanings. This divergence directly impacts the effectiveness of public policies, highlighting a gap between what is planned and what is actually experienced. The conclusion is that it is urgent to develop more democratic sports policies, with a solid institutional structure, continuous funding, and active community engagement. Sports must be understood not only as an instrument of social control, but as a right, a legitimate space for emancipation, inclusion, and citizenship. By illuminating these tensions, the thesis contributes to the improvement of public sports policies and the strengthening of actions more consistent with the realities of the Baixada Fluminense region.

Keywords: Sport; Social Representations; Public Policies; Baixada Fluminense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ênfase conceitual por autores **37**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dendograma com a Classificação Hierárquica Descendente dos termos encontrados nos discursos da Pergunta 2.1 ..... **76**
Figura 2: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte (Frequência Mínima = 20) **108**
Figura 3: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre mulheres (Frequência Mínima = 10) **111**
Figura 4: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre homens (Frequência Mínima = 10) **113**
Figura 5: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre jovens adultos (18 a 29 anos) **115**
Figura 6: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre adultos em fase produtiva (30 a 44 anos) **116**
Figura 7: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre adultos maduros (45 a 59 anos) **118**
Figura 8: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre pessoas idosas (60 anos ou mais) **119**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais Desafios na Implementação de Políticas Públicas de Esporte **88**
Gráfico 2: Papéis Atribuídos pelos Proponentes de Políticas Públicas de Esporte **90**
Gráfico 3: Avaliação da Quantidade e da Qualidade da Oferta Pública de Esporte **92**
Gráfico 4: Percepção sobre a Prioridade do Esporte nas Políticas Públicas Locais **94**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico **52**
Tabela 2: Categorização Temática da Análise de Conteúdo (Pergunta 2.1) **75**
Tabela 3: Frequência de Ativação das Categorias Temáticas da Pergunta 2.1 ..... **76**
Tabela 4: Ativação das Categorias por Setor de Atuação **76**
Tabela 5: Categorias Representacionais sobre o Esporte na Baixada Fluminense **83**
Tabela 6: Motivações para Atuação em Políticas Públicas de Esporte – Análise por Variável Sociodemográfica **86**
Tabela 7: Importância atribuída ao projeto pelos participantes **102**
Tabela 8: Principais Dificuldades para Participar do Projeto **103**
Tabela 9: Categorias de Motivos para Participação nos Projetos Esportivos **104**
Tabela 10: Palavras Mais Frequentes **107**
Tabela 11: Palavras Mais Frequentes entre Mulheres **110**

Tabela 12: Palavras Mais Frequentes entre Homens **112**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 12
2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE POLÍTICAS PÚBLICA 12
2.2 DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 14
2.3 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 16
2.4 DIFERENÇAS DE ORIGEM: ESTADOS UNIDOS E EUROPA 17
2.5 A CONTRIBUIÇÃO DE LASSWELL E SIMON 18
2.6 TIPOLOGIAS E DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 19
2.7 TIPOLOGIAS CLÁSSICAS: THEODORE LOWI E SUAS CATEGORIAS 20
2.8 ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 22
2.8.1 Atores Estatais: Papel e Desafios do Gestor Público 22
2.8.2 Atores Privados: Importância do Terceiro Setor 23
2.9 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 24
2.10 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 28
2.10.1 Monitoramento e Indicadores de Desempenho 29
2.11 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL 30
2.11.1 A Evolução Histórica do Esporte como Direito Social no Brasil 30
2.11.2 Estrutura do Sistema Nacional de Esporte 31
2.11.3 Nova Lei Geral do Esporte (LGE): Avanços e Desafios 33
3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 35
3.1 DEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 35
3.2 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA 37
3.3 A "GRANDE TEORIA" DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 41
3.3.1 Objetivação e Ancoragem: Processos de Construção Representacional 42
3.3.2 As Dimensões Discursivas das Representações Sociais 43
3.3.1 Funções das Representações Sociais: Sentido, Orientação e Legitimidade Social 46
3.4 PRINCIPAIS ABORDAGENS NA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 48
3.5 ABORDAGEM ESTRUTURAL: A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL 49
3.5.1 Origem e Fundamentos Epistemológicos 49
3.5.2 O Modelo do Núcleo Central e dos Elementos Periféricos 50
4 OBJETIVOS 55
4.1 OBJETIVO GERAL 55
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 55
5 MÉTODO 56
5.1 ESTUDO A 56
5.1.1 Abordagem da Pesquisa 56
5.1.2 Participantes 57
5.1.3 Coleta de Dados 58
5.1.4 Gravação e Transcrição 58
5.1.5 Análise de Dados 58
5.1.6 Considerações Éticas 60
5.1.7 Critérios de Inclusão 61
5.1.8 Critérios de Exclusão 61
5.2 ESTUDO B 62
5.2.1 Abordagem da Pesquisa 62
5.2.2 Amostra 63
5.2.3 Coleta de Dados 63

5.2.4 Análise de Dados 64
5.2.5 Considerações Éticas 64
5.2.6 Critérios de Inclusão 65
5.2.7 Critérios de Exclusão 65
6 RESULTADOS 66
6.1 ESTUDO A 66
6.1.1 Dados Sociodemográficos 66
6.1.2 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Na sua opinião, o que é o esporte?" 68
6.1.2.1 O Esporte como Ferramenta de Transformação Social 69
6.1.2.2 O Esporte como Inclusão e Acesso 70
6.1.2.3 O Esporte como Disciplina e Formação Ética 71
6.1.2.4 O Esporte como Saúde e Qualidade de Vida 71
6.1.2.5 O Esporte como Filosofia de Vida 72
6.1.2.6 O Esporte como Rendimento e Profissão 73
6.1.2.7 Síntese Representacional 74
6.1.3 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Como você descreve o papel do esporte na região da Baixada Fluminense?" 77
6.1.3.1 Ausência de Políticas Públicas Estruturadas 77
6.1.3.2 Potencial Transformador Não Explorado 78
6.1.3.4 Ação Comunitária como Resistência 79
6.1.3.4 Invisibilidade Territorial 79
6.1.3.5 Esporte como Ideal de Futuro 80
6.1.3.6 Papel Formativo e Educativo 81
6.1.3.7 Em Síntese 81
6.1.4 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Você participou anteriormente como aluno e/ou professor em projetos sociais?" 83
6.1.5 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Quais os motivos que despertaram em você o interesse pela atuação como proponente de políticas públicas de esporte?" 85
6.1.6 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de políticas públicas de esporte na região?" 87
6.1.7 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Qual você acredita ser o seu papel enquanto proponente de políticas públicas de esporte na região?" 88
6.1.8 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: Avaliação da Quantidade e Qualidade da Oferta Pública de Esporte na Região 91
6.1.9 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Na sua opinião, o esporte atualmente é uma prioridade nas políticas públicas locais?" 93
6.1.10 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Cite as políticas públicas de esporte mais relevantes implementadas sob sua gestão" 95
6.2 ESTUDO B 96
6.2.1 Dados Sociodemográficos 96
6.2.2 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública 100
6.2.2.1 Importância atribuída ao projeto pelos participantes 100
6.2.2.2 Dificuldades enfrentadas para participar do projeto 102
6.2.2.3 Motivos para participar dos projetos esportivos 104
6.2.2.4 Tarefa de Evocação Livre 106
6.2.2.5 Participantes do Gênero Feminino 109
6.2.2.6 Participantes do Gênero Masculino 111
6.2.3 Grupos Etários 113
6.2.3.1 Jovens adultos (18 a 29 anos) 114

6.2.3.2 Adultos em fase produtiva (30 a 44 anos) 115
6.2.3.3 Adultos maduros (45 a 59 anos) 117
6.2.3.4 Pessoas idosas (60 anos ou mais) 118
7 DISCUSSÃO 121
7.1 ESTUDO A 121
7.1.1 Análise Representacional 121
7.1.2 Variáveis de Influência Representacional 125
7.1.3 Conclusão da Discussão – Estudo A 129
7.1.4 Limitações do Estudo A 131
7.2 ESTUDO B 132
7.2.1 Perfil Sociodemográfico 132
7.2.2 Importância Subjetiva Atribuída ao Projeto Esportivo 137
7.2.3 Barreiras de Acesso e Permanência em Projetos Esportivos 138
7.2.4 Motivações para a Participação nos Projetos Esportivos 141
7.2.5 Tarefa de Evocação Livre – Representações Sociais do Esporte 144
7.2.6 Participantes do Gênero Feminino 146
7.2.7 Participantes do Gênero Masculino 147
7.2.8 Representações do Esporte por Grupos Etários 149
7.2.8.1 Jovens Adultos (18–29 anos): Esporte como Performance e Reconhecimento 149
7.2.8.2 Adultos em Fase Produtiva (30–44 anos): Equilíbrio entre Saúde e Desempenho 150
7.2.8.3 Adultos Maduros (45–59 anos): Esporte como Vitalidade e Prevenção 150
7.28.4 Idosos (60+): Esporte como Continuidade e Afeto 151
7.2.9 Conclusão da Discussão – Estudo B 151
7.2.10 Limitações do Estudo B 154
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 156
REFERÊNCIAS 159
Anexo I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO A) 170
Anexo II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO B) 173
Anexo III - INSTRUMENTO DE PESQUISA (ESTUDO A) 176
Anexo IV - INSTRUMENTO DE PESQUISA (ESTUDO B) 179
Anexo V - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 183

1 INTRODUÇÃO

O esporte desempenha um papel significativo enquanto fenômeno social, exercendo influência em diversos aspectos da vida das pessoas, desde a saúde e bem-estar individual até o desenvolvimento social e cultural de comunidades inteiras. Nesse contexto, a Baixada Fluminense desponta como uma região de grande relevância, dada a sua densa população e a presença de uma série de desafios socioeconômicos.

O presente trabalho teve como objetivo investigar as representações sociais do esporte na Baixada Fluminense, enquanto elemento de políticas públicas, e seus pontos de tensão, analisando as variações entre os diferentes atores sociais envolvidos, divididos, principalmente, em dois grupos: proponentes e beneficiários de políticas públicas de esporte, personagens ocupantes de papéis, eu diria, mais complementares que antagônicos.

O ponto de partida dessa análise consistiu em investigar a natureza representacional do esporte para os proponentes, sejam eles agentes públicos, lideranças do terceiro setor, coordenadores de projetos ou gestores de instituições relacionadas ao esporte e atuantes na Baixada Fluminense. Foram realizadas entrevistas, com roteiro semiestruturado, buscando compreender como os entrevistados percebem o esporte, suas concepções, crenças e expectativas relacionadas e a influência de elementos intrapessoais, interpessoais, posicionais e ideológicos na representação do objeto.

Em sequência, foi investigado a estrutura representacional do esporte para os beneficiários, através da aplicação da tarefa de Evocação Livre de Palavras, acompanhada de um questionário. A partir da representação social coletada junto a esse grupo, foi possível a reflexão do papel social do esporte enquanto política pública e a identificação de lacunas entre as percepções e expectativas dos beneficiários e o papel conceitual do esporte.

A comparação entre os dois grupos coletados, proponentes e beneficiários, também possibilitou identificar pontos de tensão simbólica e diferenças determinantes entre os grupos. Esse diagnóstico possibilitou reflexões a respeito de variáveis sociais capazes de influenciar na formação da representação social, além de evidenciar a grave dissonância entre o que se propõe, e o que se espera enquanto política pública de esporte.

O interesse pelo tema proposto surge a partir da minha vivência profissional e acadêmica na Baixada Fluminense, como servidor público, aluno e técnico desportivo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente, ocupando a função de Diretor do Departamento de Esporte e Lazer (DEL/PROEXT), encontro-me diretamente envolvido na

promoção de ações extensionistas de Esporte e Lazer nos campus da UFRRJ e em outros locais da Baixada.

Cabe destacar, aqui, o papel central que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) desempenha na Baixada Fluminense, sendo não apenas a Universidade Federal mais antiga da região, mas também uma das instituições mais ativamente comprometidas com o desenvolvimento local. A UFRRJ mantém uma relação histórica e profunda com a comunidade, refletida no perfil de seu alunado, majoritariamente composto por moradores da região.

Por meio de ações extensionistas, a universidade cumpre sua missão social ao levar inovação, conhecimento científico e oportunidades diversas aos municípios da Baixada. A extensão universitária, nesse contexto, atua como uma ponte vital entre o saber acadêmico/científico e as demandas sociais. Assim, reafirmando seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de alternativas concretas para o enfrentamento das desigualdades históricas da região.

Nesse contexto, tive a oportunidade, ao longo da minha trajetória, de vivenciar diferentes papéis na relação com as políticas sociais de esporte: como beneficiário, depois como professor, coordenador e, atualmente, como proponente. Essa múltipla experiência me permitiu reconhecer hoje, aspectos importantes de cada uma dessas vivências refletidos nas minhas decisões e práticas.

No momento, atuo na formulação e gestão de diferentes iniciativas na região, o que me possibilita observar como minhas percepções sobre o campo esportivo e sobre o próprio objeto "esporte" se transformaram a partir das mudanças de posição que ocupei. Essas vivências e transformações cotidianas me inspiram a refletir criticamente sobre o tema, influenciando diretamente o planejamento e a execução das ações que coordeno e despertando inquietações e questionamentos constantes acerca dos diversos aspectos que permeiam a construção de significados que atuam sobre o interesse e a oferta do esporte na região.

Diante desse cenário, esperamos que os resultados deste estudo possam contribuir em três frentes principais: na ampliação da compreensão sobre o fenômeno esportivo; no planejamento e implementação de políticas públicas de esporte mais eficazes e socialmente alinhadas; e na identificação de variáveis que influenciam a estrutura das representações sociais, especialmente sobre o esporte, entre diferentes grupos sociais.

Ao lançar luz sobre as percepções e expectativas tanto dos proponentes quanto dos beneficiários, esta pesquisa busca não apenas evidenciar as lacunas existentes nas políticas públicas atuais, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos que possam orientar ações futuras mais sensíveis às dinâmicas sociais da região. Assim, a presente investigação se insere

no esforço contínuo de fortalecer o diálogo entre o poder público e a sociedade, reafirmando o papel transformador do esporte e da política social no desenvolvimento comum.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O debate sobre políticas públicas no Brasil transcende a simples noção de programas governamentais, adentrando a complexa arena em que Estado, sociedade civil e mercado interagem para moldar a vida coletiva. Compreender o campo das políticas públicas exige a articulação de múltiplas dimensões – conceituais, históricas, institucionais e práticas – que expressam as tensões, disputas e consensos constitutivos da dinâmica social. Neste capítulo, propõe-se uma incursão crítica sobre os principais fundamentos, processos e agentes que configuram o universo das políticas públicas no contexto brasileiro.

A trajetória das políticas públicas revela não apenas respostas técnicas a problemas sociais, mas também escolhas políticas impregnadas de valores, interesses e ideologias. Ao analisar suas dimensões, tipologias, fases de desenvolvimento e atores envolvidos, torna-se possível visualizar o caráter dinâmico e contestado da ação pública, bem como as dificuldades históricas de institucionalizar práticas voltadas para o bem comum em um país de profundas desigualdades sociais e regionais.

Este capítulo dedica-se, portanto, a construir um arcabouço teórico-conceitual que permita compreender o papel das políticas públicas na formação da cidadania, no enfrentamento das desigualdades e na promoção de direitos sociais. A partir dessa base analítica, será possível, nos capítulos seguintes, aprofundar a reflexão sobre as políticas públicas de esporte e seu lugar no projeto democrático e inclusivo brasileiro.

2.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE POLÍTICAS PÚBLICA

O termo “políticas públicas” carrega uma complexidade teórica intrínseca que reflete a dinâmica multifacetada da relação entre Estado, sociedade e mercado. Em sua essência, políticas públicas referem-se a um conjunto de decisões e ações organizadas pelos poderes públicos para enfrentar problemas coletivos, moldar a vida social e promover o bem comum (Secchi, 2012). Sua natureza, no entanto, transcende uma simples resposta governamental a demandas sociais, envolve uma teia complexa de interesses, negociações, disputas simbólicas e construções normativas.

Etimologicamente, a expressão “políticas públicas” combina duas dimensões fundamentais. A dimensão “política” deriva do termo grego “*polis*”, remetendo à organização e à gestão da vida em coletividade. Já o adjetivo “público” refere-se ao que é de interesse comum, ou seja, àquilo que extrapola o âmbito privado dos indivíduos e das corporações para

se inscrever no campo da coletividade (Agum, Riscado & Menezes, 2015). Assim, políticas públicas são ações, programas e diretrizes elaboradas para tratar questões que concernem ao conjunto da sociedade.

Apesar de a etimologia de "políticas públicas" remeter diretamente à ideia de ações coletivas para a organização da sociedade, é necessário reconhecer que essa expressão carrega em si tensões e contradições históricas. Nesse sentido, a crítica formulada por Saviani, ao refletir sobre o termo, é particularmente instigante:

> A denominação política social sugere a existência de políticas que não são sociais. Isto se agrava com a denominação correlata adotada em alguns locais, de políticas públicas, o que sugere, então, a existência de políticas privadas. Procurando entender a razão dessa denominação, me ocorreu que, na verdade, ela traduz já uma confissão tácita do caráter antissocial da economia. E, sendo a política econômica antissocial, é preciso constituir políticas que compensem o caráter antissocial da economia e que são denominadas políticas sociais. O caráter antissocial da política econômica está ligado ao caráter privado da economia. Uma economia centrada na propriedade privada, se organiza e se desenvolve segundo os interesses privados. Consequentemente, a partir daí, é possível entender a denominação de políticas públicas para as políticas chamadas "sociais" (Saviani *apud* Chrispino, 2016, p. 16).

Essa leitura crítica evidencia que o termo "políticas públicas" não é apenas técnico ou neutro, mas traduz relações sociais profundas. Ele expressa, ainda que de forma tácita, a necessidade de corrigir os efeitos excludentes de uma economia orientada majoritariamente por interesses privados. Assim, ao mesmo tempo em que busca garantir direitos coletivos, a política pública emerge como resposta a uma lógica econômica que, muitas vezes, gera desigualdades estruturais. Reconhecer essa tensão é fundamental para compreender que as políticas públicas não apenas administram necessidades sociais, mas também operam no interior de conflitos e disputas por redistribuição de poder e recursos.

A complexidade do conceito emerge quando consideramos que políticas públicas não se limitam à implementação de soluções técnicas para problemas sociais. Como destaca Dye (2013), políticas públicas são tanto o que os governos escolhem "fazer" quanto o que decidem "não fazer". Este aspecto evidencia que as ações (ou omissões) estatais são atravessadas por interesses políticos, escolhas de prioridades, disputas de poder e representatividade.

Outro ponto crucial para a apreensão do conceito é a sua natureza simbólica. De acordo com Secchi, Coelho & Pires (2020), as políticas públicas carregam tanto um "conteúdo concreto", representado pelos programas, leis, serviços e estruturas implementadas, quanto um "conteúdo simbólico", que abarca as mensagens, valores e sentidos que essas ações comunicam para a sociedade. Assim, uma política pública não apenas intervém materialmente na realidade,

mas também constrói representações sobre o que é considerado problema público, quem é reconhecido como sujeito de direitos, e quais soluções são socialmente desejáveis.

Saviani (*apud* Chrispino, 2016) oferece uma contribuição única ao refletir sobre a tensão entre "políticas sociais" e "políticas públicas", indicando que a necessidade de políticas "públicas" emerge precisamente da insuficiência de uma economia centrada nos interesses privados. Assim, a existência de políticas públicas seria uma resposta à natureza antissocial das dinâmicas econômicas capitalistas, buscando equilibrar a tensão entre privado e coletivo.

Definir políticas públicas implica reconhecer sua natureza multidimensional, como ações técnicas e políticas, concretas e simbólicas, que emergem de disputas sociais e moldam as relações entre Estado, mercado e sociedade. Essa compreensão ampla e crítica fundamenta a análise que se seguirá ao longo deste capítulo.

Em suma, o conceito de políticas públicas, longe de ser unívoco, revela-se multifacetado, carregado de tensões históricas e simbólicas que envolvem escolhas políticas, interesses sociais e disputas de poder. Compreendê-las apenas como respostas administrativas a problemas sociais seria reduzir sua complexidade. Elas são construções sociais que incorporam valores, ideologias e relações de força.

Diante dessa pluralidade, torna-se necessário aprofundar a análise das diferentes dimensões que estruturam as políticas públicas, institucionais, processuais e materiais, e como essas dimensões se articulam no interior dos processos políticos e sociais. A seguir, exploraremos as principais tipologias analíticas que auxiliam na compreensão dessa complexa dinâmica de formulação e implementação das políticas públicas.

2.2 DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão das políticas públicas exige atenção às múltiplas dimensões que compõem sua formulação, implementação e avaliação. Diversas correntes teóricas buscaram categorizar essas dimensões, enfatizando a interação entre aspectos institucionais, processuais e materiais. Autores como Frey (2000) e Couto & Arantes (2006), embora partam de enfoques distintos, oferecem abordagens complementares, especialmente relevantes em contextos desiguais como o brasileiro. Este item examina essas principais dimensões, destacando seus fundamentos e contribuições para uma leitura crítica das políticas públicas.

A dimensão institucional, ou política constitucional (*polity*), refere-se à base legal, normativa e organizacional que estrutura a ação do Estado. Segundo Frey (2000), abrange regras formais, arranjos institucionais e princípios constitucionais que delimitam a atuação dos

agentes políticos. Couto & Arantes (2006) complementam ao caracterizá-la como as “regras do jogo”, definindo quem decide, como decide e com quais limites. Inclui a Constituição, leis estruturantes, divisão de poderes e direitos fundamentais, funcionando como o marco legítimo para a formulação e implementação das políticas públicas.

A Constituição de 1988 exemplifica, no Brasil, a dimensão institucional ao consolidar direitos sociais, definir competências dos entes federativos e instituir mecanismos participativos, como os conselhos de políticas públicas. Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), tais estruturas moldam não só o conteúdo das políticas, mas também quem as formula e como são implementadas. Importa ressaltar que essa dimensão não é neutra, pois reflete correlações históricas de poder. Assim, compreender a *polity* implica analisar os condicionantes estruturais que viabilizam ou limitam determinadas agendas, sendo fundamental para uma leitura crítica das políticas públicas.

A dimensão processual, ou política competitiva (*politics*), diz respeito às disputas, negociações e deliberações que permeiam todo o ciclo das políticas públicas. Diferente dos marcos formais da dimensão institucional, essa esfera trata da arena onde interesses conflitantes se enfrentam para influenciar decisões (Frey, 2000). Couto & Arantes (2006) a definem como a prática política em si: debates, eleições, coalizões, disputas por prioridades e construção de consensos ou conflitos. Em democracias, essa dimensão se expressa na escolha de representantes, nas articulações parlamentares e na atuação de grupos de pressão, mídia e sociedade civil.

A dimensão processual revela que políticas públicas resultam de correlações de forças, e não de escolhas técnicas neutras. Como afirma Dye (2013), o que o governo decide “fazer” ou “não fazer” reflete interesses e relações de poder em disputa. Assim, políticas públicas são moldadas por estratégias, negociações e concessões entre atores com diferentes níveis de influência. Kingdon (2003) complementa essa visão ao destacar que mudanças políticas ocorrem quando há convergência entre os fluxos de problemas, soluções e política, as chamadas “janelas de oportunidade”. Compreender essa dimensão é essencial para analisar como determinadas pautas ganham prioridade e quais grupos conseguem ter suas demandas reconhecidas.

No Brasil, a dimensão processual é especialmente significativa diante da complexidade do sistema político, da fragmentação partidária e da forte presença de interesses corporativos e regionais na formulação das políticas públicas. Como observa Souza (2006), compreender essas políticas exige considerar a atuação de “atores políticos em competição constante”, em um

cenário onde coalizões, barganhas e acordos informais frequentemente determinam os rumos das decisões governamentais.

A dimensão material, ou *policy*, refere-se ao conteúdo concreto das políticas públicas: programas, ações, serviços e seus impactos sociais (Frey, 2000; Couto & Arantes, 2006). Trata-se da tradução das decisões políticas em práticas que transformam a realidade. Segundo Frey (2000), essa dimensão inclui tanto as mudanças institucionais promovidas quanto os bens e serviços produzidos, regulados ou redistribuídos. Analisá-la implica examinar o que foi feito, como, para quem e com quais efeitos.

Couto (2005) observa que, embora a dimensão material dependa das bases institucionais (*polity*) e do processo político (*politics*), ela possui relativa autonomia analítica, pois permite avaliar os efeitos das políticas sem reduzi-los às intenções originais dos formuladores. Muitas vezes, políticas públicas geram efeitos não previstos ou se transformam na implementação, os chamados "efeitos perversos" ou "resultados não intencionais", como já apontava Merton (1936).

Ainda conforme a abordagem de Dunn (2015), a análise da dimensão material deve considerar:

- Efetividade: a política atingiu os objetivos previstos?
- Eficiência: a relação entre custos e benefícios foi adequada?
- Equidade: os resultados promoveram justiça social e redução de desigualdades?
- Sustentabilidade: os efeitos positivos são duradouros?

Esses critérios mostram que a dimensão material vai além da verificação da execução, exigindo uma avaliação crítica do alcance e dos efeitos das políticas públicas. No Brasil, especialmente em áreas como saúde, educação, esporte e lazer, essa análise é crucial para entender o descompasso entre promessas políticas e mudanças reais. Como destaca Bresser-Pereira (2008), muitas políticas enfrentam um "déficit de implementação", com ações que não se concretizam ou se realizam de forma desigual no território. Assim, a dimensão material evidencia o impacto concreto das políticas na vida dos cidadãos, sendo essencial para julgar sua legitimidade e eficácia.

2.3 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo das políticas públicas, como campo de estudo e prática sistemática, é relativamente recente na história das ciências sociais. Embora o Estado já formulasse ações

públicas desde a Antiguidade, foi apenas no século XX, especialmente a partir da década de 1950, que as políticas públicas passaram a ser pensadas como um objeto específico de análise científica (Lasswell, 1951).

Nos Estados Unidos, o campo das políticas públicas surgiu com uma orientação pragmática voltada à resolução de problemas sociais concretos. Harold D. Lasswell, considerado o "pai" da disciplina, propôs em "The Policy Orientation" (1951) uma abordagem interdisciplinar, unindo ciência política, economia, sociologia, psicologia e direito, com o objetivo de tornar o processo decisório mais eficiente, democrático e racional. Complementarmente, Herbert Simon (1957), em "Administrative Behavior", desafiou a noção de racionalidade plena ao introduzir o conceito de "racionalidade limitada", segundo o qual os formuladores de políticas tomam decisões com base em informações incompletas e capacidades cognitivas restritas. Essa perspectiva inaugurou uma abordagem mais realista do comportamento dos atores públicos diante da complexidade dos problemas sociais.

Na Europa, o desenvolvimento das políticas públicas foi fortemente influenciado pelo Estado de Bem-Estar Social, com foco na garantia de direitos sociais universais, por meio da ação estatal reguladora e redistributiva. Essa tradição consolidou uma visão normativa, centrada na promoção da justiça social e na redução das desigualdades (Esping-Andersen, 1990). Diferente da abordagem pragmática e instrumental dos Estados Unidos, voltada à eficiência decisória, a perspectiva europeia associou as políticas públicas a valores de solidariedade e cidadania, distinção que ainda marca a diversidade teórica e prática do campo.

No Brasil, a recepção do campo das políticas públicas começou a ganhar força a partir da redemocratização na década de 1980, quando a Constituição de 1988 introduziu o conceito de direitos sociais e ampliou a responsabilidade do Estado em áreas como saúde, educação, esporte e lazer. O país, porém, incorporou influências tanto da tradição pragmática norte-americana quanto da tradição normativa europeia, desenvolvendo uma abordagem híbrida que reflete suas particularidades históricas e institucionais (Souza, 2006).

Assim, compreender o surgimento e a evolução das políticas públicas é fundamental para analisar as múltiplas lógicas que informam sua construção e implementação, bem como os desafios e tensões que perpassam sua trajetória nos diferentes contextos históricos.

2.4 DIFERENÇAS DE ORIGEM: ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O campo das políticas públicas se consolidou de forma distinta, refletindo tradições políticas e culturais divergentes dos EUA e Europa, que moldam até hoje suas abordagens

conceituais e práticas. Nos EUA, o pragmatismo e a busca por eficiência administrativa predominaram, com foco na análise racional de problemas sociais e na formulação de soluções técnicas voltadas à melhoria do processo decisório, sem romper com as estruturas sociais existentes (Lasswell, 1951; Simon, 1957).

Nos Estados Unidos, a orientação pragmática se traduziu na ênfase em métodos quantitativos, análises de custo-benefício e avaliação de impacto, priorizando o "como" implementar políticas eficientemente, em detrimento do "por quê" ou "para quem". Na Europa, por outro lado, especialmente no pós-guerra, o desenvolvimento das políticas públicas esteve ligado à consolidação do Estado de Bem-Estar Social, concebendo-as como instrumentos de equidade, inclusão e proteção contra os riscos do mercado. Nesse contexto, saúde, educação e seguridade foram reconhecidos como direitos universais e deveres do Estado (Esping-Andersen, 1990).

Essa matriz normativa favoreceu uma abordagem crítica das políticas públicas, centrada em justiça social, redistribuição de renda e igualdade de oportunidades. As análises combinavam métodos quantitativos e qualitativos, visando captar não só a eficiência, mas também os efeitos distributivos e simbólicos das políticas.

Essa diferença entre uma abordagem pragmática e instrumental (Estados Unidos) e uma abordagem normativa e distributiva (Europa) permanece viva nos debates contemporâneos sobre políticas públicas. No Brasil, essas tradições se entrecruzaram de maneira singular, conformando um campo de políticas públicas que, embora preocupado com a eficiência administrativa, é também profundamente atravessado por demandas de justiça social, participação cidadã e combate às desigualdades (Souza, 2006; Secchi, 2012).

Portanto, reconhecer essas distinções históricas e epistemológicas é essencial para compreender a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que configuram o estudo e a prática das políticas públicas na atualidade.

2.5 A CONTRIBUIÇÃO DE LASSWELL E SIMON

O surgimento do campo das políticas públicas como disciplina acadêmica estruturada deve muito às contribuições pioneiras de Harold D. Lasswell e Herbert A. Simon. Ambos foram fundamentais para definir os contornos analíticos, metodológicos e normativos do que viria a ser conhecido como "análise de políticas públicas".

Harold Lasswell (1951) é frequentemente considerado o "pai" da análise de políticas públicas moderna. Ele propôs que o estudo das políticas deveria ser orientado por uma

perspectiva interdisciplinar e voltada para a solução prática de problemas sociais. Em sua concepção, o conhecimento deveria ser colocado a serviço da democracia, e a pesquisa em políticas públicas deveria buscar ser simultaneamente empírica (descrevendo a realidade) e normativa (propondo alternativas melhores).

Lasswell introduziu a ideia do ciclo de políticas públicas como um processo contínuo que inclui fases de identificação de problemas, formulação de soluções, decisão, implementação e avaliação. Esse modelo, ainda hoje muito utilizado, permite visualizar o percurso das ações públicas e facilita a intervenção estratégica em diferentes etapas do processo decisório.

Por sua vez, Simon (1957) trouxe contribuições decisivas para o entendimento dos processos de decisão no interior das organizações e da administração pública. Sua teoria da "racionalidade limitada" criticou o ideal de decisão perfeitamente racional proposto pelos modelos clássicos de administração. Simon argumentou que, na prática, os tomadores de decisão operam com informação incompleta, tempo restrito e capacidades cognitivas limitadas. Portanto, as decisões políticas são sempre "satisfatórias" (*satisficing*), mas raramente "ótimas".

Essa perspectiva inaugurou uma abordagem mais realista da análise de políticas públicas, reconhecendo os constrangimentos institucionais, cognitivos e sociais que moldam as escolhas políticas. A partir dela, abriu-se espaço para a incorporação de análises sobre o comportamento dos atores políticos, as negociações entre interesses conflitantes e a influência dos contextos institucionais.

Ambos os autores, cada qual a seu modo, foram fundamentais para estabelecer as bases metodológicas e conceituais que sustentam até hoje o campo das políticas públicas. Suas ideias ajudaram a consolidar o entendimento de que o Estado não é uma "caixa-preta" homogênea, mas sim um espaço de disputas, decisões situadas e práticas contingentes.

2.6 - TIPOLOGIAS E DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante da diversidade de estratégias e instrumentos utilizados pelos governos para enfrentar problemas sociais, torna-se essencial classificar sistematicamente as políticas públicas. As tipologias permitem agrupar políticas conforme suas características, como o tipo de problema abordado, a natureza da intervenção estatal ou seus efeitos sociopolíticos. As dimensões analíticas, por sua vez, destacam os componentes fundamentais do fenômeno: a estrutura institucional, os processos de formulação e os impactos sociais produzidos.

Essas classificações são fundamentais para:

- entender como diferentes tipos de políticas mobilizam diferentes atores, recursos e arenas de decisão;
- analisar os desafios específicos da implementação e da avaliação em cada caso;
- compreender os efeitos distributivos e simbólicos que políticas distintas tendem a gerar.

Entre as tipologias mais influentes, destaca-se a proposta de Lowi (1972), que classifica as políticas públicas em distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Essa categorização evidencia como diferentes tipos de política moldam os padrões de conflito político, estratégias de mobilização de interesses e arranjos institucionais. As tipologias, portanto, oferecem um instrumento analítico relevante para compreender a natureza e os efeitos das ações estatais.

No plano das dimensões analíticas, autores como Frey (2000) e Couto & Arantes (2006) estruturam o campo das políticas públicas em três eixos: institucional (*polity*), processual (*politics*) e material (*policy*). Essa abordagem permite decompor o fenômeno político em aspectos estruturais, dinâmicos e substantivos, oferecendo uma chave interpretativa poderosa para compreender o comportamento estatal, suas consequências sociais e a legitimidade das políticas implementadas.

2.7 TIPOLOGIAS CLÁSSICAS: THEODORE LOWI E SUAS CATEGORIAS

O estudo das políticas públicas exige uma compreensão refinada das diferenças entre os tipos de ação estatal. Nesse sentido, a contribuição de Lowi (1972) é seminal. Ao propor sua famosa tipologia, Lowi enfatizou que “as políticas determinam a política”, ou seja, o tipo de política adotada molda os padrões de disputa política, o comportamento dos atores e as formas de exercício do poder.

Sua classificação distingue quatro categorias principais de políticas públicas:

a) Políticas Distributivas

As políticas distributivas visam conceder benefícios a grupos ou setores específicos da sociedade, sem necessariamente afetar outros grupos. Trata-se, muitas vezes, da alocação de bens públicos ou incentivos para áreas particulares, como financiamento de projetos culturais, construção de infraestrutura ou concessão de bolsas de estudo. Segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), esse tipo de política tende a gerar baixo conflito político, pois os custos são amplamente diluídos na sociedade enquanto os benefícios são concentrados.

b) Políticas Redistributivas

As políticas redistributivas buscam reequilibrar a distribuição de recursos, renda ou poder na sociedade, transferindo benefícios de determinados grupos para outros. Exemplo emblemático no Brasil é o Programa Bolsa Família. Como observa Secchi (2012), esse tipo de política tende a gerar maiores conflitos políticos, pois envolve alteração direta de interesses e posições sociais já estabelecidas.

c) Políticas Reguladoras

As políticas reguladoras visam controlar comportamentos individuais e coletivos, estabelecendo regras, restrições e padrões de conduta. Incluem legislações sobre proteção ambiental, regulação de serviços públicos, normas de segurança do trabalho, entre outras. Conforme Lowi apontou, essas políticas frequentemente provocam *lobbies* intensos e disputas jurídicas, já que afetam diretamente a liberdade de ação de indivíduos e empresas.

d) Políticas Constitutivas (ou Constituintes)

As políticas constitutivas dizem respeito à organização do próprio Estado e de seus mecanismos de poder: criação de novos órgãos públicos, definição de competências, mudanças constitucionais. São, assim, políticas que moldam o "jogo político" ao estabelecer as regras de funcionamento das instituições. Agum, Riscado & Menezes (2015) destacam que essas políticas, embora pareçam de fundo técnico, carregam forte conteúdo simbólico e ideológico.

Além de sua precisão classificatória, a tipologia de Lowi desempenha um papel fundamental na compreensão da dinâmica política que subjaz às políticas públicas. Ao identificar que diferentes tipos de políticas mobilizam distintos padrões de conflito, negociação e disputa de poder, Lowi (*apud* Agum, Riscado & Menezes, 2015) proporciona um instrumental analítico valioso para desvendar a complexidade do processo decisório no âmbito estatal. A distinção entre políticas distributivas, redistributivas, reguladoras e constitutivas não apenas organiza empiricamente os objetos de estudo, mas também revela as estruturas de interesse, os alinhamentos políticos e as tensões sociais envolvidas em sua formulação e implementação.

Assim, a tipologia de Lowi ultrapassa o mero exercício classificatório: ela permite compreender como diferentes formas de política exigem diferentes arranjos institucionais, padrões de governança e estratégias de mobilização social. Essa leitura é particularmente relevante para a análise das políticas públicas de esporte, objeto desta tese, uma vez que tais políticas, conforme seu desenho e seus objetivos, podem assumir características distributivas (ex.: ampliação do acesso ao esporte de base), redistributivas (ex.: programas para populações vulneráveis), reguladoras (ex.: regulamentação de práticas esportivas) ou mesmo constitutivas (ex.: estruturação legal do Sistema Nacional do Esporte). Portanto, a tipologia proposta por

Lowi será um referencial importante para a reflexão crítica e a categorização das ações analisadas nos estudos empíricos que compõem esta investigação.

Embora críticas posteriores apontem que, na prática, muitas políticas combinam elementos de várias categorias, a classificação de Lowi permanece uma referência essencial para o estudo das políticas públicas contemporâneas, inclusive no contexto brasileiro.

2.8 ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção e implementação das políticas públicas são processos marcados por negociação, conflito e interação entre diversos atores sociais, estatais e privados. Esses agentes, com diferentes interesses, capacidades e posições institucionais, influenciam as direções das políticas ao longo de todo seu ciclo, imprimindo sentidos materiais e simbólicos às ações públicas (Peters, 2018a).

Compreender as relações de poder entre esses atores é essencial para analisar o funcionamento das políticas públicas. Gestores, formuladores, organizações da sociedade civil, fundações e movimentos sociais atuam em redes que podem tanto colaborar quanto tensionar os objetivos públicos. Este item examina o papel desses sujeitos, com foco especial no gestor público e no papel emergente do Terceiro Setor como agente estruturante do espaço público contemporâneo.

2.8.1 Atores Estatais: Papel e Desafios do Gestor Público

A compreensão das políticas públicas passa pelo reconhecimento do papel central dos atores estatais, especialmente do gestor público, cuja atuação vai além da execução administrativa, envolvendo a articulação estratégica entre demandas sociais, prioridades políticas e limites institucionais (Rodrigues, 2011). Como mediador entre Estado e sociedade, o gestor público mobiliza competências técnicas, políticas e éticas ao longo das etapas do ciclo de políticas, considerando as especificidades das esferas federativas e áreas temáticas.

No âmbito municipal, o gestor público enfrenta desafios intensificados por sua posição na linha de frente da relação Estado-população. Conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988, Art. 30, VIII), é responsabilidade dos municípios ordenar o território e prestar serviços essenciais, como políticas de esporte e lazer. Nesse cenário, o gestor lida com demandas diretas, escassez de recursos e limitações administrativas. Especificamente no campo esportivo, a falta de formação técnica, apontada por Starepravo, Nunes & Marchi Junior (2009), resulta em

práticas desarticuladas e vulneráveis ao clientelismo, comprometendo a efetividade e o potencial inclusivo dessas políticas.

Nos níveis estadual e federal, os gestores enfrentam desafios mais complexos, que exigem coordenação intergovernamental, gestão de programas de grande escala e articulação de interesses regionais diversos (Rodrigues, 2011; Sachs, Lopes & Dowbor, 2010). As políticas esportivas, por exemplo, são integradas a agendas mais amplas de desenvolvimento social e requerem uma abordagem intersetorial.

Um ponto central nesse debate é a distinção entre políticas públicas de governo e de Estado. Enquanto as primeiras estão sujeitas aos ciclos eleitorais e à lógica identitária dos mandatos, as segundas buscam garantir direitos duradouros e estabilidade institucional. Cabe ao gestor público atuar para assegurar a continuidade das políticas essenciais, resistindo às pressões conjunturais e contribuindo para sua consolidação como ações permanentes e apartidárias (Rodrigues, 2011).

No campo do esporte e lazer, consolidar políticas de Estado é essencial para assegurar o acesso equitativo às práticas esportivas como direito social, conforme o Art. 217 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Isso implica que o gestor vá além da execução pontual de programas, atuando na construção de redes sustentáveis que promovam inclusão e permanência. Compreender seu papel é crucial, pois sua atuação, marcada por tensões institucionais e interesses diversos, exige competência técnica, sensibilidade social e compromisso ético com o bem público.

2.8.2 Atores Privados: Importância do Terceiro Setor

A emergência do Terceiro Setor como ator estratégico no campo das políticas públicas reflete uma reconfiguração das fronteiras tradicionais entre Estado, mercado e sociedade civil. Composto por organizações sem fins lucrativos que atuam em defesa de interesses coletivos, como associações, fundações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), o Terceiro Setor ocupa um espaço de articulação entre a ação estatal e as demandas sociais não plenamente atendidas pelo mercado ou pelo governo (Drucker, 1997; Tenório, 1999).

No Brasil, o Terceiro Setor ganhou relevância a partir dos anos 1990, impulsionado pela descentralização administrativa e fortalecimento das redes de proteção social. A Lei nº 9.790/1999 (Brasil, 1999), ao regulamentar as OSCIPs, consolidou seu papel como parceira do Estado na execução de políticas públicas, promovendo uma lógica de corresponsabilidade e

valorizando sua atuação como agente de inovação, participação democrática e cidadania (Junqueira, 1996). Contudo, essa atuação não está isenta de tensões: embora o setor contribua com soluções inovadoras e maior capilaridade, enfrenta desafios como assimetrias de poder, precarização dos vínculos de trabalho e riscos de instrumentalização política (Teixeira, 2002).

A crítica à atuação do Terceiro Setor reside no risco de que o Estado delegue funções sociais essenciais sem garantir suporte estrutural, ameaçando os princípios de universalidade e equidade das políticas públicas. Soma-se a isso a heterogeneidade interna do setor, que abriga desde movimentos sociais comprometidos com a transformação até fundações empresariais com agendas particulares. Como alerta Montaño (2002), algumas organizações, sob o discurso altruísta, podem reproduzir práticas clientelistas ou interesses corporativos.

Assim, o Terceiro Setor se apresenta como um ator estratégico nas políticas públicas contemporâneas, ainda que envolto em desafios analíticos e práticos que demandam constante vigilância crítica. É essencial compreendê-lo em toda sua complexidade, reconhecendo simultaneamente seu potencial democratizante e os riscos de fragmentação, cooptamento e transferência indevida de responsabilidades do Estado.

2.9 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão do ciclo de políticas públicas é central para a análise do funcionamento e da eficácia das ações estatais. Mais do que uma sequência linear de etapas, o ciclo revela-se como um processo dinâmico, permeado por disputas políticas, reinterpretações sociais e ajustes contínuos. Estudar suas fases permite entender como demandas sociais se transformam (ou não) em ações concretas de governo, e como, ao longo desse percurso, decisões são mediadas por interesses, contextos e contingências.

Conforme diversos autores clássicos do campo, como Dye (2013) e Howlett e Ramesh (2006), o ciclo de políticas públicas é convencionalmente dividido em cinco grandes fases: (i) definição da agenda; (ii) formulação das alternativas; (iii) adoção da política; (iv) implementação; e (v) avaliação dos resultados. Embora apresentadas de forma sequencial para fins analíticos, essas fases frequentemente se sobrepõem, retroalimentam-se ou mesmo ocorrem de maneira não linear na prática governamental.

A definição da agenda inaugura o ciclo das políticas públicas e concentra os principais confrontos políticos e simbólicos. É quando certos problemas sociais ganham visibilidade e legitimidade para intervenção estatal, enquanto outros são ignorados (Kingdon, 2003). Segundo Kingdon, isso ocorre pela convergência de três fluxos: o de problemas (questões percebidas

como urgentes), o de soluções (propostas técnicas factíveis) e o político (forças de poder e interesses). Quando esses fluxos se alinharem surge a chamada “janela de oportunidade”, o que significa que um tema pode ascender à pauta pública e avançar na formulação de políticas.

Importante salientar que a definição da agenda não se dá apenas pela identificação objetiva de necessidades sociais. Muitas vezes, fatores como a mobilização de atores estratégicos, a pressão da opinião pública, eventos críticos (crises econômicas, desastres naturais, escândalos) e o enquadramento simbólico dos problemas desempenham papel decisivo na priorização de certos temas em detrimento de outros (Baumgartner & Jones, 1993).

Nesse sentido, a definição da agenda é um campo de disputa pelo reconhecimento público, sendo na luta simbólica para estabelecer o que deve ou não ser considerado “problema público” que se desenha grande parte do destino das políticas. Assim, compreender esta etapa exige sensibilidade, tanto para os fatores objetivos quanto para os elementos subjetivos e discursivos que moldam a vida política e institucional.

A formulação de políticas públicas constitui a fase em que, uma vez reconhecido o problema e consolidado seu espaço na agenda política, buscam-se as alternativas e estratégias para enfrentá-lo. Trata-se de um momento eminentemente criativo e técnico, mas também profundamente político no qual distintas visões de mundo disputam a definição dos caminhos de ação possíveis (Howlett & Ramesh, 2006).

Segundo Dye (2013), formular políticas implica, antes de tudo, decidir como o problema será interpretado, ou seja, qual a narrativa que irá prevalecer sobre sua natureza, suas causas e suas possíveis soluções. Essa construção narrativa influencia diretamente o leque de alternativas consideradas viáveis, bem como os grupos que serão beneficiados ou prejudicados pelas políticas desenhadas. Assim, a formulação não é neutra: ela reflete relações de poder, interesses em jogo e visões ideológicas.

A literatura clássica aponta que o processo de formulação pode ocorrer em diferentes arenas decisórias, envolvendo técnicos, especialistas, burocratas, políticos e representantes da sociedade civil (Kingdon, 2003; Sabatier, 2007). Frequentemente, a elaboração de políticas é marcada por uma tensão entre a racionalidade técnica (baseada em evidências e análise de custo-benefício) e a racionalidade política (centrada na construção de consensos viáveis dentro dos limites institucionais e das coalizões de interesse).

Nesse contexto, as ideias e propostas que prosperam são aquelas que conseguem, simultaneamente, oferecer soluções tecnicamente plausíveis, alinhar-se aos valores dominantes e construir apoios estratégicos suficientes para avançar no processo decisório. Em outras

palavras, a boa formulação de políticas públicas exige tanto capacidade técnica quanto habilidade política.

Adicionalmente, a teoria do Equilíbrio Pontuado (Baumgartner & Jones, 1993) aponta que a formulação de políticas pode ocorrer em ciclos de estabilidade e ruptura. Em contextos de estabilidade institucional, predomina a formulação incrementalista, com pequenas modificações nas políticas vigentes. Em momentos de crise ou de mudança nas percepções sociais, abre-se espaço para inovações mais radicais e redesenhos significativos.

Portanto, a fase de formulação é um espaço crucial em que se combinam técnica e política, evidência e valor, cálculo e ideologia. Entender seus mecanismos é fundamental para qualquer análise crítica das políticas públicas, especialmente no que tange à capacidade de transformação social e enfrentamento das desigualdades.

A adoção de políticas públicas representa o momento formal em que uma alternativa previamente formulada é legitimada pelos órgãos e instâncias competentes, convertendo-se em norma, programa ou ação oficial do Estado. Trata-se, portanto, de uma etapa decisiva que consolida a passagem da intenção para a ação estatal (Dye, 2013).

Ao contrário do que uma visão idealizada poderia sugerir, a adoção de políticas raramente é um processo estritamente racional ou linear. Conforme Kingdon (2003), essa etapa é profundamente influenciada pela abertura de janelas de oportunidade, momentos em que a convergência entre problema, solução e ambiente político torna possível a transformação de propostas em políticas. Tais janelas são, frequentemente, voláteis e requerem habilidade estratégica para serem aproveitadas.

A adoção de uma política pública envolve negociações, barganhas e a atuação de coalizões com crenças compartilhadas, conforme destacam Jenkins-Smith & Sabatier (1993). Nesse contexto, nem sempre prevalece a solução tecnicamente mais robusta, mas sim aquela capaz de mobilizar maior apoio político. A etapa de adoção, portanto, evidencia a tensão entre racionalidade técnica e viabilidade política, refletindo os conflitos e acordos que moldam as decisões governamentais.

Do ponto de vista institucional, a adoção de políticas públicas envolve procedimentos formais como votações, decretos e deliberações, conforme o arranjo institucional de cada país (Howlett & Ramesh, 2006). A estrutura decisória influencia o perfil das políticas adotadas, podendo ampliar a participação ou favorecer interesses específicos. Assim, essa fase é tanto um ato jurídico quanto um espaço de disputa política, em que escolhas coletivas refletem correlações de forças e projetos de sociedade em conflito.

A fase de implementação das políticas públicas é quando as decisões formais ganham forma prática, confrontando-se com realidades sociais, institucionais e políticas concretas (Hill & Hupe, 2002). Longe de ser uma execução automática, trata-se de um processo dinâmico e sujeito a interpretações e resistências. Como destacam Mazmanian e Sabatier (1989), a clareza dos objetivos, os recursos disponíveis e o ambiente político-administrativo são cruciais, embora raramente são plenamente atendidos.

Um dos maiores desafios da implementação reside na fragmentação das estruturas administrativas e na multiplicidade de atores envolvidos, cada um com seus próprios interesses, capacidades e constrangimentos. Lipsky (2010), em seu clássico estudo sobre *street-level bureaucrats*, evidencia como os agentes públicos que atuam na "ponta da lança" (professores, policiais, assistentes sociais) reinterpretam e até redefinem, no cotidiano, as políticas públicas conforme suas possibilidades e limites práticos. Assim, a implementação não é apenas "cumprimento de ordens", mas também um espaço de inovação, resistência e tradução prática da política.

A dimensão política da implementação é crucial: disputas por recursos, prioridades conflitantes e mudanças governamentais podem desviar a política de seus objetivos originais. Como afirmam Pressman e Wildavsky (1984), quanto mais atores e níveis envolvidos, maior o risco de ineficiência e distorções. Assim, a implementação deve ser vista como um processo social complexo, permeado por ambiguidades e disputas, exigindo análise dos arranjos institucionais e das dinâmicas cotidianas do poder estatal.

A avaliação de políticas públicas, embora represente a etapa final do ciclo, não o encerra, mas o retroalimenta, orientando ajustes e novas formulações (Weiss, 1998). Avaliar consiste em analisar criticamente se os objetivos foram atingidos, quais impactos geraram e que lições podem aprimorar a gestão pública. Trata-se de um campo atravessado por disputas metodológicas e políticas, com enfoques diversos: eficácia (atingimento de metas), eficiência (uso de recursos), equidade (distribuição dos benefícios) e pertinência (resposta às demandas sociais) (Rossi, Lipsey & Freeman, 2004).

Mais que um procedimento técnico, a avaliação é um ato político: decidir o que, quando e como avaliar reflete relações de poder e prioridades institucionais (Chelimsky, 1997). Pode promover transparência e *accountability*, mas também ser usada para legitimar agendas específicas. Além disso, não se limita à mensuração quantitativa. Avaliações qualitativas e participativas são essenciais para captar dimensões subjetivas e simbólicas, especialmente em áreas como esporte, lazer, saúde e educação, em que os impactos sociais são multifacetados (Patton, 2014; Guba & Lincoln, 1989).

Uma avaliação eficaz deve articular métodos quantitativos e qualitativos, conciliando dados objetivos com narrativas e percepções dos envolvidos. Essa abordagem dialógica amplia a compreensão dos efeitos intencionais e não intencionais das políticas, favorecendo ajustes mais sensíveis às realidades locais. Assim, a avaliação deve ser vista não apenas como controle ou prestação de contas, mas como um instrumento de aprendizado institucional e aperfeiçoamento contínuo da ação estatal, em direção à justiça social, à eficácia e à democracia.

2.10 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise e avaliação de políticas públicas configuram uma dimensão estratégica da gestão estatal contemporânea, ao permitirem aferir a eficiência, a eficácia, a equidade e a relevância das ações governamentais (Weiss, 1998; Dunn, 2015). O rigor metodológico nesse processo é essencial para que os resultados avaliativos possuam legitimidade científica e utilidade prática na reformulação das políticas.

Tradicionalmente, dois grandes paradigmas orientam os métodos avaliativos: os quantitativos e os qualitativos.

- Métodos quantitativos fundamentam-se em mensurações objetivas, buscando aferir indicadores de desempenho, custo-efetividade, alcance de metas e impactos mensuráveis. Tais métodos permitem análises estatísticas robustas, que conferem generalizabilidade e precisão aos resultados (Rossi, Lipsey & Freeman, 2004).
- Métodos qualitativos, por sua vez, focam na compreensão profunda das experiências, percepções, significados e contextos vivenciados pelos atores sociais envolvidos na política avaliada. A análise de entrevistas, narrativas, grupos focais e estudos de caso permite captar dimensões simbólicas e afetivas que escapam às abordagens puramente quantitativas (Patton, 2014).

Cada abordagem apresenta pontos fortes e limitações. Métodos quantitativos são eficazes para medir resultados em larga escala, mas podem desconsiderar processos e impactos subjetivos importantes. Métodos qualitativos oferecem profundidade interpretativa, mas apresentam desafios quanto à sistematização e à comparabilidade dos dados.

Diante disso, ganha destaque a triangulação metodológica (Denzin, 2008), que integra técnicas quantitativas e qualitativas de forma complementar, permitindo avaliações mais abrangentes e adequadas à complexidade de políticas como as de esporte, saúde e educação. A escolha dos métodos deve considerar os objetivos da política, o contexto sociopolítico, o

público-alvo e os recursos disponíveis, evitando abordagens rígidas ou distantes da realidade concreta.

2.10.1 Monitoramento e Indicadores de Desempenho

O monitoramento contínuo é uma etapa crucial para a gestão estratégica e para o sucesso das políticas públicas. Enquanto a avaliação tende a focar em momentos pontuais de análise de impacto ou de resultados finais, o monitoramento configura-se como um processo sistemático, regular e permanente de acompanhamento da implementação de ações, metas e resultados intermediários (Dunn, 2015).

Segundo Hatry (1999), o monitoramento fornece aos gestores públicos informações oportunas e relevantes que permitem a correção de desvios, a adaptação às mudanças de contexto e o aperfeiçoamento das estratégias em tempo real. Sua importância é ainda maior em políticas dinâmicas e de alta complexidade, como as voltadas ao esporte e lazer, que frequentemente operam em ambientes sociais marcados pela volatilidade e por múltiplas variáveis contextuais.

Para que o monitoramento seja efetivo, é imprescindível a construção de indicadores de desempenho claros, válidos e acionáveis. Esses indicadores são medidas específicas e verificáveis que buscam captar aspectos relevantes da execução ou dos efeitos de uma política pública (Behn, 2003).

De maneira geral, os indicadores podem ser classificados em três categorias principais:

- Indicadores de Insumo: medem os recursos utilizados (ex.: orçamento alocado, número de profissionais envolvidos).
- Indicadores de Processo: medem as atividades realizadas e a eficiência operacional (ex.: número de eventos esportivos realizados, percentual de metas intermediárias atingidas).
- Indicadores de Resultado: medem os efeitos diretos e indiretos da política (ex.: aumento da prática esportiva na comunidade, melhoria nos índices de saúde associados ao esporte).

A construção de indicadores exige não apenas rigor técnico, mas também sensibilidade política e social, pois aquilo que se mede (e a forma como se mede) influencia a percepção pública sobre a efetividade da política (Muller & Surel, 2002). Assim, é crucial que os indicadores sejam construídos com base em processos participativos sempre que possível, incorporando a visão dos beneficiários e dos agentes de implementação.

Outro desafio recorrente é evitar a chamada “tirania dos indicadores” – fenômeno em que a gestão se reduz ao cumprimento mecânico de metas numéricas, negligenciando aspectos qualitativos fundamentais do impacto social (Cole & Cooper, 2005). Uma boa prática é sempre combinar indicadores quantitativos e qualitativos, e analisar os dados de forma crítica e contextualizada.

Portanto, o monitoramento aliado a um sistema inteligente de indicadores de desempenho é uma condição indispensável para a transparência, a eficácia e a *accountability* das políticas públicas contemporâneas.

2.11 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL

2.11.1 A Evolução Histórica do Esporte como Direito Social no Brasil

O processo de institucionalização do esporte no Brasil acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo país ao longo do século XX, refletindo, em diferentes momentos, as disputas simbólicas em torno dos sentidos atribuídos ao esporte, ora como instrumento de educação e civilidade, ora como mecanismo de afirmação nacional, ora como vetor de inclusão social.

A introdução de práticas esportivas no Brasil ocorreu de maneira gradual no final do século XIX, fortemente influenciada pelos modelos europeus, sobretudo ingleses e franceses. Inicialmente restrito às elites urbanas, o esporte era concebido como atividade associada ao refinamento social e à modernização dos costumes, em consonância com a ideologia do progresso que permeava o contexto da Primeira República (1889-1930). Durante esse período, o esporte foi amplamente apropriado pelas classes dominantes como instrumento de diferenciação social, limitado a clubes e associações privadas.

A partir da década de 1930, com a ascensão do Estado Novo e o fortalecimento de uma ideologia nacionalista, o esporte ganhou nova centralidade enquanto ferramenta de construção da identidade nacional. O governo Vargas percebeu o potencial do esporte como instrumento de integração social e de legitimação política, promovendo sua expansão por meio da criação de instituições reguladoras e da popularização de modalidades como o futebol. A profissionalização de atletas e a organização de competições oficiais marcam esse momento de transição do esporte amador elitista para o esporte de massas.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o esporte consolidou-se como prática cultural de massa e como elemento estratégico nas disputas internacionais por prestígio simbólico. Nas

décadas seguintes, sobretudo nos anos 1970, o regime militar investiu no esporte como parte do projeto de modernização nacional, buscando afirmar o Brasil como potência emergente. As campanhas esportivas internacionais, como a conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, foram utilizadas como propaganda política para reforçar o "milagre econômico" e projetar uma imagem de progresso e ordem.

A institucionalização do esporte como política pública estruturada, entretanto, se deu de maneira mais efetiva a partir da Constituição Federal de 1988, que ao estabelecer o esporte como direito social no artigo 217, determinou ao Estado o dever de fomentá-lo em suas diversas manifestações: educacional, de participação e de rendimento. Este marco jurídico conferiu ao esporte um novo status político, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento humano e para a promoção da cidadania.

Posteriormente, a criação do Ministério do Esporte e Turismo, em 1995, e depois do Ministério do Esporte, em 2003, consolidou a presença do tema na agenda pública nacional. Essa evolução institucional não apenas ampliou a responsabilidade estatal sobre o fomento e a regulamentação da prática esportiva, como também integrou o esporte a políticas públicas de inclusão social, saúde, educação e desenvolvimento regional, em consonância com as diretrizes internacionais propostas pela UNESCO e pela ONU.

Assim, a trajetória histórica do esporte no Brasil evidencia seu deslocamento de prática de elite para direito social, atravessando distintos contextos históricos e reinterpretado por diferentes projetos políticos. Esse percurso revela também as tensões inerentes entre esporte como espetáculo de consumo e esporte como direito de cidadania, uma ambivalência que ainda marca profundamente o campo das políticas públicas de esporte na contemporaneidade.

2.11.2 Estrutura do Sistema Nacional de Esporte

O Sistema Nacional de Esporte (SNE) constitui o principal marco institucional para a organização, promoção e regulação do esporte no Brasil. Estruturado em torno de responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos e a sociedade civil, o SNE visa garantir o esporte como direito social. Conforme a Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte, Brasil, 2023), seus princípios orientadores incluem a democratização do acesso, o respeito à diversidade, aos direitos humanos e à ética esportiva, além da promoção da transparência, em consonância com as diretrizes da UNESCO e da ONU sobre desenvolvimento humano sustentável.

Entre seus objetivos estratégicos, destacam-se:

- a ampliação do acesso universal ao esporte, em todas as suas manifestações (educacional, de participação e de rendimento);
- a promoção do esporte como instrumento de inclusão social e cidadania;
- o estímulo à prática esportiva em diferentes fases da vida, respeitando a diversidade de aptidões e interesses;
- a criação de condições para a formação, a qualificação e a valorização dos profissionais de esporte.

A governança do Sistema Nacional de Esporte (SNE) ocorre de forma descentralizada e articulada, conforme o pacto federativo. À União, por meio do Ministério do Esporte, cabe definir diretrizes nacionais, coordenar e fomentar políticas estratégicas, além de prestar apoio técnico aos demais entes. Estados e municípios, por sua vez, são responsáveis pela formulação e execução de políticas esportivas adaptadas às realidades locais, garantindo a capilarização das ações e a efetiva concretização do direito ao esporte por meio de programas, equipamentos públicos e iniciativas comunitárias.

A participação da sociedade civil é componente essencial do SNE, incluindo entidades esportivas e organizações do terceiro setor que atuam com populações vulneráveis. A gestão democrática se realiza por meio dos Conselhos de Esporte, que propõem, monitoram e avaliam políticas públicas. Outro pilar do sistema é a integridade esportiva, assegurada pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), que zela pela ética e pelo cumprimento das normas internacionais. Adicionalmente, medidas como o direito de arena, a proteção do consumidor e a exigência de planos de segurança em grandes eventos refletem o esforço de modernização da governança esportiva, com foco na defesa dos direitos fundamentais (Brasil, 2025).

Apesar dos avanços institucionais, o SNE ainda enfrenta obstáculos como desigualdades regionais, fragmentação na execução das políticas e carência de financiamento contínuo. Enfrentar esses desafios requer cooperação federativa, fortalecimento dos conselhos de esporte e aprimoramento da capacidade institucional dos entes subnacionais. Em perspectiva crítica, o SNE é peça-chave para consolidar o esporte como direito social e estratégia de desenvolvimento humano. No entanto, sua efetividade dependerá da articulação federativa, da gestão democrática e da integração do esporte às agendas de saúde, educação e inclusão social (Zotovici *et al*., 2013; Melo, 2009; Rodrigues, 2011).

A necessidade de fortalecimento da agenda esportiva se expressa na trajetória histórica do Ministério do Esporte, cuja criação, extinção e posterior recriação, explicitam as oscilações

do valor simbólico e político atribuído ao setor nas políticas governamentais. A criação da pasta em 1995, inicialmente como ministério extraordinário, marcou um avanço na institucionalização do esporte como política pública autônoma, rompendo com sua subordinação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e alinhando-se a movimentos internacionais de valorização do esporte como direito social.

Nos anos seguintes, o Ministério do Esporte se fortaleceu com a preparação para megaeventos, como os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), que impulsionaram investimentos em infraestrutura e políticas esportivas. Contudo, em 2019, o governo Bolsonaro extinguiu o ministério, transferindo suas funções para o Ministério da Cidadania sob o pretexto de racionalização administrativa. Essa mudança reduziu a centralidade do esporte na agenda pública, fragilizou sua estrutura institucional e comprometeu sua capacidade de articulação federativa e mobilização de recursos (Souza *et al.*, 2023).

A recriação do Ministério do Esporte em 2023, no governo Lula, representou um gesto simbólico e estratégico de reposicionamento do esporte como política pública voltada à inclusão social e ao desenvolvimento humano. A nomeação de Ana Moser, referência no ativismo esportivo, reforçou essa direção. Contudo, sua substituição por André Fufuca, em decorrência de pressões políticas do "Centrão", expôs as disputas e fragilidades da gestão ministerial no Brasil. Tal episódio demonstra que a existência de uma pasta não garante, por si só, a efetivação de uma política de Estado, evidenciando que autonomia, capacidade de formulação e respaldo orçamentário são igualmente cruciais.

Esse vai-e-vem institucional do Ministério do Esporte reflete, mais que ajustes organizacionais, a disputa simbólica pelo reconhecimento do esporte como direito social e a fragilidade das agendas públicas diante das conjunturas políticas. Consolidar, tanto no Estado quanto na sociedade civil, a compreensão do esporte como vetor de desenvolvimento humano e identidade nacional é tarefa urgente. A permanência e o fortalecimento da pasta, com políticas descentralizadas e inclusivas, são indispensáveis para a efetivação do direito ao esporte e a consolidação do Sistema Nacional de Esporte no Brasil.

2.11.3 Nova Lei Geral do Esporte (LGE): Avanços e Desafios

A promulgação da Nova Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) constitui um marco no ordenamento jurídico esportivo brasileiro, ao unificar legislações antes dispersas, como a "Lei Pelé", o "Estatuto do Torcedor" e a "Lei da Bolsa Atleta". Mais que uma reforma

administrativa, a LGE reflete uma concepção ampliada do esporte como direito social e instrumento de desenvolvimento humano, saúde, inclusão e cidadania. Seus princípios de transparência, responsabilidade social, respeito aos atletas e promoção da equidade apontam para uma governança esportiva ética, democrática e orientada pelo interesse público.

Entre os avanços centrais da LGE estão a definição precisa das competências da União, estados e municípios na promoção de políticas esportivas, fortalecendo a descentralização e a articulação federativa – então pilares de uma gestão pública multinível e sensível às realidades locais. Destaca-se também a regulamentação dos direitos de arena e de imagem no esporte profissional, que busca equilibrar relações contratuais e garantir proteção trabalhista aos atletas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos sociais e laborais frente à histórica precarização do setor (Secchi, 2012).

A LGE reafirma o compromisso com a democratização do acesso ao esporte ao incluir diretrizes para o paradesporto, esporte educacional, de participação e de rendimento. Avanços como a obrigatoriedade de acessibilidade em arenas e a previsão de programas voltados a mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais apontam para o desejo de maior equidade na prática. Contudo, sua efetividade dependerá da regulamentação infralegal e da capacidade de articulação dos entes federativos. A ausência de fontes permanentes de financiamento configura um ponto crítico que ameaça a sustentabilidade das políticas previstas.

Além disso, o predomínio da lógica mercadológica em certos trechos da lei, como a ênfase em direitos de transmissão e exploração comercial de eventos, levanta questionamentos sobre o equilíbrio entre o esporte como direito social e o esporte como produto de consumo. A tensão entre essas duas dimensões, já histórica no Brasil, tende a se intensificar se não houver salvaguardas institucionais robustas que priorizem o interesse público.

A efetivação da LGE dependerá de articulação política consistente, investimento contínuo, capacitação técnica e, sobretudo, vigilância social ativa. A sociedade civil, os conselhos de esporte e o terceiro setor serão fundamentais para monitorar o cumprimento da lei e impulsionar políticas que transcendam sua dimensão formal. Embora a LGE represente um marco jurídico importante, sua capacidade transformadora residirá na apropriação por diversos atores sociais e na conversão de seus princípios em práticas concretas que enfrentem as desigualdades persistentes no esporte brasileiro.

3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) constitui um referencial teórico e metodológico importante na compreensão da relação entre indivíduos e grupos sociais, na produção e compartilhamento de sentidos sobre fenômenos que perpassam a vida cotidiana. No contexto desta pesquisa, a TRS busca elucidar como diferentes atores (gestores públicos, lideranças comunitárias e beneficiários) se relacionam com o esporte.

Este capítulo apresenta os fundamentos da TRS, suas principais abordagens interpretativas e suas contribuições para a análise de fenômenos sociais complexos, como o esporte enquanto direito social. Partindo da concepção original de Serge Moscovici (1978; 2001; 2012) e avançando pelas formulações de autores como Jean-Claude Abric (1993; 2001), Willem Doise (1986; 1993) e Denise Jodelet (2001), são exploradas as diversas perspectivas que compõem o campo teórico das representações sociais, com ênfase em sua aplicabilidade empírica.

A exposição teórica aqui delineada não se dá de forma abstrata, mas orientada pela necessidade de justificar as escolhas metodológicas adotadas nos dois estudos que compõem esta tese. A articulação entre as abordagens visa oferecer uma lente interpretativa múltipla e crítica para a análise dos discursos e práticas que conformam o campo das políticas públicas de esporte em territórios periféricos urbanos.

3.1 DEFINIÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais são mecanismos cognitivos e simbólicos que permitem que os indivíduos e grupos atribuam significado ao mundo à sua volta. Introduzida por Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais (TRS) emerge em confronto aos modelos tradicionais da psicologia hegemonicamente norte-americanos, predominantes na década de 1960, os quais privilegiavam o indivíduo isolado em detrimento das dinâmicas simbólicas e sociais. Moscovici propõe, então, uma abordagem que valoriza a construção intersubjetiva do conhecimento, enfatizando que os indivíduos não apenas internalizam informações, mas elaboram sentidos em interação com os contextos culturais e históricos nos quais estão inseridos.

Desde sua formulação original por Serge Moscovici, em "*La psychanalyse, son image et son public*" (1961), o conceito de representações sociais se impôs como uma das contribuições mais fecundas e influentes da psicologia social contemporânea. No entanto,

paradoxalmente, seu autor sempre demonstrou uma certa resistência em apresentar uma definição única, estática e definitiva do fenômeno representacional. Essa hesitação não se deve à falta de clareza teórica, mas sim ao reconhecimento da natureza polissêmica, dinâmica e historicamente situada das representações sociais.

Moscovici compreendia que as representações sociais não poderiam ser aprisionadas em categorias fechadas, sob risco de reduzir sua potência heurística. Ele rompe com a tradição durkheimiana da "representação coletiva" como imposição normativa da sociedade sobre o indivíduo, ao propor uma teoria em que a representação social é fluida, entendida como "prática simbólica interativa, na qual os sujeitos constroem, negociam e comunicam sentidos" (Alexandre, 2004, p. 108).

Nessa direção, Moscovici preferiu delinear o fenômeno a partir de suas funções sociais: tornar o não familiar em familiar, permitir a apropriação simbólica de objetos e fenômenos pela coletividade e mediar as relações entre o saber científico e o saber cotidiano (Moscovici, 1978). Em suas palavras, as representações são "modos particulares de conhecimento [...] que orientam os comportamentos e as comunicações sociais" (Moscovici, 1984).

Essa abordagem processual se reflete na clássica definição de Jodelet (2001, p. 22), que sintetiza a concepção moscoviciana com precisão: "Representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social".

Essa definição destaca três elementos centrais: (1) o caráter coletivo e compartilhado do conhecimento, (2) sua origem nas práticas sociais, e (3) sua funcionalidade no cotidiano, seja para orientar condutas, justificar posicionamentos ou interpretar situações. Jodelet (2001) sublinha ainda que tais representações articulam valores, crenças, normas e símbolos que circulam entre os membros de um grupo, constituindo uma espécie de "saber do senso comum" impregnado de afetividade, cultura e história. São um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: estabelecer uma ordem que permita aos indivíduos orientar-se em seu mundo material e social, e permitir a comunicação de sentidos entre os membros de uma mesma comunidade (Jodelet, 2001).

A resistência a uma definição canônica, segundo Wagner (2020), deve ser entendida como uma abertura epistemológica e metodológica, que permitiu à TRS adaptar-se aos mais diversos contextos sociais e objetos empíricos. Ao mesmo tempo, essa plasticidade conceitual também gerou tensões no campo: a multiplicidade de interpretações e a fluidez do conceito dificultam sua operacionalização empírica e geram desafios na articulação entre abordagens distintas, como a estrutural (Abric), a societal (Doise) e a processual (Jodelet).

Autores como Carvalho e Ribeiro (2021), ao refletirem sobre a evolução do conceito de "representações sociais em movimento", reafirmam que o caráter dinâmico das representações é justamente o que as torna ferramentas tão poderosas na análise das mudanças sociais.

Abaixo, segue um quadro comparativo entre a ênfase conceitual de diferentes autores, evidenciando a contribuição de cada abordagem à grande teoria mocoviciana:

Quadro 1: Ênfase conceitual por autores.

Autor(a)	Definição-chave	Ênfase conceitual
Moscovici (1961, 1984)	Modos de pensamento que tornam o estranho familiar, mediando ciência e senso comum	Comunicação, simbolização e cognição social
Jodelet (2001)	Forma de conhecimento socialmente partilhado, com função prática e construtora de realidade	Cotidiano, práticas sociais, memória coletiva
Abric (1994)	Estrutura organizada em torno de um núcleo central e elementos periféricos	Estabilidade e mudança estrutural
Doise (1993)	Representações produzidas em função das posições sociais e dos conflitos intergrupais	Dimensão sociopolítica e posicionalidade

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Apesar da riqueza conceitual, ainda hoje permanece um desafio: delimitar o que é ou não uma representação social. Como distingui-la de outras formas de conhecimento, como crenças, estereótipos ou opiniões? Conforme Morera, Padilha, Silva & Sapag (2015), a TRS emerge, portanto, tal como um campo multidimensional, no qual aspectos cognitivos, afetivos, culturais e ideológicos se entrelaçam de maneira inseparável.

Assim, a resistência de Moscovici em apresentar uma definição única não deve ser vista como falha teórica, mas como um gesto epistemológico deliberado, que mantém viva a capacidade da TRS de dialogar com diferentes realidades, objetos e abordagens. Ao invés de buscar um fechamento conceitual, o mais fecundo é reconhecer a TRS como um campo aberto, em constante interlocução com as dinâmicas sociais e com a própria prática da pesquisa.

3.2 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA

A Teoria das Representações Sociais (TRS) possui raízes profundas nas ciências sociais, em especial na teoria durkheimiana. Émile Durkheim foi um dos primeiros a elaborar

sistematicamente a noção de um universo representativo, através da teoria das representações coletivas, conceito central em sua proposta de uma sociologia científica. Para Durkheim (1898), essas representações constituíam formas de pensamento que transcendem os indivíduos, tendo existência própria e um poder normativo que assegura a coesão social. São, portanto, exteriores ao sujeito, coercitivas e compartilhadas, funcionando como categorias estruturantes da vida coletiva. Ele distinguia claramente as representações individuais, mais efêmeras e singulares, das representações coletivas, estáveis e socialmente mantidas (Durkheim, 1893; Minayo, 1995; Rateau, Moliner, Guimelli e Abric, 2012).

Além da contribuição inaugural de Durkheim, outros pensadores das ciências sociais também se dedicaram, no início do século XX, à reflexão sobre o papel das ideias, crenças e representações na vida social. Cada qual, a seu modo, ofereceu interpretações que enriqueceram a matriz epistemológica que viria a sustentar, décadas mais tarde, a formulação da Teoria das Representações Sociais por Serge Moscovici.

Max Weber, por exemplo, propôs uma visão relacional entre base material e ideias, diferentemente de Karl Marx, que enfatizava a primazia da infraestrutura econômica na determinação do pensamento social. Weber argumentava que as ideias, incluindo as representações simbólicas, constituem vetores que orientam a ação social, permitindo que os sujeitos antecipem condutas e atribuam significados ao mundo social (Rateau *et al*., 2012). Já Georg Simmel, em sua obra clássica de 1908, sublinhava a importância das representações interpessoais como mecanismos constitutivos das redes de sociabilidade. Para ele, representar o outro é condição para ação e para a constituição dos grupos sociais – antecipando, assim, uma concepção relacional das representações que ecoa na TRS moderna (Bárbara, 2014).

Ainda assim, foi Émile Durkheim quem mais sistematizou a distinção entre representações individuais e coletivas, atribuindo às últimas uma existência suprapessoal, normativa e estabilizadora. Em seu artigo "*Représentations individuelles et représentations collectives*" (1898), Durkheim sustenta que as representações coletivas são categorias simbólicas pelas quais a sociedade se auto-organiza e transmite sua visão de mundo entre gerações. Tais representações são exteriores ao sujeito, impessoais e coercitivas. Como afirma o próprio autor: "elas possuem um poder imperativo e coercitivo, pelo qual se impõem ao indivíduo, quer ele queira ou não" (Durkheim, 1978, p. 2). Essa exterioridade é também destacada por Oliveira (2012), que ressalta a objetividade, generalidade e estabilidade como atributos distintivos das representações coletivas frente à volatilidade das individuais.

Essa distinção introduziu uma dicotomia fundante entre o psicológico e o social, que influenciaria profundamente os rumos posteriores da psicologia social. Contudo, a concepção

durkheimiana apresentava também aí sua maior limitação: tratava as representações coletivas como entidades reificadas e independentes da ação simbólica dos sujeitos, negligenciando a dialética entre indivíduo e sociedade na produção de sentido (Oliveira, 2012; Moscovici, 1978).

Foi Serge Moscovici quem reformulou essa herança e deu origem a uma nova abordagem, mais sensível às interações sociais e às práticas comunicativas do cotidiano. Seu trabalho seminal "*La psychanalyse, son image et son public*" (1961) marca o nascimento da TRS tal como a conhecemos hoje. Nessa obra, Moscovici analisa como a psicanálise foi apropriada e reinterpretada por diferentes segmentos sociais na França, demonstrando que o conhecimento científico, ao circular na esfera pública, sofre transformações representacionais que o tornam inteligível e funcional no universo do senso comum (Moscovici, 1978, 1984).

Como salienta Wagner (2020), Moscovici inaugura uma psicologia social genuinamente "social", que rompe com os paradigmas positivistas e individualistas da psicologia experimental americana da época. Ao invés de reduzir os fenômenos sociais a variáveis isoladas, ele propõe uma teoria densa, construída a partir de pressupostos epistemológicos plurais e articulada à noção de cognição social situada. As representações sociais são concebidas como formas simbólicas que emergem da comunicação interpessoal e midiática, funcionando como mediações cognitivas e culturais entre sujeito e mundo.

Além disso, Moscovici recupera e atualiza contribuições de autores como Piaget, Vygotsky, Levy-Bruhl e Freud, incorporando elementos do construtivismo, da linguagem e da psicanálise em sua formulação teórica. Essa abertura transdisciplinar favoreceu o crescimento internacional da TRS, impulsionado especialmente pela publicação da coletânea organizada por Farr e Moscovici e pela criação do periódico "*Papers on Social Representations*" nos anos 1990.

Entre os principais interlocutores teóricos de Moscovici, destacam-se Kurt Lewin, Fritz Heider e Gustav Ichheiser, cujos estudos sobre o senso comum e a atribuição de causalidade social anteciparam preocupações centrais da psicologia social contemporânea. Também merecem menção as ideias de Wilhelm Wundt sobre o "espírito de grupo" e a tradição do "*New Look*" de Jerome Bruner, que ajudaram a consolidar uma abordagem construtivista e culturalmente situada da percepção social (Sá, 1996; Vala & Castro, 2013).

Particularmente relevante foi a influência do antropólogo Lucien Lévy-Bruhl, cuja investigação sobre os modos simbólicos de pensamento em sociedades chamadas "primitivas" ofereceu a Moscovici subsídios para repensar o estado do senso comum. Em vez de uma forma inferior de conhecimento, o senso comum passa a ser compreendido como um sistema autônomo de produção de sentido, que coexiste com o pensamento científico, ainda que

ancorado em princípios e lógicas distintas – uma distinção que Moscovici traduziu nos conceitos de universo consensual e universo reificado (Moscovici, 1978).

No campo da epistemologia do desenvolvimento, a interlocução com Jean Piaget foi igualmente produtiva. Ambos compartilham a noção de que o conhecimento não é um reflexo da realidade, mas uma construção ativa, mediada por esquemas de assimilação e acomodação. Moscovici extrai de Piaget a ideia de que a representação social é moldada não apenas por fatores cognitivos, mas também por dinâmicas afetivas e sociais desde a infância (Osti, Silveira & Brenelli, 2013). Já de Sigmund Freud, Moscovici herda a sensibilidade para os conteúdos latentes e os mecanismos inconscientes que permeiam os discursos sociais, particularmente nas formas de rejeição, deslocamento e idealização observadas na apropriação coletiva do saber (Moscovici, 2001).

Apesar da riqueza conceitual da TRS, sua consolidação enfrentou resistências e durante os anos 1960 e 1970, a psicologia social estava dominada por modelos experimentais de matriz positivista, voltados para o comportamento observável e orientados por esquemas estímulo-resposta (S-O-R). Essa hegemonia reduzia os fenômenos sociais a regularidades empíricas, negligenciando os processos simbólicos e comunicativos que Moscovici buscava resgatar. Foi apenas com o declínio do behaviorismo e a ascensão da cognição social – impulsionada, entre outros, por Jerome Bruner e Harold Kelley – que a TRS encontrou maior receptividade. A emergência do modelo O-S-O-R (organismo - estímulo - organismo - resposta) reposicionou o sujeito como agente ativo na mediação entre mundo externo e resposta comportamental, o que convergiu com a noção de representação defendida por Moscovici, em que o estímulo é sempre interpretado à luz de um universo simbólico pré-existente (Vala & Castro, 2013; Moscovici, 2012).

Com a revalorização do papel do contexto na psicologia social, a TRS ganhou tração na Europa a partir dos anos 1980, especialmente com os trabalhos de Henri Tajfel, Fraser e Jaspars, que propuseram abordagens mais integradas entre cognição e cultura. Esse ambiente teórico pluralista favoreceu o florescimento de diversas vertentes dentro da TRS, cada uma enfatizando dimensões distintas do fenômeno representacional. Willem Doise (1986), por exemplo, desenvolveu uma abordagem societal centrada na articulação entre níveis de análise (intraindividual, interindividual, posicional e ideológico), oferecendo uma lente sociopolítica para compreender os processos de representação, sobretudo em contextos de desigualdade e conflito intergrupal. Jean-Claude Abric, por sua vez, sistematizou a abordagem estrutural, elaborando o modelo do núcleo central das representações. Um dispositivo teórico-metodológico que permitiu avanços significativos na análise empírica das evocações e

estruturas cognitivas compartilhadas. Já Denise Jodelet aprofundou a dimensão simbólica e cultural das representações, enfatizando seu enraizamento nas práticas sociais e na memória coletiva, sendo também responsável por institucionalizar a TRS como campo científico autônomo, especialmente com a organização da coletânea "As Representações Sociais" (2001).

Esse desenvolvimento internacional pavimentou o caminho para a recepção da obra de Moscovici no Brasil, inicialmente impulsionada pela publicação, em 1978, da tradução de "*La psychanalyse, son image et son public*". A partir daí, a teoria passou a influenciar uma nova geração de pesquisadores brasileiros, especialmente no campo da saúde, educação, comunicação e políticas públicas. Entre os principais responsáveis por essa difusão, destaca-se Celso Pereira de Sá (1996), que não apenas introduziu criticamente a teoria em território nacional, mas também desenvolveu uma sistematização teórica e metodológica rigorosa, formando uma geração de pesquisadores e consolidando linhas de pesquisa em diversas universidades brasileiras.

A teoria se consolidou em quatro grandes fases, conforme Wagner (2020):

- Incubação (1961-1984), com os trabalhos iniciais de Moscovici e seus orientandos (Herzlich, Jodelet, Abric);
- Internacionalização (anos 1980), com a abertura ao mundo anglófono e o fortalecimento do campo na Europa;
- Institucionalização (1990-2000), com a criação de congressos, redes temáticas e programas de pós-graduação voltados à TRS;
- Normalização (a partir de 2000), quando a TRS se consolida como um paradigma estabelecido na psicologia social, com múltiplas aplicações empíricas e ramificações teóricas em contextos nacionais e internacionais.

3.3 A "GRANDE TEORIA" DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Desde sua origem, a TRS foi concebida por Serge Moscovici como uma "grande teoria" da psicologia social, um modelo teórico abrangente que busca compreender fenômenos complexos em múltiplos níveis de análise, articulando indivíduo, grupo e sociedade. Longe de se limitar a uma teoria de conteúdo ou de opinião pública, a TRS apresenta-se como um arcabouço epistemológico robusto que visa compreender os modos pelos quais os sujeitos constroem sentido sobre a realidade social e compartilham esse saber no espaço coletivo.

O princípio fundante da TRS reside na ideia de que as representações sociais cumprem uma função de mediação simbólica entre o novo e o conhecido, ou seja, entre o que é estranho, técnico, abstrato e os esquemas interpretativos já disponíveis no repertório cultural de um grupo. Conforme afirma Moscovici (1978), a principal função das representações é "transformar o não familiar em familiar". Esse processo permite que o novo objeto seja inserido no universo de significados do senso comum, tornando-se inteligível, comunicável e socialmente apropriável.

Essa transformação não é apenas cognitiva, mas simbólica e prática. As representações sociais não se restringem à produção de juízos ou opiniões, mas moldam formas de ver, sentir, agir e se relacionar com o objeto representado. Elas operam como um sistema de interpretação que estrutura tanto o discurso quanto a ação social, sendo ao mesmo tempo produto e produtora de relações sociais.

Como destaca Denise Jodelet (2001), a TRS deve ser compreendida como um sistema de "conhecimento socialmente elaborado e compartilhado", com função prática e legitimadora. Esse sistema atua de maneira a construir uma realidade comum e funcional, que permita a orientação no mundo e a comunicação intersubjetiva dentro de um grupo.

3.3.1 Objetivação e Ancoragem: Processos de Construção Representacional

No cerne do processo representacional descrito por Serge Moscovici estão dois mecanismos fundamentais: ancoragem (*ancrage*) e objetivação (*objectivation*). São essas operações cognitivas e simbólicas que tornam possível a assimilação de um objeto novo, seja um conceito, uma tecnologia, uma ideologia ou uma política, ao universo familiar de sentido de um grupo social (Moscovici, 1978, 1984).

A ancoragem refere-se à operação pela qual o desconhecido é interpretado a partir de estruturas cognitivas e culturais já disponíveis. Em suas palavras, "ancorar é classificar e nomear o estranho de forma que ele possa ser comparado e incorporado às nossas categorias familiares" (Moscovici, 1978, p. 67). Trata-se de uma estratégia de domesticação simbólica do novo, que permite sua decodificação e inserção no campo semântico do grupo. O novo objeto, ao ser ancorado, é atribuído a categorias já conhecidas, como valores, imagens, metáforas, crenças, que funcionam como "quadros de assimilação" (Jodelet, 2001, p. 34).

No campo das políticas públicas, por exemplo, uma iniciativa esportiva pode ser ancorada em representações de "esporte como saúde" ou "esporte como prevenção da

violência", reatualizando simbolismos historicamente arraigados e facilitando sua aceitação e reprodução discursiva.

Complementarmente, a objetivação é o processo por meio do qual ideias abstratas ou complexas são transformadas em imagens concretas e tangíveis. Moscovici define objetivar como "converter algo abstrato em realidade sensível" (Moscovici, 1984, p. 42). Essa transformação opera por meio de metáforas, ícones, esquemas visuais ou narrativas que condensam sentidos e facilitam sua circulação no imaginário coletivo. Como sublinha Jodelet (2001), a objetivação "materializa o pensamento social, ao transformá-lo em imagens simbólicas compartilhadas".

Assim, a representação social de uma política pode se cristalizar na imagem de uma quadra esportiva reformada, de um uniforme distribuído, de uma figura pública promotora do projeto. Esses elementos, ainda que periféricos, cumprem papel central na concretização simbólica do objeto representado, conferindo-lhe realidade pública e legitimidade social. Esses dois mecanismos, de ancoragem e de objetivação, são interdependentes e atuam simultaneamente na construção das representações. São eles que permitem que o saber técnico se torne saber comum, e que o novo se insira na trama de significados já partilhados, orientando atitudes, discursos e práticas sociais.

3.3.2 As Dimensões Discursivas das Representações Sociais

Além de mecanismos de assimilação simbólica, as representações sociais também operam como sistemas discursivos que organizam o pensamento e a comunicação dentro dos grupos sociais. Serge Moscovici (1978, 1984) propõe que toda representação pode ser analisada em função de três dimensões interdependentes: informação, campo da representação (imagem) e atitude. Essa tipologia, posteriormente retomada por Denise Jodelet (2001), permite compreender como os sujeitos constroem sentidos e orientam suas ações diante de objetos sociais complexos.

A dimensão informacional refere-se à quantidade e à qualidade dos saberes mobilizados sobre o objeto representado. Envolve tanto conhecimentos formais quanto saberes do senso comum, boatos, experiências pessoais ou relatos mediados pela mídia. Como destaca Abric (1993; 2001), o volume e a fonte dessas informações interferem diretamente na estrutura e na estabilidade da representação. Um objeto bem conhecido tende a gerar representações mais consensuais e organizadas, enquanto objetos difusos ou novos geram representações mais heterogêneas e instáveis.

A segunda dimensão refere-se ao conteúdo figurativo da representação, imagens, metáforas, símbolos e categorias, utilizadas para descrever e dar forma ao objeto. Trata-se da dimensão imagética e narrativa da representação, responsável por concretizar simbolicamente o abstrato. Conforme Moscovici (1984), essa dimensão revela como o grupo "vê" o objeto, quais associações são ativadas e como ele é figurado no discurso cotidiano. É aqui que operam os processos de objetivação e estereotipação, revelando os núcleos simbólicos dominantes. No campo das políticas de esporte, por exemplo, o esporte pode ser figurado como "salvação", "disciplina", "formação de caráter", ou ainda "privilégio", imagens que traduzem clivagens ideológicas e posicionamentos sociais.

A terceira dimensão é a atitudinal, e diz respeito à orientação valorativa da representação, ou seja, trata-se da posição que o sujeito ou o grupo adota em relação ao objeto representado. Essa atitude pode ser positiva, negativa ou ambivalente, influenciando diretamente as ações, justificativas e práticas sociais. Moscovici (1984) destaca que a atitude funciona como um eixo normativo, determinando a direção da conduta. Assim, uma política pública pode ser representada com entusiasmo por um grupo beneficiado, mas com ceticismo ou desaprovação por outro, em função de experiências, posicionamentos institucionais ou ideológicos divergentes.

Essas três dimensões (informação, imagem e atitude) se articulam mutuamente e estruturam a forma como os sujeitos pensam, comunicam e agem sobre os objetos sociais. Constituem, segundo Jodelet (2001), um tripé heurístico indispensável para a análise qualitativa das representações, sobretudo em contextos marcados por desigualdades, disputas simbólicas e pluralidade de discursos, como é o caso das políticas públicas de esporte em territórios populares.

Para que uma representação social se forme, determinadas condições estruturais e comunicativas precisam estar presentes. Serge Moscovici (1984) identifica três condições essenciais para que um objeto social seja representado: uma ruptura no universo simbólico; uma necessidade de reelaboração do saber; e a existência de uma rede de comunicação social. Essas condições não operam isoladamente, mas em conjunção, criando o terreno fértil para a emergência de novas formas de pensamento social compartilhado.

A primeira condição diz respeito ao surgimento de um objeto novo, complexo, estranho ou ambíguo, que não encontra uma categorização imediata no universo de significados disponíveis. Trata-se de um elemento disruptivo que desafia os esquemas de interpretação vigentes, produzindo dissonância simbólica ou incerteza social. Segundo Moscovici (1978), as

representações emergem como uma resposta adaptativa a essa “ruptura epistemológica”, como forma de restaurar a inteligibilidade da realidade.

Essa condição gera o processo de dispersão da informação, rompendo o monopólio do saber especializado, transferindo-o para o campo da comunicação informal. A informação torna-se fragmentada, recontextualizada, mediada por múltiplas fontes (mídia, lideranças locais, redes sociais), o que a torna mais acessível, mas também mais ambígua. Essa dispersão provoca instabilidade cognitiva e demanda reorganização simbólica para torná-la compreensível. Por exemplo, quando uma nova política pública é introduzida em um território historicamente negligenciado, ela pode gerar inquietação simbólica e despertar processos de significação que visam estabilizar e tornar compreensível esse novo fenômeno institucional. O desconhecido torna-se, então, matéria-prima para o trabalho representacional.

A segunda condição refere-se à necessidade coletiva de reelaborar cognitivamente esse objeto novo, tornando-o compatível com os quadros culturais e normativos do grupo, dando origem ao processo nomeado como focalização. Como aponta Sá (1998), a focalização atua como um filtro simbólico, que organiza e hierarquiza o conteúdo informacional disperso. A representação não é mera reprodução do real, mas uma forma de conhecimento socialmente elaborado, com valor explicativo e normativo (Jodelet, 2001). Para que a representação surja, é preciso que haja uma tensão entre saber técnico e saber cotidiano – entre o universo reificado, onde o conhecimento é produzido (ciência, política, mídia) e o universo consensual, onde ele é apropriado e resignificado (Moscovici, 1984).

Essa operação contribui para a construção de imagens e narrativas socialmente relevantes, ao mesmo tempo em que obscurece ou omite outras dimensões do objeto. No caso de uma política pública esportiva, por exemplo, pode-se focalizar o “impacto na juventude” ou a “visibilidade eleitoral”, dependendo do grupo social e de seus vínculos institucionais.

Por fim, a terceira condição indispensável é a existência de uma rede de comunicação que possibilite a circulação discursiva do objeto representado, gerando uma pressão à inferência. Essa pressão é ativada quando a presença do objeto no cotidiano ou nos discursos midiáticos torna inevitável algum tipo de engajamento valorativo ou explicativo. As representações não nascem no silêncio, elas dependem de contextos comunicativos, conversas, debates, mídias, narrativas, que funcionem como vetores de circulação e negociação de sentidos. Como salienta Abric (1994), a representação é, antes de tudo, um fato discursivo, cuja existência pressupõe interação, linguagem e trocas simbólicas.

É por meio dessas interações entre pares, entre grupos, entre instituições, que os conteúdos representacionais se estabilizam, disputam hegemonia e orientam as práticas sociais.

Sem comunicação, não há representação. As condições se interpenetram e operam conjuntamente para desencadear o processo representacional. Como observa Jodelet (2001), é por meio dessa tríade dinâmica que o conhecimento novo é transformado em saber cotidiano, sendo incorporado aos sistemas culturais e às práticas sociais dos grupos. No contexto das políticas públicas, especialmente em territórios de intensa desigualdade como a Baixada Fluminense, compreender essas condições é essencial para analisar como os sentidos atribuídos ao esporte são construídos, disputados e ressignificados.

3.3.1 Funções das Representações Sociais: Sentido, Orientação e Legitimidade Social

As representações sociais exercem funções fundamentais na vida psíquica e coletiva dos grupos, elas não apenas traduzem ou espelham a realidade, mas também a organizam, legitimam e orientam, constituindo um dispositivo simbólico de mediação entre sujeito, objeto e contexto sociocultural. Abric (1994) sistematizou essas funções em categorias analíticas que contribuem para a compreensão dos múltiplos papéis desempenhados pelas representações no cotidiano social.

A primeira função da representação social é de compreensão e explicação da realidade. Diante de um objeto novo, ambíguo ou complexo, o sujeito mobiliza representações para construir um sentido compreensível. Como destaca Jodelet (2001), as representações funcionam como esquemas de interpretação, permitindo classificar, nomear e atribuir causalidade a fenômenos que, de outro modo, permaneceriam difusos ou inquietantes. Elas reduzem a incerteza, organizando cognitivamente o ambiente social.

As representações também exercem uma função identitária, ao permitir que os sujeitos e grupos delimitem quem são e como se diferenciam dos outros. A identidade social é construída em diálogo com o conteúdo das representações, sejam elas do “nós”, sejam do “outro”. Como afirma Sá (1996), “representar é também tomar posição, afirmar uma pertença, reforçar fronteiras simbólicas”. No campo das políticas públicas, a forma como um grupo representa o esporte, seja como direito, como privilégio, como disciplina, entre outros, revela e reforça dimensões identitárias profundas.

A terceira função é de regulação e normatização das condutas e posicionamentos sociais. As representações estabelecem o que é considerado aceitável, desejável ou desviado em determinado contexto. Elas condensam normas sociais, valores morais e expectativas culturais que orientam os julgamentos e as práticas. Para Wagner (2020), essa função é central na

manutenção da coesão simbólica de um grupo, especialmente em contextos marcados por disputas ideológicas ou transformações sociais.

Além de organizar o pensamento, as representações orientam ações concretas. Elas funcionam como mapas cognitivos e afetivos que informam as escolhas, estratégias e formas de interação dos sujeitos. Moscovici (1984) enfatiza que as representações são “instrumentos para agir”, pois não só descrevem o mundo, mas indicam como nele se deve atuar. Assim, a forma como um gestor representa uma política pública pode influenciar diretamente sua maneira de implementá-la ou avaliá-la.

Por fim, as representações exercem uma função justificadora, permitindo que os sujeitos expliquem e legitimem suas posições, práticas ou decisões diante de si e dos outros. Segundo Jodelet (2001), essa função é ativada principalmente em contextos de conflito, contestação ou debate, nos quais os atores precisam defender seus pontos de vista com base em justificativas socialmente compartilháveis.

A compreensão das funções das representações sociais se completa com a distinção, proposta por Serge Moscovici (1984), entre dois domínios de pensamento social: o universo reificado e o universo consensual. Essa divisão permite identificar os diferentes regimes de produção e circulação do saber, bem como os modos pelos quais o conhecimento é legitimado, disputado ou transformado nos diversos contextos sociais.

O universo reificado refere-se ao domínio da ciência, da técnica e das instituições especializadas. Nele, o conhecimento é produzido de forma sistemática, com pretensão de objetividade, rigor metodológico e autoridade epistêmica. Esse universo é regido por normas de verificação, experimentação e validação empírica, sendo controlado por especialistas e mediado por discursos técnicos e formais. É o campo onde o saber busca se autonomizar das crenças e valores cotidianos, e onde os objetos são concebidos de forma abstrata, distante da experiência direta dos sujeitos.

Em contrapartida, o universo consensual é o domínio do senso comum, da vida cotidiana, das trocas comunicativas informais. Aqui, o conhecimento é produzido e reproduzido nas interações sociais, com base em experiências vividas, afetos, tradições e negociações simbólicas. Como destaca Jodelet (2001), o universo consensual é o “lugar onde o saber se torna próximo, útil e funcional”, sendo atravessado por imagens, metáforas, narrativas e práticas socialmente compartilhadas. Nesse espaço, o valor do conhecimento não é definido por critérios científicos, mas por sua relevância prática, sua inteligibilidade e sua capacidade de orientar a ação.

A teoria das representações sociais se insere exatamente na interface entre esses dois universos. Moscovici (1984) mostra que as representações emergem quando um conteúdo produzido no universo reificado migra para o universo consensual, sendo reinterpretado, ressignificado e objetivado pelo senso comum. Esse trânsito entre os domínios do saber técnico e da experiência vivida é o que confere à TRS sua força heurística e sua capacidade de captar os processos de difusão, apropriação e transformação do conhecimento na sociedade.

3.4 PRINCIPAIS ABORDAGENS NA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ao longo das últimas décadas, a TRS, originalmente formulada por Serge Moscovici, desenvolveu-se em múltiplas direções, dando origem a três grandes abordagens analíticas que se consolidaram como referências teórico-metodológicas no campo: a abordagem estrutural, a abordagem societal e a abordagem processual ou cultural. Embora compartilhem os fundamentos da TRS em sua abordagem sociogenética, essas vertentes divergem em seus focos epistemológicos, estratégias metodológicas e concepções sobre a natureza das representações.

A abordagem estrutural, sistematizada por Jean-Claude Abric, propõe uma análise centrada na organização interna das representações, com destaque para o modelo do núcleo central e dos elementos periféricos, permitindo mapear a estabilidade e a variabilidade das representações conforme seu conteúdo. Já a abordagem societal, formulada por Willem Doise (1986), focaliza os níveis sociais de análise, enfatizando como as posições e os conflitos intergrupais moldam o conteúdo e a função das representações, articulando o fenômeno representacional às estruturas de poder e desigualdade. Por fim, a abordagem processual ou cultural, associada sobretudo a Denise Jodelet, dá relevo às práticas sociais, à memória coletiva e à dimensão simbólica e afetiva das representações, entendendo-as como saberes enraizados na experiência cotidiana e historicamente situados.

Cada uma dessas abordagens oferece uma lente analítica distinta, capaz de contribuir com dimensões específicas do processo representacional. A escolha entre elas ou a articulação entre suas contribuições deve ser guiada pela natureza do objeto de estudo, pelos objetivos da pesquisa e pelas condições do campo empírico. Nos próximos tópicos, exploraremos com maior profundidade os pressupostos teóricos e metodológicos de cada uma dessas abordagens, com especial atenção à sua aplicabilidade nos estudos dessa tese.

3.5 ABORDAGEM ESTRUTURAL: A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

3.5.1 Origem e Fundamentos Epistemológicos

A abordagem estrutural da TRS surge em meados da década de 1970 como um desdobramento da teoria original de Serge Moscovici, desenvolvida principalmente por Jean-Claude Abric e seus colaboradores na universidade de Aix-en-Provence no sul da França. Seu objetivo era aprofundar a compreensão da organização interna das representações sociais, propondo um modelo que permitisse analisar sua estrutura e funcionamento em termos de hierarquia, estabilidade e variabilidade. Embora fidelizada aos princípios moscovicianos, como a gênese social e funcional das representações, a abordagem estrutural busca refinar seu caráter descritivo e operacionalizar sua análise através de uma perspectiva cognitiva e formal (Abric, 1993; Sá, 1996).

Abric parte do princípio de que as representações sociais possuem uma estrutura organizacional composta por elementos centrais e periféricos, e que compreender essa estrutura é fundamental para analisar como um grupo interpreta e age sobre um determinado objeto social. Esse movimento se insere na tradição cognitivista da psicologia social francesa, aproximando a TRS das teorias sobre esquemas mentais e mapas cognitivos, mas sem perder de vista a dimensão social e simbólica da representação.

Do ponto de vista epistemológico, a proposta estrutural se alinha ao que Abric (2001) denomina como “epistemologia das regularidades”, ou seja, o esforço de identificar padrões estáveis nos conteúdos representacionais, distinguindo entre elementos resistentes à mudança (núcleo central) e elementos contextualmente moldáveis (sistema periférico). Isso contrasta com outras abordagens da TRS, como a societal ou a processual, que enfatizam mais os aspectos relacionais, discursivos ou históricos das representações.

A estrutura de uma representação social, segundo essa vertente, não é aleatória. Ela responde a uma lógica funcional que atende às necessidades de coesão grupal, adaptação ao contexto e orientação da conduta. O núcleo central garante a identidade e a estabilidade da representação, enquanto o sistema periférico assegura sua flexibilidade e adaptabilidade diante das variações contextuais e das experiências individuais (Abric, 1993; Moliner & Vidal, 2003).

A abordagem estrutural propõe-se como uma ferramenta para a análise empírica de representações compartilhadas, especialmente em contextos onde se busca mapear consensos cognitivos, pontos de tensão simbólica e variações intergrupais.

3.5.2 O Modelo do Núcleo Central e dos Elementos Periféricos

A abordagem estrutural da TRS se fundamenta no modelo do Núcleo Central (NC), proposto e sistematizado por Jean-Claude Abric. Esse modelo parte do pressuposto de que toda representação social possui uma estrutura organizacional interna hierarquizada, formada por dois sistemas complementares e interdependentes, o núcleo central e o sistema periférico (Abric, 1993; 2001).

O núcleo central é constituído pelos elementos mais consensuais, duráveis e socialmente partilhados, que conferem à representação o seu sentido mais profundo. Esses elementos não surgem de forma aleatória ou idiossincrática, de acordo com Abric (2000), eles derivam de dois fatores estruturantes. O primeiro é a natureza do objeto representado, ou seja, suas características intrínsecas e o modo como é socialmente percebido. O segundo fator é o sistema de valores e normas do grupo social, que atua como matriz simbólica de interpretação, atribuindo significados socialmente relevantes ao objeto.

A função do núcleo central é, portanto, fundacional. Ele não apenas estrutura a representação, mas também determina os significados possíveis dos demais elementos que a compõem. Abric (2001, p. 34) afirma que o núcleo central é o "elemento pelo qual o significado dos outros constituintes da representação é criado ou transformado". Nessa mesma direção, toda representação é organizada em torno de um núcleo cuja função é definir e organizar internamente a realidade representada.

Conforme sistematizado por Sá (1996, p. 70), o núcleo central cumpre três funções fundamentais, intimamente interligadas:

- Função geradora: é a partir do núcleo que o significado do objeto é estabelecido, conferindo-lhe uma identidade simbólica essencial;
- Função organizadora: o núcleo central estrutura a hierarquia e a coerência interna da representação, organizando a disposição e o papel dos demais elementos;
- Função estabilizadora: sua permanência assegura a continuidade e a resistência da representação ao longo do tempo, mesmo diante de pressões externas.

Essas funções revelam que o núcleo central é ao mesmo tempo um eixo semântico e um sistema regulador, atuando como referência simbólica de estabilidade cognitiva e social. Sua rigidez estrutural confere resistência à mudança, o que o distingue radicalmente do sistema periférico. Qualquer alteração nos elementos do núcleo central implica uma ruptura na representação, uma redefinição do objeto e de sua ancoragem simbólica. Como ressalta Abric

(2001, p. 38), “o núcleo central, determinando o significado, a consistência e a permanência, vai então resistir às mudanças, visto que toda modificação do núcleo central provoca uma transformação completa da representação.”.

Essa estabilidade não significa imobilismo absoluto. Em situações de crise simbólica ou transformação social significativa, o núcleo pode ser reorganizado, mas esse processo é raro e demanda fortes pressões coletivas (Moliner & Vidal, 2003). Em contraste, os elementos periféricos são mais flexíveis, permitindo que a representação se adapte ao cotidiano, ao contexto histórico e às experiências individuais, sem que sua estrutura essencial seja alterada.

Na estrutura proposta pela abordagem estrutural, o Sistema Periférico (SP) desempenha um papel fundamental e complementar ao do NC. Se o núcleo garante a estabilidade simbólica da representação, o SP é o responsável por sua flexibilidade, adaptabilidade e enraizamento prático no cotidiano dos sujeitos. Como destaca Jean-Claude Abric (1994; 2000), o SP é composto por elementos mais sensíveis ao contexto, à experiência direta e às variações interindividuais, funcionando como um espaço de mediação entre a estrutura simbólica estável e o dinamismo da realidade social.

O SP não é apenas o lugar das variações, mas também uma instância de proteção simbólica do núcleo central. Ele atua como um mecanismo que absorve as contradições, ambiguidades e pressões externas, evitando que atinjam diretamente os elementos centrais da representação. Dessa forma, protege a consistência estrutural do núcleo enquanto permite que a representação se atualize e dialogue com mudanças sociais e práticas emergentes. Para Abric (2001), essa dualidade funcional de proteção e adaptação, é o que confere resiliência simbólica às representações sociais.

Além de sua função adaptativa, o sistema periférico abriga elementos afetivos, empíricos e até mesmo contraditórios, que não rompem com a coerência da representação, mas enriquecem sua expressividade e capacidade de engajamento com a experiência concreta. Ele é, portanto, o espaço onde se refletem as influências de fatores sociodemográficos, como idade, gênero, classe, escolaridade e pertencimento territorial. Em contextos marcados por alta instabilidade simbólica ou por intensas disputas discursivas, como o das políticas públicas em territórios periféricos, o SP pode inclusive se expandir, tornando-se um campo de inovação simbólica e transformação cultural (Moliner & Vidal, 2003).

É importante observar que essa concepção do SP como subordinado e funcionalmente secundário ao núcleo central tem sido objeto de debate teórico, propondo-se que o SP pode atuar também como espaço de produção ativa de sentido e de expressão de conflitos simbólicos. Especialmente em situações de crise ou mudança social, os elementos periféricos deixam de

apenas proteger o núcleo e passam a pressioná-lo, abrindo possibilidades de reestruturação representacional (Abric, 2001; Sá, 1996; Moliner & Vidal, 2003) Esse debate é ampliado por Jodelet (2001), e sua crítica ao formalismo excessivo do modelo estrutural.

Essas contribuições não negam o valor analítico do SP, mas sugerem que sua função pode variar conforme o objeto representado, o grupo social envolvido e o contexto histórico. Em pesquisas empíricas, a atenção ao SP permite mapear zonas de ambivalência, de criatividade simbólica e de disputas de significado, especialmente úteis. Nesse sentido, compreender o SP é também compreender as margens simbólicas objeto, onde se produz e reproduz o cotidiano representacional das populações diretamente impactadas.

Tabela 1: Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico

Característica	Núcleo Central (NC)	Sistema Periférico (SP)
Origem	Valores e normas sociais; contexto histórico	Experiência cotidiana e prática local
Estabilidade	Alta (resistente à mudança)	Baixa (flexível e variável)
Consenso	Forte (compartilhado amplamente)	Parcial (diversificado entre subgrupos)
Função	Estruturar e dar sentido	Adaptar e operacionalizar
Sensibilidade ao contexto	Baixa	Alta
Capacidade de mudança	Reduzida	Elevada
Relação com a prática social	Mediado por símbolos e valores	Ancorado em situações concretas

Fonte: Abric (2000, p. 34); Moliner & Vidal (2003).

A compreensão da capacidade de estabilidade e da variação simbólica em um objeto representado está diretamente vinculada à distinção entre núcleo central e sistema periférico. Essa distinção permite compreender por que certos elementos representacionais resistem à mudança, mesmo sob intensa transformação social, enquanto outros elementos se mostram altamente sensíveis ao contexto, às práticas e às dinâmicas intergrupais (Abric, 1993; Abric, 2001; Sá, 1996).

De modo geral, como descrito anteriormente, a estabilidade das representações decorre da ancoragem dos elementos centrais em valores fundantes do grupo social, frequentemente associados à identidade coletiva e às tradições normativas. Já a variação está localizada no sistema periférico e pode se manifestar em função de diferenças de idade, gênero, escolaridade, inserção institucional, região geográfica ou experiência de vida. Para identificar essas estruturas

internas e suas zonas de flexibilidade, uma das principais estratégias metodológicas utilizadas é a tarefa de evocação livre de palavras, também conhecida como TALP (Técnica de Associação Livre de Palavras). Esta técnica, amplamente difundida nas pesquisas em psicologia social, é particularmente eficiente na reconstrução da arquitetura cognitiva das representações sociais (Vergès, 1992; Wachelke & Wolter, 2011).

Na prática, a técnica consiste em pedir aos participantes que evoquem palavras ou expressões espontâneas, associadas a um termo indutor (por exemplo, “esporte”). Frequentemente, solicita-se que listem cinco a dez palavras e, em seguida, ordenem por importância ou frequência de associação. Esse procedimento simples permite acessar as redes semânticas espontâneas que estruturam o campo representacional do grupo investigado.

A análise dos dados obtidos pode ser realizada por meio de dois procedimentos principais:

- Análise Prototípica (ou análise de frequência-ordem): Proposta por Vergès (1992), essa análise cruza os dados de frequência (quantas vezes um termo foi evocado) e ordem média de evocação (posição média em que aparece nas listas), possibilitando a construção de quadros de quatro casas, onde se distribuem os elementos entre núcleo provável, zona de contraste e periferia.
- Análise de Similitude: Técnica complementar que mapeia as relações de coocorrência entre os termos evocados, formando redes lexicais que expressam a estrutura relacional da representação. Essa análise é particularmente útil para identificar elementos organizadores do campo representacional, mesmo quando não são os mais frequentes.

O uso combinado dessas análises, quando aplicado, fornece uma imagem densa da estrutura e do dinamismo representacional, permitindo distinguir elementos estáveis e consensuais daqueles mais situacionais e periféricos. Além disso, quando cruzadas com variáveis sociodemográficas (como sexo, idade, escolaridade, envolvimento com o esporte), essas análises revelam diferenças intergrupais que podem estar associadas a experiências distintas ou posições sociais divergentes (Sá, 1996; Wachelke & Wolter, 2011).

Essa metodologia tem sido amplamente aplicada em investigações sobre saúde, educação, identidade, violência, religião, e, mais recentemente, no campo da política, como mostra a literatura brasileira recente (Camargo & Justo, 2013).

Embora de ampla aplicabilidade, o método apresenta limitações, como toda técnica associativa, ele depende da capacidade simbólica e verbal dos participantes, podendo privilegiar aqueles com maior letramento ou expressividade linguística. Além disso, por tratar de respostas

espontâneas, pode deixar de captar dimensões reflexivas ou críticas mais elaboradas, que só emergem em entrevistas em profundidade. Por isso, recomenda-se seu uso em triangulação metodológica com técnicas discursivas ou observacionais, assegurando a complexidade da análise (Jodelet, 2001; Sá, 1998).

Importa destacar que, apesar de a análise de similitude agregar sofisticação estrutural à interpretação dos dados obtidos por evocação livre, sua aplicação em amostras extensas pode se tornar logisticamente complexa. Isso se deve à necessidade de tratar grandes volumes de dados textuais e calcular ocorrências entre múltiplos termos, exigindo mais tempo na coleta, *softwares* específicos, como o IRAMUTEQ, e procedimentos rigorosos de padronização terminológica. Nesses contextos, a análise prototípica, baseada no cruzamento entre frequência e ordem média de evocação, se mostra uma alternativa metodologicamente mais viável e robusta, pois permite acessar a estrutura hierárquica da representação mesmo em bases amplas, com menor tempo e risco de ruído na categorização semântica. Assim, embora a similitude ofereça uma visualização mais relacional e aprofundada, a análise prototípica continua sendo a estratégia preferencial quando se lida com coletas de grande escala, ou quando o objetivo inicial é o mapeamento das zonas centrais e periféricas da representação de forma rápida e comparativa (Wachelke & Wolter, 2011; Camargo & Justo, 2013).

Dessa forma, a evocação livre, articulada à análise prototípica e/ou de similitude, constitui ferramenta eficaz para mapear a estrutura simbólica das representações sociais, fornecendo dados confiáveis sobre os conteúdos centrais, suas funções cognitivas e os mecanismos de variação e resistência. No estudo das representações do esporte como política pública, acredita-se que sua aplicação permitirá desvelar tanto os valores amplamente compartilhados quanto os sentidos fragmentados ou emergentes, oferecendo subsídios valiosos para a crítica e o aprimoramento das políticas públicas na região estudada.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as representações sociais do esporte, enquanto política pública, em diferentes grupos sociais na região da Baixada Fluminense.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as representações sociais do esporte entre diferentes proponentes de políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense, considerando suas posições institucionais e trajetórias de atuação;
- investigar as representações sociais do esporte e sua estrutura entre beneficiários de políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense;
- comparar os elementos representacionais emergentes entre os diferentes grupos sociais investigados;
- identificar dissonâncias e consonâncias nas representações sociais do esporte entre os grupos investigados, explorando tensões simbólicas e convergências discursivas;
- identificar facilitadores e barreiras à efetivação de políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense, a partir dos relatos e sentidos construídos pelos diferentes atores envolvidos.

5 MÉTODO

5.1 ESTUDO A

5.1.1 Abordagem da Pesquisa

O método do "Estudo A" está ancorado na Teoria das Representações Sociais (TRS), privilegiando uma abordagem qualitativa orientada pela Análise de Conteúdo segundo os princípios estabelecidos por Laurence Bardin (2011). Esta opção epistemológica se justifica pela necessidade de captar as múltiplas camadas de sentido presentes nos discursos institucionais sobre o esporte como política pública na Baixada Fluminense, compreendendo-os tanto em sua dimensão simbólica quanto prática.

A Análise de Conteúdo permite operar uma leitura crítica e sistemática dos discursos, visando não apenas à descrição dos conteúdos manifestos, mas também à identificação de sentidos latentes e dinâmicas sociopolíticas que permeiam a produção simbólica dos sujeitos. Bardin (2011) define a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas metodicamente estruturadas que possibilitam inferências replicáveis e válidas a partir de dados de comunicação, tendo como objetivo a produção de conhecimentos relevantes ao contexto social em análise.

Esta abordagem é particularmente adequada aos objetivos da pesquisa, pois possibilita a sistematização dos discursos dos agentes proponentes de políticas públicas de esporte, reconhecendo que esses discursos são atravessados por valores, crenças, posicionamentos ideológicos e trajetórias sociais. A Análise de Conteúdo será conduzida de forma temática, priorizando a identificação de unidades de registro (frases, expressões, temas recorrentes) e a construção de categorias de análise emergentes a partir da codificação dos dados empíricos, respeitando os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Complementando esse procedimento analítico, optou-se pelo uso do *software* IRAMUTEQ, ferramenta amplamente validada em pesquisas qualitativas no campo das Ciências Sociais Aplicadas (Camargo & Justo, 2013), por sua capacidade de integrar análises lexicais com rigor estatístico. Sua aplicação é especialmente relevante em estudos baseados na TRS, por permitir uma aproximação metodológica entre os planos simbólico e estrutural do discurso. Essa ferramenta será empregada para apoiar a Análise de Conteúdo, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). O uso do IRAMUTEQ permitirá a identificação de núcleos semânticos e agrupamentos discursivos relevantes, contribuindo para uma

compreensão mais profunda da organização simbólica das representações sociais do esporte expressas nos discursos dos entrevistados.

O processo analítico compreende três grandes fases articuladas, conforme Bardin: (1) pré-análise, com a leitura flutuante dos discursos, formulação de hipóteses e delimitação do corpus; (2) exploração do material, com a codificação, categorização e organização temática dos conteúdos; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, visando compreender como as representações sociais do esporte são estruturadas e mobilizadas pelos participantes.

Particular atenção será dada ao contexto sociopolítico no qual as representações são produzidas, considerando o papel das posições institucionais, trajetórias profissionais e valores dominantes no campo político da Baixada Fluminense. Assim, a análise não se limitará a aspectos puramente linguísticos ou semânticos, mas buscará articular o conteúdo do discurso com as condições sociais de sua produção.

Essa estratégia teórico-metodológica é coerente com os objetivos da pesquisa, pois permite integrar uma análise estrutural e interpretativa dos discursos com uma escuta atenta às nuances subjetivas, afetivas e socioculturais que atravessam a construção simbólica do esporte enquanto política pública em territórios marcados por desigualdades históricas e institucionais. A descrição detalhada do processo de categorização, codificação, uso do IRAMUTEQ e inferência será apresentada no tópico de análise de dados do capítulo de Método, reforçando o compromisso com o rigor e a transparência científica.

5.1.2 Participantes

A amostra do Estudo A foi composta por 32 agentes proponentes de políticas públicas de esporte atuantes na região da Baixada Fluminense. Os participantes foram selecionados por meio de amostragem por conveniência intencional, com o objetivo de representar a diversidade institucional e territorial do campo esportivo local. A composição da amostra incluiu tanto representantes do setor público – como secretários, subsecretários e diretores municipais de esporte – quanto lideranças do terceiro setor e comunitárias com atuação reconhecida em projetos esportivos de base.

Foram incluídos sujeitos que ocupavam posições estratégicas no ciclo de formulação ou implementação de ações esportivas, abrangendo desde a gestão de políticas públicas até a coordenação de projetos sociais vinculados ao esporte. A seleção buscou contemplar diferentes perfis de escolaridade, tempo de atuação, gênero e inserção territorial, assegurando pluralidade de vozes e experiências. A diversidade da amostra permitiu captar representações sociais do

esporte construídas tanto a partir da vivência institucional quanto da imersão cotidiana nas dinâmicas comunitárias, reforçando o caráter multivocal e intersetorial da análise proposta.

5.1.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, previamente agendadas por meio de contato telefônico, Instagram, e-mail ou visita presencial prévia, em estrita observância às normas éticas e procedimentos institucionais. Antes da entrevista, os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados e os direitos assegurados, incluindo o sigilo e o anonimato, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016). A participação foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I).

O instrumento de coleta foi um roteiro de entrevista semiestruturado (Anexo III), previamente elaborado, composto por perguntas abertas que visam permitir a livre expressão do indivíduo, favorecendo o aprofundamento das narrativas, a emergência de memórias e valores, bem como a identificação de conflitos discursivos e elementos ideológicos subjacentes. A flexibilidade do roteiro possibilitou adaptações em função da posição ocupada pelo entrevistado e da fluidez do encontro, mantendo-se sempre a coerência com os objetivos teórico-metodológicos da pesquisa.

5.1.4 Gravação e Transcrição

As entrevistas foram gravadas por meio de aparelho celular, após o consentimento dos participantes. As gravações foram posteriormente transcritas através do *software* TurboScribe, para garantir precisão na análise dos dados que foram consecutivamente revisadas para assegurar a fidedignidade das informações. Durante esse processo, foi feita a eliminação de dados identificáveis, sendo preservada a confidencialidade e o anonimato dos participantes, garantindo a integridade ética e a precisão analítica necessárias à pesquisa científica.

5.1.5 Análise de Dados

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas do Estudo A foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações

Sociais (TRS), com suporte metodológico da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e da análise lexical estatística viabilizada pelo *software* IRAMUTEQ (Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Essa estratégia híbrida permitiu o tratamento rigoroso, sistemático e múltiplo do corpus textual, integrando técnicas de codificação qualitativa e análise multivariada de dados textuais com foco na estrutura simbólica dos discursos.

O corpus analítico foi organizado com base nas respostas às perguntas do roteiro de entrevistas, extraídas de 30 interlocuções com agentes proponentes de políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense, vinculados tanto ao setor público (secretarias e subsecretarias de esporte) quanto ao terceiro setor e lideranças comunitárias. Cada pergunta foi tratada como uma unidade de análise temática, permitindo explorar as representações sociais do esporte por dimensões específicas (definições, papel social, obstáculos, experiências, percepções políticas), mantendo a coerência entre estrutura discursiva e eixo temático.

Inicialmente, o corpus bruto passou por uma etapa de pré-análise (Bardin, 2011), na qual foi realizada a leitura flutuante dos discursos, verificação da completude dos dados e delimitação das unidades textuais por questão e respondente. Em seguida, o material foi tratado no IRAMUTEQ, o qual processa textos formatados segundo regras de metadados, identificando automaticamente variáveis sociobiográficas associadas a cada segmento discursivo (como gênero, setor de atuação, modalidade esportiva, tempo de experiência, escolaridade e formação).

O IRAMUTEQ foi empregado de modo a complementar e aprofundar a leitura dos dados empíricos através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), baseada no método de Reinert, que segmenta o corpus em classes léxicas estáveis, agrupando trechos de discurso com similaridade semântica e oposição estatística em relação a outras classes. Cada classe representa um campo temático de sentido, identificado por palavras com elevado valor de qui-quadrado (χ^2).

Essa técnica quantitativa foi integrada a uma Análise de Conteúdo temática, que serviu tanto para a codificação interpretativa dos trechos mais representativos de cada classe quanto para a formulação de categorias analíticas emergentes, com base nos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A codificação foi realizada manualmente, com o apoio dos resultados do IRAMUTEQ, buscando consolidar os campos de sentido estruturantes das representações sociais expressas nos discursos.

A TRS serviu como pano de fundo teórico-epistemológico para a leitura das representações, sem adesão exclusiva a uma abordagem específica. O foco recaiu na

identificação de núcleos simbólicos compartilhados, tensões representacionais, e variações de sentido relacionadas às posições sociais e trajetórias dos proponentes. A análise buscou compreender como os sujeitos mobilizam o esporte como categoria de sentido para nomear experiências, justificar práticas, criticar políticas públicas ou reivindicar reconhecimento e pertencimento social.

Os resultados foram organizados de forma integrada, respeitando a lógica interna dos discursos e suas modulações sociobiográficas. A análise das respostas foi realizada individualmente por questão, seguida de uma interpretação global dos discursos, permitindo visualizar tanto as regularidades representacionais quanto as especificidades discursivas conforme os perfis dos entrevistados. Essa triangulação metodológica assegura maior robustez interpretativa, transparência na construção das inferências, e aderência epistemológica ao campo da psicologia social crítica e das ciências humanas aplicadas às políticas públicas.

5.1.6 Considerações Éticas

A pesquisa foi conduzida em estrita conformidade com as diretrizes éticas nacionais e internacionais aplicáveis às pesquisas com seres humanos. Antes do início da coleta de dados, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEP/UFRRJ) e aprovado, conforme Parecer Consubstanciado nº 7.378.525, vinculado ao CAAE 85715424.9.0000.0311 (vide Anexo V), em consonância com as exigências da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Garantiu-se a obtenção do TCLE (vide Anexo I) de todos os participantes, que foram devidamente informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como sobre seus direitos de confidencialidade, anonimato e liberdade de retirada a qualquer momento, sem prejuízo. O consentimento foi formalizado antes da realização das entrevistas.

Durante todas as fases da pesquisa, desde a coleta até a análise e divulgação dos resultados, foram respeitados os princípios de dignidade, autonomia, confidencialidade e proteção dos dados pessoais dos sujeitos envolvidos. As entrevistas foram gravadas apenas com autorização explícita dos participantes e transcritas de maneira fidedigna, preservando a identidade dos envolvidos por meio da utilização de codinomes ou códigos alfanuméricos.

Os dados obtidos foram armazenados em ambiente seguro, com acesso restrito ao pesquisador responsável e à equipe autorizada, sendo utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Após o término da pesquisa, os registros digitais e físicos serão

armazenados conforme a legislação vigente, e posteriormente descartados, respeitando o prazo estabelecido pela instituição.

Além do cumprimento formal dos trâmites éticos, adotou-se uma postura metodológica reflexiva e sensível, especialmente considerando a inserção histórica do pesquisador no campo investigado. A implicação do pesquisador foi tratada criticamente, reconhecendo-se seus potenciais efeitos no processo de produção e interpretação dos dados, em consonância com as orientações de Bourdieu (2003) sobre a vigilância epistemológica.

Portanto, a presente pesquisa respeitou integralmente os princípios éticos que regem a produção científica nas Ciências Humanas e Sociais, assegurando a integridade, a legitimidade e a responsabilidade social da investigação.

5.1.7 Critérios de Inclusão

- Atuação institucional ativa na Baixada Fluminense no momento da coleta de dados, vinculada ao campo da gestão, formulação ou implementação de políticas públicas de esporte e lazer, seja em órgãos governamentais ou no terceiro setor;
- Ocupação de função de liderança ou coordenação, como secretários, subsecretários, diretores de departamento, gestores de programas, coordenadores de projetos ou lideranças comunitárias com atuação sistemática em iniciativas esportivas;
- Participação comprovada em ações estruturadas, regulares ou pontuais, voltadas ao desenvolvimento do esporte como prática social, educacional ou de inclusão, com inserção territorial relevante na Baixada Fluminense;
- Consentimento formalizado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as normas éticas estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

5.1.8 Critérios de Exclusão

- Não completaram integralmente a entrevista, inviabilizando a análise qualitativa consistente de seus discursos;
- Não apresentaram vínculo funcional ou institucional ativo com a política pública de esporte na Baixada Fluminense no momento da coleta;

- Recusaram-se a assinar o TCLE, ou não autorizaram formalmente o uso de suas informações para fins acadêmicos e científicos;
- Foram indicados, mas não exerciam funções compatíveis com o perfil amostral, como cargos de natureza técnica-administrativa desvinculados da formulação ou execução de políticas esportivas.

5.2 ESTUDO B

5.2.1 Abordagem da Pesquisa

O Estudo B teve como objetivo investigar as representações sociais do esporte entre os beneficiários diretos das políticas públicas de esporte e lazer na Baixada Fluminense, mediante a conjugação da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais (Abric, 1993; 2001) com a perspectiva sociogenética da tradição francesa (Jodelet, 2001). A investigação buscou identificar os conteúdos partilhados, a organização interna e a hierarquização dos elementos constitutivos das representações, tomando como base o Modelo do Núcleo Central.

A abordagem estrutural orientou metodologicamente a aplicação da tarefa de evocação livre de cinco palavras associadas ao termo indutor “esporte”, seguida da ordenação hierárquica dos termos em função de sua importância percebida pelos sujeitos. A opção por solicitar cinco evocações baseou-se em práticas consolidadas na pesquisa em Representações Sociais no contexto brasileiro (Sá, 1996), visando equilibrar a riqueza semântica do corpus e a viabilidade prática da análise. Segundo Wolter (2018), esse número reduzido favorece a obtenção de elementos mais centrais e estáveis da representação, reduzindo o “ruído” gerado por associações marginais ou pouco relevantes.

A análise das evocações foi realizada por meio do procedimento de análise prototípica (Vergès, 1992; Abric, 1993), que permite a identificação do núcleo central e das periferias da representação, conforme os pressupostos de estabilidade e variabilidade. Para isso, foram considerados dois critérios: a frequência de evocação e a ordem média de evocação (OME). Os pontos de corte utilizados para definição dos quadrantes foram estabelecidos com base nas médias gerais de frequência ($\geq 16{,}6$) e OME (≤ 3), conforme cálculo automatizado do *software* IRAMUTEQ.

Complementarmente, a interpretação dos dados oriundos das perguntas abertas do questionário mobilizou a perspectiva sociogenética proposta por Jodelet (2001), com atenção às dimensões históricas, afetivas e práticas da construção das representações. A trajetória do

pesquisador, implicado no campo esportivo e comunitário da Baixada Fluminense, foi tratada com reflexividade crítica (Bourdieu, 2003; Jodelet, 2001), assumindo-se a implicação como elemento constitutivo da produção e interpretação dos sentidos emergentes.

Dessa forma, a estratégia teórico-metodológica do Estudo B integrou a análise estrutural das representações com uma escuta compreensiva das práticas sociais, possibilitando uma abordagem plural e rigorosa do esporte enquanto fenômeno político, cultural e simbólico no contexto das periferias urbanas.

5.2.2 Amostra

A amostra foi composta por 486 participantes, beneficiários diretos de políticas públicas de esporte e lazer implementadas na Baixada Fluminense, abrangendo tanto iniciativas do poder público quanto de organizações do terceiro setor. Foram incluídos indivíduos com experiência recente e ativa na condição de usuários dessas ações, o que permitiu captar representações ancoradas na vivência cotidiana do esporte como política pública.

A seleção dos sujeitos foi realizada por amostragem não probabilística intencional, assegurando diversidade sociodemográfica em termos de gênero, faixa etária, escolaridade, modalidades esportivas e localização territorial. Essa estratégia visou refletir a pluralidade de percepções e significados atribuídos ao esporte nesse contexto social.

Todos os participantes eram maiores de 18 anos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes éticas vigentes. A diversidade dos perfis foi estrategicamente considerada para aprofundar a análise das representações sociais, conforme os pressupostos da abordagem estrutural (Abric, 1993; Sá, 1996) e da perspectiva sociogenética (Jodelet, 2001).

5.2.3 Coleta de Dados

A coleta foi realizada presencialmente nos locais de prática esportiva, vinculados a projetos e eventos de políticas públicas de esporte e lazer. Essa aplicação *in loco* favoreceu a ancoragem contextual do termo “esporte” à vivência prática dos beneficiários.

O instrumento de coleta foi composto por: (1) um questionário misto (fechado e aberto), com dados sociodemográficos e percepções sobre os programas esportivos; e (2) uma tarefa de evocação livre de cinco palavras associadas ao termo “esporte”, seguida da ordenação

hierárquica. O objetivo foi obter dados estruturais para a análise prototípica e material discursivo para análise qualitativa.

A aplicação foi conduzida pelo pesquisador e três assistentes voluntários – graduandos em Educação Física da UFRRJ – devidamente treinados para padronização dos procedimentos, condução ética e registro fidedigno. Os formulários foram posteriormente digitalizados para análise.

5.2.4 Análise de Dados

As perguntas fechadas foram tabuladas para caracterização sociodemográfica e cruzamentos descritivos. Os dados da tarefa de evocação foram analisados via IRAMUTEQ, utilizando os critérios de frequência e OME. Os pontos de corte adotados foram: frequência média $\geq 16{,}6$ e OME média ≤ 3, delimitando os quadrantes do núcleo central, periferias e zona de contraste. A segmentação dos dados e a estruturação da matriz de evocações seguiram as orientações técnicas descritas no manual de uso do IRaMuTeQ (Camargo & Justo, 2013), especialmente no que se refere à construção e interpretação da análise prototípica.

As perguntas abertas do questionário foram examinadas qualitativamente, por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011). A codificação foi feita manualmente, com identificação de unidades de registro e posterior categorização temática, à luz da perspectiva sociogenética. A triangulação das técnicas (análise estrutural + análise de conteúdo) permitiu uma compreensão ampliada e contextualizada das representações sociais.

5.2.5 Considerações Éticas

O estudo foi aprovado pelo CEP/UFRRJ (Parecer nº 7.378.525, CAAE 85715424.9.0000.0311). Todos os participantes foram informados quanto aos objetivos, riscos, benefícios, voluntariedade e anonimato, mediante assinatura do TCLE. A coleta foi realizada em locais seguros e acessíveis, respeitando a privacidade dos sujeitos.

Os dados foram armazenados em ambiente seguro, com acesso restrito ao pesquisador e equipe autorizada. O pesquisador adotou uma postura de reflexividade crítica em todas as etapas da investigação, conforme as orientações de Bourdieu (2003) e Jodelet (2001).

5.2.6 Critérios de Inclusão

- Ser beneficiário direto de políticas públicas de esporte e lazer em funcionamento na Baixada Fluminense;
- Ter idade igual ou superior a 18 anos;
- Participar ativamente de programas, projetos ou eventos esportivos no momento da coleta;
- Possuir capacidade de compreensão e comunicação adequadas para responder ao instrumento.

5.2.7 Critérios de Exclusão

- Indivíduos não vinculados a programas esportivos públicos ou do terceiro setor;
- Dificuldades severas de compreensão, leitura ou comunicação;
- Recusa em assinar o TCLE ou desistência antes da conclusão;
- Formulários inconsistentes ou incompletos, conforme critérios de qualidade estabelecidos.

6 RESULTADOS

Este capítulo apresenta, de forma sistemática e descritiva, os principais resultados empíricos obtidos ao longo da pesquisa. Em consonância com os objetivos propostos e os procedimentos metodológicos previamente descritos, os dados foram organizados em dois blocos distintos, correspondentes aos Estudos A e B. O foco nesta etapa é a exposição fiel das representações sociais do esporte identificadas entre os diferentes grupos participantes, sem ainda avançar para interpretações analíticas ou teóricas, que serão objeto do capítulo seguinte.

Inicialmente, são apresentados os resultados do Estudo A, que contemplou entrevistas com gestores públicos, lideranças comunitárias e atores do terceiro setor envolvidos com políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense. Em seguida, será abordado o Estudo B, centrado nas percepções dos beneficiários dessas políticas, obtidas por meio de questionário e tarefa de evocação livre. A separação entre os dois estudos permite respeitar as especificidades metodológicas de cada etapa da investigação, ao mesmo tempo em que prepara o terreno para uma análise comparativa aprofundada no próximo capítulo da tese.

6.1 ESTUDO A

6.1.1 Dados Sociodemográficos

A análise sociodemográfica da amostra do Estudo A é essencial para compreender as representações sociais do esporte entre os proponentes de políticas públicas e ações sociais na Baixada Fluminense. Composta por 32 entrevistas semiestruturadas, a amostra foi intencionalmente delineada para captar a diversidade de agentes do setor esportivo, abrangendo tanto representantes do setor público quanto do terceiro setor.

A distribuição de gênero evidencia uma predominância masculina entre os entrevistados. Dos 31 participantes com essa informação disponível, 24 se identificaram como homens (77,4%) e 7 como mulheres (22,6%). Esse dado reforça padrões identificados na literatura, que apontam para a masculinização das esferas decisórias na gestão esportiva, especialmente no setor público.

A segmentação por setor de atuação revela que a desigualdade de gênero é mais acentuada no setor público: dos 11 entrevistados com funções institucionais (como secretários ou diretores), 10 são homens (90,9%) e apenas 1 é mulher (9,1%). Já no terceiro setor, em que

atuam lideranças comunitárias, há maior equilíbrio, com 14 homens (70%) e 6 mulheres (30%), ainda que o predomínio masculino persista.

Essa distribuição revela uma dinâmica significativa de inserção feminina em posições de liderança do esporte, majoritariamente em espaços comunitários e informais, com baixa representatividade principalmente no setor estatal. Quanto à faixa etária, os participantes têm entre 22 e 69 anos, com média de 44,5 anos (DP = 11,2) e mediana de 44. O intervalo interquartil (37,5 a 50,5 anos) aponta para uma amostra composta majoritariamente por sujeitos em maturidade profissional, com trajetória consolidada no esporte e no ativismo social.

A análise por setor revela que os gestores públicos apresentam média etária ligeiramente inferior (43,8 anos; DP = 5,4) e menor variabilidade, refletindo um perfil mais homogêneo, concentrado entre 40 e 50 anos. Em contraste, os líderes do terceiro setor exibem média mais elevada (44,9 anos; DP = 13,5) e maior dispersão, indicando diversidade de trajetórias e amplitudes de engajamento, desde jovens adultos até ativistas experientes.

Quanto à escolarização, observa-se um nível formal elevado, mas com heterogeneidade entre setores, gêneros e áreas de formação. A maioria (65,6%) possui ensino superior completo, com 12,5% detendo pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Apenas três participantes têm escolarização até o ensino médio ou inferior. A amostra inclui ainda sujeitos em diferentes estágios de formação, como ensino superior em curso ou incompleto, além de um com doutorado em andamento, evidenciando diversidade de percursos educacionais.

A análise por setor revela padrões contrastantes de escolarização. No setor público, predomina a formação formal, sendo que entre os 11 gestores entrevistados, 8 têm ensino superior completo, 1 possui pós-graduação e 2 estão em processo de formação (superior incompleto e em curso), indicando a centralidade da titulação como critério de legitimidade técnica nos cargos institucionais.

No terceiro setor, a escolarização é mais diversificada. Dos 21 participantes, 13 concluíram o ensino superior, 3 têm pós-graduação, mas também há 2 com ensino médio e 1 sem escolaridade formal, além de casos com doutorado em curso. Essa pluralidade expressa a valorização de trajetórias práticas e do enraizamento comunitário como fontes de autoridade, evidenciando formas alternativas de legitimidade social dissociadas da escolarização formal.

A análise dos sujeitos com ensino superior completo (n= 21) mostra predominância da formação em Educação Física (16 sujeitos), enquanto os demais têm origens em áreas como Matemática, História, Engenharia Civil, Gestão Pública, Nutrição e Letras. Entre os secretários de esporte, apenas metade tem formação em Educação Física; entre as lideranças comunitárias

com ensino superior, esse percentual sobe para cerca de 76,9%, indicando maior organicidade entre essa formação e as trajetórias de base.

Quanto ao tempo de atuação nas funções exercidas, há ampla variação: de 0,2 a 28 anos, com média de 9,3 anos e mediana de 8 anos. O intervalo interquartil (3-13 anos) evidencia uma amostra composta majoritariamente por sujeitos experientes, embora com presença significativa de novos ingressantes, sobretudo no setor público. Esses dados apontam para um campo que combina acúmulo institucional com renovação de quadros.

A análise por setor revela contrastes significativos no tempo de atuação dos participantes. No setor público, a média é de apenas 1,6 ano, refletindo a rotatividade típica de cargos comissionados em contextos de alternância política municipal. Essa instabilidade prejudica a continuidade das políticas e influencia a percepção dos gestores sobre o esporte como política pública.

Por outro lado, no terceiro setor, a média de tempo de atuação é de 12,2 anos, com lideranças que frequentemente acumulam décadas de envolvimento em projetos comunitários. Essa longevidade sugere maior enraizamento territorial e engajamento afetivo, indicando que suas representações sobre o esporte são mais conectadas às práticas sociais do cotidiano e à resistência frente a adversidades estruturais.

A análise da variável gênero revelou disparidades relevantes no tempo de atuação. As mulheres apresentaram média de 10,4 anos, superior à dos homens (9,1 anos), com menor desvio padrão (7,1 contra 8,5), indicando trajetória mais homogênea. Esse padrão sugere que, embora numericamente sub-representadas, as mulheres têm consolidado sua presença de forma estável e consistente no campo esportivo, sinalizando um possível processo de superação gradual das barreiras de gênero. A permanência prolongada em funções de liderança pode refletir tanto o engajamento quanto a resiliência diante das desigualdades ainda presentes nas estruturas institucionais do esporte.

6.1.2 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Na sua opinião, o que é o esporte?”

A análise das respostas à pergunta “2.1. Na sua opinião, o que é o esporte?” revelou uma rica diversidade de sentidos atribuídos ao esporte por lideranças comunitárias e gestores públicos na Baixada Fluminense. Utilizando análise de conteúdo e Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com base na Teoria das Representações Sociais (TRS), foram identificadas seis categorias temáticas principais que organizam os significados expressos no

corpus. Essas categorias refletem tanto os consensos quanto às divergências e nuances simbólicas entre os grupos analisados. A seguir, cada categoria é descrita de forma articulada com os achados empíricos.

6.1.2.1 O Esporte como Ferramenta de Transformação Social

Esta categoria constitui um provável núcleo central da representação social entre os entrevistados, presente em 81,2% das falas (26 de 32). O esporte é majoritariamente visto como ferramenta de transformação social, capaz de alterar trajetórias individuais e coletivas em contextos de exclusão estrutural. Termos como “transformação”, “mudança de vida”, “oportunidade” e “resgate” surgem com alta frequência e forte carga simbólica, refletindo experiências vividas mais do que um discurso formal.

Essa percepção é especialmente marcante entre os entrevistados do terceiro setor, em que todas as lideranças (n= 21) referiram-se explicitamente ao esporte como agente de transformação. Suas falas revelam forte vínculo afetivo e territorial, ancoradas em práticas concretas de inclusão, prevenção à violência e fortalecimento comunitário. Tal centralidade sugere que, para essas organizações, a legitimidade do esporte como política pública se constrói sobretudo na prática cotidiana, e não apenas em diretrizes institucionais.

Entre os entrevistados do setor público (n= 11), apenas 6 (54,5%) ativaram diretamente a representação do esporte como transformação social, contrastando com os 100% do terceiro setor. Essa diferença de 45,5% sugere distintas construções simbólicas, em que gestores públicos tendem a associar o esporte a estruturas institucionais e planejamento, enquanto lideranças comunitárias o concebem como tecnologia social, ancorada na proximidade e na afetividade.

Essa divergência também se articula a dimensões sociobiográficas. A representação do esporte como agente transformador apareceu em 100% dos sujeitos com pós-graduação, ensino médio, formação em andamento e até sem escolaridade formal, mas caiu para 76,2% entre os que têm ensino superior completo. Isso indica que a vivência territorial e o papel social exercido influenciam mais essa representação do que a titulação acadêmica.

No recorte etário, a representação do esporte como transformação foi unânime entre os mais jovens (22-35 anos; n= 7) e os mais velhos (50+; n= 11), mas caiu para 68,8% (n= 11) no grupo de meia-idade (36-50 anos; n= 14). Essa distribuição sugere uma curva simbólica de engajamento, em que jovens tendem a ser influenciados por experiências pessoais em projetos

sociais, enquanto os mais velhos evocam a longa vivência comunitária ou institucional. Em ambos os casos, a trajetória reforça o ancoramento do esporte em valores emancipatórios.

O cruzamento dos dados indica que essa representação não é aleatória, mas modulada por variáveis, como setor, idade e experiência, o que destaca a relevância de abordagens situadas na análise das representações sociais vinculadas a práticas política e simbolicamente densas como o esporte.

Trechos como “O esporte muda vidas” (P13, Itaguaí) e “pode mudar a vida de uma rua, de um bairro inteiro” (P16, Nova Iguaçu) evidenciam a visão do esporte como ferramenta de transformação social. A análise lexical da CHD, especialmente na classe 5 do IRAMUTEQ (15% dos segmentos), reforça essa categoria ao destacar termos como “ferramenta”, “social”, “humano” e “transformação” como estruturantes do campo simbólico investigado.

6.1.2.2 O Esporte como Inclusão e Acesso

Fortemente relacionada à ideia de transformação social, a inclusão aparece em 62,5% das falas como dimensão central do esporte, entendido como espaço de acolhimento e acesso à cidadania, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade. Essa representação é mais recorrente entre agentes do terceiro setor (85%) do que entre gestores públicos (27,2%), indicando que a atuação direta em territórios periféricos favorece a emergência do esporte como prática inclusiva, enquanto o setor público tende a privilegiar uma visão mais institucional e normativa da política esportiva.

A representação do esporte como mecanismo de inclusão foi mais recorrente entre mulheres (85,7%) do que entre homens (58,3%), indicando uma abordagem mais relacional e comunitária por parte das lideranças femininas, majoritariamente inseridas no terceiro setor. Em termos etários, jovens adultos (85,7%) e idosos (62,5%) ativaram essa representação com maior frequência do que sujeitos de meia-idade (56,2%), sugerindo que a vivência direta da exclusão ou o acúmulo de práticas comunitárias favorecem a valorização do esporte como prática acolhedora e integradora.

A análise lexical da CHD confirma essa perspectiva. A classe 4, com 18,3 % dos segmentos, destacou trechos que remetem a democratização do acesso ao esporte e inclusão cidadã, consolidando o esporte como política pública protetiva às ausências do Estado. A inclusão emerge, assim, como dimensão central dos discursos na representação social do esporte, influenciada por gênero, território e engajamento comunitário, orientando-se à equidade e à reconstrução de vínculos sociais fragilizados.

6.1.2.3 O Esporte como Disciplina e Formação Ética

A terceira categoria temática remete ao papel formador do esporte, mencionado por 50% dos entrevistados. O esporte é visto como espaço de aprendizagem ética e social, promovendo valores como respeito, disciplina, solidariedade e autoconhecimento, com base em práticas educativas cotidianas e transformações comportamentais observadas entre jovens. Como sintetizou um participante: “A criança aprende a ganhar, a perder, a respeitar. Aprende que tem horário, que tem regra” (P10, Queimados). A classe 2 da CHD reforça essa leitura, consolidando essa dimensão formativa como eixo importante da representação social do esporte.

A incidência da categoria “esporte como formador de caráter” variou entre os grupos, sendo mencionada por 60% dos participantes do terceiro setor, frente a 36,3% dos gestores públicos, sugerindo maior ativação dessa representação entre lideranças que atuam diretamente em contextos vulneráveis. Quanto à escolaridade, a percepção formativa do esporte apareceu com força entre sujeitos com doutorado em curso, ensino superior incompleto ou sem escolarização formal, além de 75% dos pós-graduados, revelando que essa representação transcende níveis acadêmicos e parece mais associada à experiência prática e maturidade do que à titulação formal.

A faixa etária também influenciou a ativação da categoria, sendo mencionada por 75% dos idosos e 57,1% dos jovens adultos, frente a apenas 37,5% dos sujeitos de meia-idade. Esse padrão sugere que jovens, ainda imersos em processos de socialização, e idosos, com maior perspectiva retrospectiva, tendem a reconhecer mais nitidamente o valor formativo do esporte, ao passo que adultos de meia-idade parecem mais voltados a dimensões operacionais da política esportiva.

6.1.2.4 O Esporte como Saúde e Qualidade de Vida

A associação entre esporte e promoção da saúde apareceu em 43,7% das entrevistas, com destaque para seu papel preventivo e terapêutico diante da precariedade do acesso aos serviços de saúde. Os entrevistados o concebem como instrumento de regulação física, emocional e social, sobretudo entre populações vulneráveis. A classe 6 da CHD, a mais

expressiva (20% dos segmentos), reforça esse núcleo ao destacar termos como “vida, saúde e ajuda”, trazendo a confluência entre significados biomédicos e existenciais do esporte.

Essa representação revelou variações significativas entre os grupos sociodemográficos, especialmente quanto ao gênero: 71,4% das mulheres mencionaram a dimensão da saúde, frente a 37,5% dos homens. Esse dado sugere que lideranças femininas, predominantemente do terceiro setor, tendem a associar o esporte ao cuidado e à saúde integral, em sintonia com funções historicamente atribuídas às mulheres nos contextos comunitário e familiar.

A mesma tendência se repete entre os setores: 55% dos entrevistados do terceiro setor mencionaram o vínculo entre esporte e saúde, frente a apenas 27,2% no setor público. Isso indica que quem atua diretamente nos territórios tende a associar o esporte à saúde coletiva e à realidade cotidiana das comunidades, diferentemente dos gestores públicos, cujas representações estão mais alinhadas a lógicas institucionais e estruturais.

Quanto à escolaridade, os extremos se destacam: todos os sujeitos com doutorado em curso e com ensino superior incompleto mencionaram o esporte como fator de saúde. Em contraste, nenhum dos participantes com ensino médio, superior cursando ou sem escolaridade formal ativou essa representação. Isso sugere que tanto a formação crítica quanto certas experiências pessoais favorecem uma visão ampliada do esporte como promotor de saúde, ao passo que lacunas formativas ou distanciamento da prática esportiva reduzem essa percepção.

Entre os jovens adultos, 71,4% ativaram a representação do esporte como promotor de saúde, em contraste com apenas 37,5% entre adultos de meia-idade e idosos. Isso pode refletir uma valorização maior da saúde preventiva e do autocuidado entre os mais jovens, que também tendem a praticar esportes com maior frequência. Esses achados indicam que a associação entre esporte, saúde e bem-estar é modulada por gênero, geração e vivência territorial, evidenciando a necessidade de políticas públicas sensíveis a essas dimensões, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

6.1.2.5 O Esporte como Filosofia de Vida

Menos recorrente, mas altamente significativa em termos simbólicos, essa categoria apareceu em 9 das 32 entrevistas (28,1%), majoritariamente associada a trajetórias pessoais profundamente transformadas pelo esporte. Nestes casos, o esporte é representado como valor central, projeto existencial, missão de vida ou elemento estruturante da identidade individual. Expressões como “O esporte é tudo pra mim” ou “Foi o que me deu chão, me resgatou” não revelam apenas sua utilidade prática, mas indicam uma adesão afetiva e simbólica intensa,

forjada por experiências de pertencimento, superação e reconhecimento social mediadas pelo esporte.

A mobilização dessa representação foi desigual entre os grupos: 40% dos entrevistados do terceiro setor evocaram o esporte como missão de vida, contra apenas 9,1% do setor público. Essa diferença indica que vivências territoriais diretas e envolvimento precoce com o esporte favorecem vínculos mais afetivos e existenciais. Quanto à faixa etária, a concepção é mais comum entre jovens adultos (42,8%) e idosos (50%), sugerindo que os momentos de entrada ou consolidação da vida estimulam percepções mais simbólicas do esporte, ao contrário dos sujeitos de meia-idade (12,5%), mais focados na dimensão institucional.

A escolaridade também influenciou essa representação, sendo ativada por 100% dos sujeitos com doutorado em curso e sem escolaridade formal, e por 50% dos que têm ensino médio completo. Em contraste, apenas 28,5% dos que cursaram ou concluíram o ensino superior mencionaram essa concepção, e nenhum dos participantes com pós-graduação, superior incompleto ou em andamento o fez. Isso indica que essa visão não segue uma lógica linear de capital educacional, mas está mais ligada à intensidade da experiência pessoal com o esporte, marcada por superações, ausência de oportunidades formais ou compromisso vocacional.

Essa categoria se apresentou de forma mais clara nas análises de conteúdo, mas também sendo possível identifica-la na interseção entre as classes 1 e 6 da CHD, onde o esporte aparece associado a trechos de relatos mais filosóficos de transformação de vida , revelando um núcleo identitário profundo nas representações sociais construídas a partir das trajetórias pessoais com o esporte. Assim, embora menos frequente, essa categoria expressa uma das formas mais densas de apropriação simbólica, articulando biografia, pertencimento comunitário e afetividade mobilizadora.

6.1.2.6 O Esporte como Rendimento e Profissão

A categoria menos recorrente, presente em apenas 2 das 32 entrevistas (6,2%), associa o esporte ao alto rendimento, competição e carreira profissional. Ambos os entrevistados, homens jovens do terceiro setor, evocam o esporte como meio de ascensão social e profissionalização via desempenho técnico, refletindo uma visão ancorada na lógica da performance. Essa representação, ausente entre sujeitos de meia-idade e idosos, concentra-se entre os jovens adultos (28,5%), sugerindo uma leitura aspiracional ainda marcada por expectativas individuais não institucionalizadas.

Dois sujeitos que associaram o esporte ao rendimento têm formação em Educação Física, um cursando doutorado e outro com graduação, sugerindo que a aproximação acadêmica com o esporte de performance reforça essa visão, ainda que minoritária. Nenhum participante com menor escolaridade ou vinculado ao setor público mencionou essa perspectiva. A ausência de termos como “medalha” ou “competição” nas classes da CHD confirma a marginalidade dessa representação, que surge mais associada a classe 3 da CHD, emergindo em termos como “alto_rendimento, jogar e nomes de modalidades específicas como corrida, judô, karate, pilates e bale”.

6.1.2.7 Síntese Representacional

A triangulação metodológica confirmou que a representação social do esporte entre os participantes se organiza em torno de três eixos centrais: transformação social, inclusão e formação moral. Esses sentidos, recorrentes e afetivamente densos, refletem uma ancoragem coletiva do esporte como prática estratégica para ressignificar trajetórias e territórios marcados pela desigualdade, transversalizando discursos de lideranças comunitárias e gestores públicos, embora com diferentes ênfases.

A representação do esporte como ferramenta de transformação social foi ativada por 81,2% da amostra e unanimemente entre lideranças do terceiro setor, evidenciando uma ancoragem em vivências de base, em que o esporte opera como tecnologia de resgate e pertencimento. No setor público, embora presente, essa concepção foi menos recorrente (54,5%), sinalizando a coexistência de lógicas performáticas e tecnocráticas com abordagens mais comunitárias e emancipadoras.

O sistema periférico da representação articula significados subjetivos e experienciais, modulados por trajetórias pessoais, gênero, idade e inserção territorial. Saúde, bem-estar, disciplina e o esporte como filosofia de vida emergem como aderências simbólicas íntimas. Lideranças femininas evocam mais o cuidado e o acolhimento, enquanto os jovens associam o esporte a projetos de vida e aspirações profissionais.

A representação do esporte como alto rendimento surge como elemento marginal, restrito a dois jovens do terceiro setor com trajetória atlética. A ausência de termos como “medalha” ou “competição” na análise léxica reforça a descentralização da lógica performativa e individualizante. Predomina uma visão sociopolítica e comunitária do esporte, modulada por marcadores como território, classe, gênero e função. Na Baixada Fluminense, o esporte é,

sobretudo, expressão de cidadania e instrumento de reconstrução social em territórios historicamente desassistidos.

Tabela 2: Categorização Temática da Análise de Conteúdo (Pergunta 2.1)

Categoria Temática	Frequência nos Discursos	Definição Sintética	Exemplos de Falas
Esporte como Transformação Social	81,25% (n=26/32)	O esporte como meio de mudança de vida, alternativa ao crime, instrumento de inserção	"O esporte muda vidas. Ele te tira da droga, da depressão, da falta de rumo." (E13, Itaguaí) "É uma ferramenta que pode mudar a vida de uma rua, de um bairro inteiro." (E16, Nova Iguaçu)
Esporte como Inclusão e Acesso	62,5% (n=20/32)	O esporte como espaço de acolhimento e pertencimento para populações vulneráveis	"É porta de entrada para o jovem se sentir parte, se reconhecer, pertencer." (E07, Magé) "É onde o menino da comunidade pode sonhar, se incluir." (E20, Belford Roxo)
Esporte como Formação Ética e Disciplina	50% (n=16/32)	O esporte como prática formadora de valores e comportamento	"A criança aprende a ganhar, a perder, a respeitar. Aprende que tem horário, que tem regra." (E10) "Forma o caráter, ensina a lutar pelo que quer, com respeito." (E18, Mesquita)
Esporte como Saúde e Qualidade de Vida	43,75% (n=14/32)	O esporte como promotora de saúde física, mental e bem-estar	"Ajuda na saúde, na cabeça, no emocional." (E03, Nova Iguaçu) "Para mim, é remédio. Já me tirou da depressão." (E26, Nilópolis)
Esporte como Filosofia de Vida	28,12% (n=9/32)	O esporte como elemento identitário e existencial	"O esporte é tudo pra mim. Foi o que me deu chão." (E22, São João de Meriti) "Não é só um jogo. É um modo de vida." (E01, Duque de Caxias)
Esporte como Rendimento e Profissão	6,25% (n=2/32)	O esporte como caminho para a profissionalização e carreira de alto desempenho	"Penso em seguir carreira, ser atleta profissional." (E06, Itaguaí) "É título, é competição. É chegar no pódio." (E30, Teresópolis)

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A Tabela 2 Categorias temáticas derivadas da análise de conteúdo e da CHD sobre as representações sociais do esporte teve como base as respostas à pergunta 2.1 do Estudo A. As categorias estão organizadas conforme sua posição na estrutura representacional (núcleo central, sistema periférico ou elemento contrastante) e ilustradas com falas representativas.

Tabela 3: Frequência de Ativação das Categorias Temáticas da Pergunta 2.1

Categoria Temática	Frequência Absoluta (n)	Percentual (%)
Esporte como Transformação Social	26	81,2
Esporte como Inclusão e Acesso	20	62,5
Esporte como Disciplina e Formação Ética	16	50,0
Esporte como Saúde e Qualidade de Vida	14	43,7
Esporte como Filosofia de Vida	9	28,1
Esporte como Rendimento e Profissão	2	6,2

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

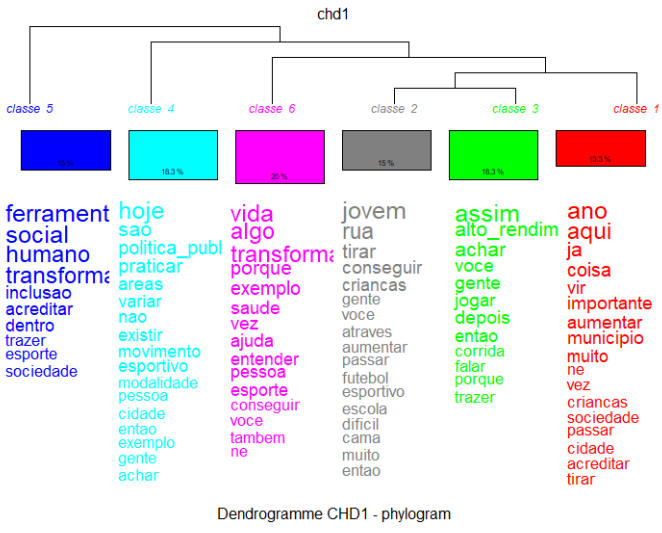
A tabela 3 oferece uma visão clara da hierarquia de sentidos atribuídos ao esporte.

Tabela 4: Ativação das Categorias por Setor de Atuação

Categoria Temática	Terceiro Setor (%)	Setor Público (%)
Transformação Social	100	54,5
Inclusão e Acesso	85	27,2
Disciplina e Formação Ética	60	36,3
Saúde e Qualidade de Vida	55	27,2
Filosofia de Vida	40	9,1
Rendimento e Profissão	10	0

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Figura 1: Dendrograma com a Classificação Hierárquica Descendente dos termos encontrados nos discursos da Pergunta 2.1



Fonte: Gerada via IRAMUTEQ.

O quadrante representacional, construído a partir da Análise de Conteúdo e da CHD (IRAMUTEQ), organiza os cognemas segundo a Teoria das Representações Sociais. O Núcleo Central concentra os sentidos consensuais (transformação social, inclusão, formação ética); o Sistema Periférico abriga dimensões subjetivas (saúde, bem-estar, filosofia de vida); os Elementos Contrastantes refletem visões minoritárias ligadas ao esporte de rendimento; e os Elementos Silenciados, como “medalha” e “performance”, indicam um afastamento da lógica meritocrática. A disposição gráfica revela o campo semântico ativado na construção simbólica do esporte pela amostra.

6.1.3 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Como você descreve o papel do esporte na região da Baixada Fluminense?”

A análise das respostas à pergunta revela um campo discursivo marcado por tensões, lacunas e percepções de abandono estrutural, em que o esporte é mobilizado majoritariamente não como função efetiva, mas como ausência ou potência não realizada. Se na pergunta anterior os sujeitos construíram representações sobre o esporte em termos gerais, nesta questão o foco recai sobre o papel territorialmente situado do esporte em um contexto de exclusão histórica, desigualdade estrutural e invisibilidade política.

6.1.3.1 Ausência de Políticas Públicas Estruturadas

A categoria mais citada nas respostas à pergunta 2.2 diz respeito à ausência estrutural de políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense, mencionada por 58,1% dos participantes. O sentimento de abandono institucional é unânime entre gestores e lideranças, expresso por termos como “falta”, “não tem” e “esquecimento”. Frases como “O esporte está largado. Não tem política, não tem nada funcionando” (P08, Duque de Caxias) sintetizam esse diagnóstico coletivo de negligência estatal.

Embora presente nos dois setores, o diagnóstico da ausência estrutural de políticas esportivas mostrou-se mais agudo no terceiro setor (70%) do que entre gestores públicos (36,4%), revelando visões divergentes sobre a responsabilidade estatal. A análise de gênero reforça essa assimetria: 85,7% das mulheres, majoritariamente do terceiro setor, acionaram essa categoria, indicando maior sensibilidade às falhas institucionais e ao impacto da omissão estatal nas práticas esportivas comunitárias.

Geracionalmente, a percepção da ausência do Estado é mais acentuada entre os jovens adultos (71,4%), reduzindo-se na meia-idade (56,2%) e entre os idosos (50%). Esse padrão sugere que a juventude, mais próxima de experiências recentes com políticas públicas, percebe com maior nitidez o descompasso entre expectativas e realidade, enquanto os mais velhos, embora cientes da precariedade histórica, expressam essa crítica com menor intensidade.

A escolaridade revela um padrão expressivo: 100% dos sujeitos com doutorado em curso e superior incompleto, além de 50% com ensino médio e pós-graduação, mencionaram a ausência do Estado. Isso sugere que a vivência territorial e a experiência no campo esportivo local pesam mais que a formação acadêmica na construção dessa crítica institucional.

A classe 3 da CHD (19,7% dos segmentos) agrupou termos como “papel”, “Baixada Fluminense”, “importante” e “falta”, confirmando a centralidade da crítica à negligência. O discurso representa a Baixada como território relegado, onde o esporte, apesar de valorizado, é sistematicamente excluído das decisões políticas.

6.1.3.2 Potencial Transformador Não Explorado

A segunda categoria mais citada (41,9%; n=13/32) expressa o reconhecimento do esporte como potencial transformador, ainda que subutilizado pelas políticas públicas. Os participantes o veem como ferramenta estratégica, especialmente para a juventude, mas lamentam a ausência de incentivo estatal. A frase “O esporte poderia mudar muita coisa, mas falta incentivo” (P21, Belford Roxo) sintetiza essa tensão entre expectativa social e omissão institucional.

Essa representação foi mais recorrente no terceiro setor (55,0%) do que entre gestores públicos (18,2%), indicando que a vivência direta nos territórios acentua a percepção das ausências estatais e do potencial não explorado do esporte. Também foi mais evocada por mulheres (57,1%) do que por homens (37,5%), sugerindo que lideranças femininas tendem a projetar com mais intensidade o esporte como vetor de mobilidade e transformação social.

Do ponto de vista geracional, a representação foi mais forte entre jovens adultos (71,4%), caindo para 25,0% na meia-idade e 50,0% entre idosos, possivelmente reflexo da expectativa juvenil por políticas de inclusão ou da frustração com sua ausência. Quanto à escolaridade, destacou-se entre sujeitos com doutorado em curso (100%) e teve presença moderada entre os com ensino médio, pós-graduação ou superior incompleto (50%), sendo ausente entre os que cursam o ensino superior, indicando maior ativação entre perfis com trajetória crítica consolidada ou forte inserção comunitária.

A classe 5 da CHD, que abrange 14,1% dos segmentos, destaca termos como “oportunidade”, “comunidade” e “adolescente”, reforçando a representação do esporte como promessa não realizada de inclusão e reestruturação social em contextos periféricos.

6.1.3.4 Ação Comunitária como Resistência

A ação comunitária surgiu em 38,7% das entrevistas (n= 12/32) como forma de resistência à omissão estatal. Os participantes destacam iniciativas esportivas autônomas, conduzidas por lideranças locais, ONGs e redes informais, que mantêm viva a prática esportiva sem apoio institucional. Como resume um entrevistado: “Quem faz o esporte acontecer aqui é o povo da própria comunidade, não é o governo” (P14, São João de Meriti).

A valorização da ação comunitária apareceu de forma equilibrada entre os setores, 40% no terceiro setor e 36,4% entre gestores públicos, mas com significados distintos. Entre lideranças comunitárias, configura-se como discurso de resistência e engajamento; entre gestores, assume tom mais descritivo. A presença feminina foi ligeiramente superior (42,9% *vs.* 37,5%), reforçando seu papel como articuladoras da resistência local. A distribuição geracional foi estável, indicando que o esporte como forma de enfrentamento à ausência estatal integra a memória coletiva dos territórios da Baixada.

A representação da ação comunitária foi mais frequente entre sujeitos com formação incompleta ou periférica: 100% dos com superior incompleto, 50% com ensino médio, e apenas 25% entre os com superior completo ou pós-graduação. Isso sugere que o engajamento comunitário se baseia mais na experiência vivida do que na titulação acadêmica.

A classe 2 da CHD, com 16,9% dos segmentos classificados, validou essa categoria ao reunir os termos “projeto”, “social”, “jovem”, “conseguir”, que evidenciam o papel mobilizador das redes de base e a centralidade das juventudes como foco de atuação dessas iniciativas autônomas.

6.1.3.4 Invisibilidade Territorial

A representação do esporte como prática invisibilizada institucionalmente apareceu em 32,3% das entrevistas, revelando o sentimento de exclusão da Baixada Fluminense frente à capital, que concentra os investimentos. Essa percepção foi mais comum no terceiro setor (35%) do que entre gestores públicos (27,3%), refletindo a vivência cotidiana das desigualdades territoriais.

A variável gênero revela maior menção à invisibilidade institucional entre mulheres (57,1%) do que entre homens (25%), sugerindo uma sobreposição entre exclusão regional e de gênero. Geracionalmente, a percepção é mais forte entre adultos de meia-idade e idosos (37,5%), e menor entre jovens (14,3%), indicando que a experiência acumulada reforça a consciência da marginalização territorial.

Educacionalmente, a categoria foi mencionada por todos com ensino médio completo, 33,3% dos que têm ensino superior e 25% dos pós-graduados, mas ausente entre doutorandos e não escolarizados. Isso sugere que a crítica à desigualdade territorial é mais comum entre sujeitos com formação intermediária e maior inserção local, mas com menor acesso a mobilidade institucional.

Lexicamente, a classe 3 da CHD, ao agrupar os termos “papel”, “Baixada Fluminense”, “importante”, “falta”, oferece suporte estatístico à categoria, reforçando que o esporte, na Baixada, é percebido como socialmente relevante, mas politicamente ausente, em contraste com regiões mais favorecidas do estado.

6.1.3.5 Esporte como Ideal de Futuro

Apesar do tom crítico predominante, 25,8% dos entrevistados (n= 8/32) projetam o esporte como horizonte de futuro desejável, com potencial de reconstrução social, prevenção da violência e mobilização da juventude. Essa visão expressa esperança e resistência simbólica frente à precariedade: “Se fosse levado a sério, o esporte mudaria o futuro dessa região” (P20, Nova Iguaçu).

A crença no esporte como projeto de futuro apareceu em 30% dos sujeitos do terceiro setor e 18,2% dos gestores públicos, com maior ênfase entre os mais próximos das bases comunitárias – onde o poder público é mais ausente. Por faixa etária, destaca-se entre jovens adultos (42,9%), que veem no esporte uma via concreta de superação frente à exclusão e à violência, enquanto a frequência diminui entre os de meia-idade (18,8%) e idosos (25%).

Em termos de gênero, 28,6% das mulheres e 25% dos homens compartilharam essa visão, revelando convergência entre os gêneros. Quanto à escolaridade, todos os doutorandos ativaram essa representação, seguidos por 25% dos que possuem ensino médio, superior completo ou pós-graduação, enquanto sujeitos com formação superior incompleta ou em andamento não a mencionaram. Isso sugere que a combinação entre consciência crítica e prática territorial pode sustentar a esperança no esporte como vetor de mudança futura.

A classe 5 da CHD, que reúne os termos “ne”, “oportunidade”, “comunidade”, “adolescente”, sustenta a base semântica da categoria, indicando que o esporte é visualizado como possibilidade de emancipação, especialmente para as juventudes das periferias urbanas.

6.1.3.6 Papel Formativo e Educativo

Embora menos frequente (19,4%), essa categoria expressa a visão do esporte como espaço de formação ética e cidadania, especialmente junto a crianças e adolescentes. Tais menções, contudo, tendem a ser idealizadas e não vinculadas a políticas públicas concretas. A representação é mais comum no terceiro setor (25%) do que entre gestores públicos (9,1%), indicando maior valorização entre agentes com atuação direta nas dinâmicas comunitárias.

A categoria foi mais evocada por mulheres (28,6%) do que por homens (16,7%), refletindo o papel educativo mais comum entre lideranças femininas. Entre os idosos, 37,5% ativaram essa representação, frente a 14,3% dos jovens e 12,5% dos adultos de meia-idade, sugerindo que a experiência acumulada favorece uma visão mais formativa do esporte. Em termos educacionais, surgiu apenas entre sujeitos com ensino médio (25%) e superior completo (28,6%), indicando associação com trajetórias mais próximas das rotinas escolares e da socialização juvenil.

A classe 2 da CHD, responsável por parte significativa dos segmentos do corpus, reforça essa categoria ao destacar termos como “valores”, “caráter”, “moral”, reafirmando o entendimento do esporte como recurso para a formação ética e convivência cidadã, mesmo que de modo aspiracional.

6.1.3.7 Em Síntese

A análise das respostas à pergunta 2.2 revela uma representação marcada pela tensão entre o reconhecimento do potencial social do esporte e a percepção de negligência institucional. O esporte é visto menos como política consolidada e mais como campo de disputa simbólica e prática. A ausência de políticas públicas estruturadas, evocada por 58,1% dos entrevistados, aparece com maior força entre lideranças comunitárias, mulheres e jovens, grupos mais imersos nas vulnerabilidades territoriais e na ação de base.

Complementarmente, 41,9% dos entrevistados apontaram que o esporte detém um potencial transformador não explorado, principalmente para jovens em situação de risco. Essa visão, concentrada entre sujeitos do terceiro setor e jovens adultos, configura um discurso

aspiracional que expressa o descompasso entre o que o esporte poderia realizar e o que efetivamente é promovido nas políticas locais.

A ação comunitária como resistência, acionada em 38,7% das falas, consolida o protagonismo das redes populares na sustentação do esporte como prática social. Projetos autônomos, lideranças de base e redes solidárias mantêm viva a presença do esporte mesmo diante da omissão estatal, revelando um campo de autogestão popular que substitui, simbolicamente e materialmente, a ausência do Estado. Essa categoria atravessa gerações e gêneros, com forte expressão entre sujeitos com escolaridade incompleta e experiência comunitária concreta.

A noção de invisibilidade territorial, evocada em 32,3% das falas, reitera a percepção de que a Baixada Fluminense ocupa um lugar marginal nas agendas esportivas estaduais. Essa crítica é intensificada por sujeitos de meia-idade e mulheres, indicando que a desigualdade regional é vivenciada como exclusão simbólica e material, amplificada pela distância entre a Baixada e os centros de poder e investimento, como a capital.

Apesar do quadro crítico predominante, 25,8% dos entrevistados manifestaram a representação do esporte como ideal de futuro. Essa leitura, mais frequente entre jovens e sujeitos com formação crítica, projeta no esporte uma possibilidade de reconstrução social e enfrentamento das violências cotidianas.

Por fim, 19,4% dos participantes atribuíram ao esporte um papel formativo e educativo, sobretudo para crianças e adolescentes. Essa dimensão aparece como um valor normativo, muitas vezes desconectado de ações concretas, mas revela a centralidade do esporte como recurso de disciplina, ética e cidadania nas trajetórias de muitos sujeitos, especialmente os mais velhos e os com escolaridade intermediária.

A triangulação metodológica com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do IRAMUTEQ reforça a solidez dessas categorias, ao reunir em classes distintas os principais léxicos associados a “falta”, “oportunidade”, “projeto”, “comunidade”, “valores” e “transformação”. Essa estrutura lexical confirma a distribuição das representações em um eixo de ausência institucional, presença comunitária e expectativa futura.

Em síntese, o papel do esporte na Baixada Fluminense é representado de forma não homogênea, mas profundamente atravessada por marcadores sociais como gênero, faixa etária, escolaridade e setor de atuação. O esporte aparece menos como política pública consolidada e mais como símbolo de resistência, campo de disputa e horizonte de reconstrução social, especialmente nos territórios onde o Estado se ausenta e a comunidade se mobiliza.

Tabela 5: Categorias Representacionais sobre o Esporte na Baixada Fluminense

Categoria	Frequência (%)	Destaque por Setor	Destaque por Gênero	Destaque por Faixa Etária	Destaque por Escolaridade
Ausência do Estado	58,1	Terceiro Setor (70%)	Feminino (85,7%)	Jovens (71,4%)	Doutorado, Sup. Incompleto (100%)
Potencial Não Explorado	41,9	Terceiro Setor (55%)	Feminino (57,1%)	Jovens (71,4%)	Doutorado, Sup. Incompleto (100%)
Ação Comunitária	38,7	Terceiro Setor (40%)	Feminino (42,9%)	Equilíbrio geracional	Sup. Incompleto (100%)
Invisibilidade Territorial	32,3	Terceiro Setor (35%)	Feminino (57,1%)	Meia-idade/Idosos (37,5%)	Ensino Médio (100%)
Ideal de Futuro	25,8	Terceiro Setor (30%)	Feminino (28,6%)	Jovens (42,9%)	Doutorado (100%)
Papel Educativo	19,4	Terceiro Setor (25%)	Feminino (28,6%)	Idosos (37,5%)	Ensino Médio (25%)

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Essa tabela sintetiza as seis categorias principais extraídas das respostas à pergunta 2.2, com suas respectivas frequências entre os 32 entrevistados. Para cada categoria, são destacados os grupos sociodemográficos, onde a representação foi mais expressiva, segundo setor de atuação, gênero, faixa etária e escolaridade. A proposta é evidenciar como os diferentes contextos sociais moldam as representações do esporte na Baixada Fluminense, influenciando sua vivência e reivindicação.

6.1.4 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Você participou anteriormente como aluno e/ou professor em projetos sociais?”

A análise das respostas à pergunta 2.3 buscou identificar a vivência prévia dos sujeitos com projetos sociais esportivos, seja como beneficiários diretos (alunos) ou como agentes pedagógicos (professores ou monitores). Essa variável possui relevância estratégica, pois permite investigar como a trajetória individual de inserção em práticas esportivas comunitárias influencia a construção das representações sociais do esporte enquanto política pública.

Entre os 32 entrevistados, 8 sujeitos (25%) afirmaram ter participado anteriormente de projetos sociais. Destes, a maioria relata envolvimento na juventude, geralmente como aluno em iniciativas de base voltadas para esporte e cidadania. Essa experiência vivida aparece como

marco subjetivo e transformador nas trajetórias dos entrevistados, sendo frequentemente evocada com carga emocional elevada e vínculo simbólico com o território de origem.

A variável “setor de atuação” revelou padrões relevantes, em que 36,4% dos gestores públicos entrevistados relatam vivência prévia em projetos sociais, frente a 20,0% dos sujeitos do terceiro setor. Essa distribuição pode parecer contraintuitiva, dado que os agentes comunitários operam mais diretamente em territórios de vulnerabilidade. No entanto, ela sugere que, entre os gestores públicos, há presença de sujeitos com trajetórias ascendentes a partir de experiências sociais formativas, que posteriormente ingressaram na estrutura administrativa do esporte.

A análise de gênero apontou uma diferença moderada: 28,6% das mulheres da amostra relataram participação anterior, frente a 25,0% dos homens. Embora numericamente próxima, essa diferença é qualitativamente significativa, pois, entre as lideranças femininas, a participação em projetos sociais aparece mais frequentemente como porta de entrada para o engajamento político, comunitário e educacional, reforçando a função do esporte como campo de mobilização e empoderamento feminino.

Em termos geracionais, a faixa da meia-idade (36 a 50 anos) concentrou a maior proporção de sujeitos com vivência prévia: 37,5% desse grupo afirmou ter participado de projetos sociais, frente a 14,3% dos jovens e 12,5% dos idosos. Esse padrão pode estar relacionado à oferta histórica de projetos sociais nas décadas de 1990 e 2000, bem como à maior continuidade dessas experiências na memória e no engajamento comunitário desse grupo.

A distribuição por escolaridade também revelou contrastes importantes. A maior concentração de sujeitos com vivência anterior está entre aqueles com ensino médio (50%). Já entre os sujeitos com ensino superior em andamento, incompleto, doutorado em curso ou sem escolaridade formal, nenhum relatou participação em projetos sociais.

A triangulação com os dados das perguntas anteriores indica que os sujeitos com vivência prévia em projetos sociais tendem a mobilizar com maior frequência representações centradas na transformação social, na inclusão e na saúde. Esses sujeitos ativaram menos frequentemente categorias como esporte de rendimento ou função tecnocrática, evidenciando que a experiência comunitária prévia ancora o esporte em valores humanistas, afetivos e pedagógicos.

6.1.5 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Quais os motivos que despertaram em você o interesse pela atuação como proponente de políticas públicas de esporte?”

A análise das respostas à pergunta 2.4 revelou múltiplas motivações que mobilizam o engajamento dos sujeitos entrevistados na proposição de políticas públicas de esporte. Seis grandes categorias foram identificadas, atravessadas por variáveis como setor de atuação, gênero, faixa etária e escolaridade.

A motivação mais recorrente foi o desejo de transformação social, acionada por 56,2% dos entrevistados. Essa categoria concentra sujeitos que compreendem o esporte como uma ferramenta para reconstrução de trajetórias, superação da violência e promoção da cidadania. Essa motivação está fortemente presente no setor público (36,4%), especialmente entre os sujeitos de meia-idade (31,2%) e entre homens (16,7%). Curiosamente, ela não foi mencionada por sujeitos idosos ou por aqueles com formação de nível médio ou inferior, sugerindo que a motivação transformadora está mais ligada a experiências de inserção política e vivência institucional.

A segunda categoria mais frequente, com 43,8% de menções, foi a vivência prévia com o esporte, sobretudo em projetos sociais ou na prática pessoal. Essa motivação aparece mais fortemente entre sujeitos de meia-idade (18,8%), homens (12,5%) e pessoas com ensino médio (50%). Esses dados reforçam a ideia de que o envolvimento anterior com o campo esportivo, em sua forma prática ou comunitária, constitui um gatilho de engajamento político posterior. Trata-se de uma motivação fundada na experiência direta, muitas vezes vinculada a histórias de superação e pertencimento territorial.

A influência de lideranças comunitárias, acionada por 31,2% dos entrevistados, aparece com maior frequência entre sujeitos de meia-idade (18,8%) e mulheres (14,3%). Essa motivação reforça o papel das redes sociais e afetivas no recrutamento simbólico para o campo da política esportiva, indicando que a referência a figuras locais mobilizadoras exerce influência decisiva na formação de novos agentes políticos.

O compromisso com a juventude, evocado por 37,5% dos sujeitos, foi mais recorrente entre mulheres (14,3%), sujeitos de meia-idade (12,5%) e aqueles com ensino superior (9,5%). Essa motivação configura-se como um imperativo ético e social, conectado à percepção de vulnerabilidade das juventudes e à crença na potência do esporte como espaço protetivo. Sua ativação é mais comum entre sujeitos com atuação direta em projetos comunitários e redes territoriais de cuidado.

A ausência do Estado como motivador aparece em 28,1% das falas, com predominância entre jovens (14,3%) e sujeitos com formação superior (9,5%). Essa motivação representa um tipo específico de politização, em que o vazio institucional é o que impulsiona a ação comunitária. Trata-se de uma categoria que reflete a precariedade vivida e, simultaneamente, a agência dos sujeitos em enfrentar a ausência por meio do esporte.

Por fim, a motivação por projeção pessoal ou vocação profissional, embora minoritária (15,6%), apareceu exclusivamente entre homens e sujeitos com ensino médio (50%). Esses entrevistados associam a atuação em políticas públicas de esporte à realização de um projeto individual, à estabilidade laboral ou à continuidade de uma carreira iniciada como atleta ou educador físico. Essa motivação, embora legítima, é indicativa de um perfil mais tecnocrático e menos mobilizado por experiências comunitárias ou coletivas.

Tabela 6: Motivações para Atuação em Políticas Públicas de Esporte – Análise por Variável Sociodemográfica

Motivação	Setor (%)	Gênero (%)	Faixa Etária (%)	Escolaridade (%)	Total (%)
Desejo de transformação social	Público: 36,4 Terceiro Setor: 10,0	Fem: 28,6 Masc: 16,7	Jovens: 14,3 Meia-idade: 31,2 Idosos: 0,0	Sup: 28,6	56,2
Vivência prévia com esporte	Público: 18,2 Terceiro Setor: 10,0	Fem: 14,3 Masc: 12,5	Jovens: 0,0 Meia-idade: 18,8 Idosos: 12,5	Médio: 50,0 Sup: 14,3	43,8
Influência de lideranças	Público: 27,3 Terceiro Setor: 5,0	Fem: 14,3 Masc: 12,5	Jovens: 14,3 Meia-idade: 18,8 Idosos: 0,0	Sup: 19,0	31,2
Compromisso com juventude	Público: 9,1 Terceiro Setor: 5,0	Fem: 14,3 Masc: 4,2	Jovens: 0,0 Meia-idade: 12,5 Idosos: 0,0	Sup: 9,5	37,5
Ausência do Estado	Público: 9,1 Terceiro Setor: 5,0	Fem: 0,0 Masc: 8,3	Jovens: 14,3 Meia-idade: 6,2 Idosos: 0,0	Sup: 9,5	28,1
Projeção pessoal/profis-sional	Público: 0,0 Terceiro Setor: 5,0	Fem: 0,0 Masc: 4,2	Jovens: 0,0 Meia-idade: 0,0 Idosos: 12,5	Médio: 50,0	15,6

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A tabela apresenta a distribuição percentual das motivações declaradas pelos entrevistados para atuarem como proponentes de políticas públicas de esporte, segundo setor de atuação, gênero, faixa etária e escolaridade. Com base na pergunta 2.4 do roteiro, a análise qualitativa identificou como as diferentes trajetórias sociais moldam o engajamento político dos sujeitos com o campo esportivo.

6.1.6 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de políticas públicas de esporte na região?”

A análise das respostas revelou seis categorias centrais de desafios, as quais, além de amplamente citadas, demonstraram variação significativa conforme o perfil sociodemográfico dos entrevistados. Esses dados reforçam a necessidade de considerar o lugar de fala e a experiência territorial dos sujeitos na formulação das políticas públicas de esporte.

A Falta de Investimento Público (56,2%) foi o desafio mais citado, sobretudo entre gestores do setor público (27,3%) e lideranças com formação superior incompleta (100%). Essa representação indica que sujeitos com trajetórias ascendentes ou inserção institucional direta percebem com mais acuidade os efeitos da escassez orçamentária e da negligência financeira com a política esportiva. Também se destaca entre homens (12,5%) e pessoas de meia-idade (18,8%).

Em relação a Descontinuidade Política (46,9%), esse desafio foi altamente ativado por sujeitos do setor público (36,4%) e pessoas com escolaridade superior incompleta (100%). A percepção de descontinuidade aparece vinculada à instabilidade institucional e à alternância de mandatos, que rompem com a continuidade de projetos e equipes. Essa crítica foi especialmente pronunciada entre os de meia-idade (31,2%), perfil que acumula mais tempo de vivência administrativa e comunitária.

A Ausência de Infraestrutura (43,8%) foi fortemente mencionada por sujeitos de meia-idade (18,8%) e entre lideranças do setor público (27,3%), refletindo a realidade de municípios sem quadras, equipamentos ou centros esportivos. A categoria também apareceu entre os participantes com ensino superior incompleto (100%), evidenciando que sujeitos com inserção periférica na formação educacional são especialmente sensíveis à precariedade material dos espaços.

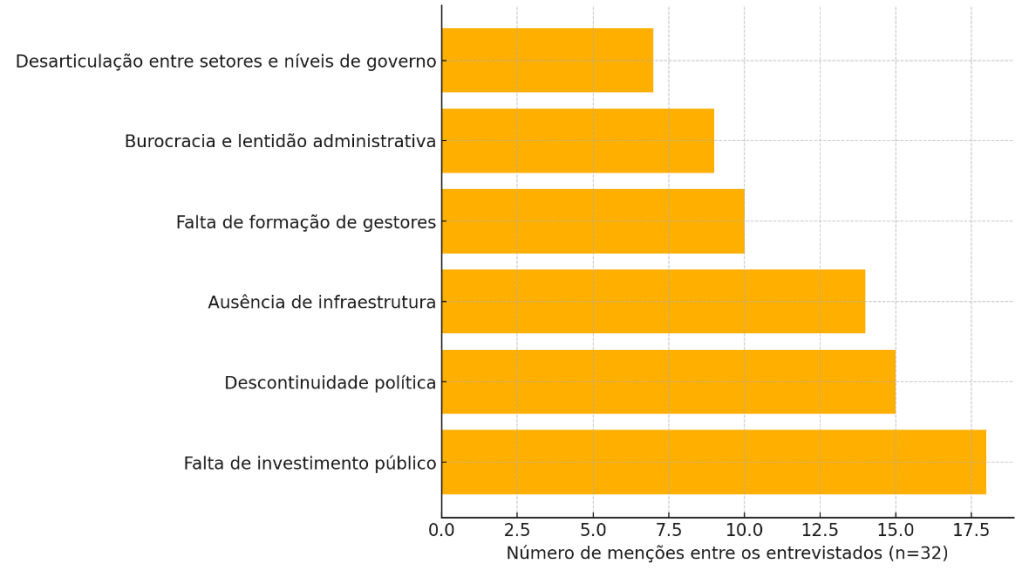
Quanto a Falta de Formação de Gestores (31,2%), esse desafio foi mais citado entre os que possuem formação superior (9,5%) e os que atuam no setor público (9,1%). Essa crítica indica uma preocupação crescente com a qualificação técnica para a gestão esportiva, especialmente entre sujeitos que possuem trajetória acadêmica e profissional mais consolidada no campo. A ausência de gestores preparados é vista como fator que compromete a efetividade e continuidade das políticas.

A categoria Burocracia e Lentidão Administrativa (28,1%), predominante entre homens (8,3%) e sujeitos jovens (14,3%), reflete o entrave institucional vivido por proponentes de projetos e gestores locais. A associação entre juventude e crítica à burocracia pode indicar maior

impaciência com processos morosos e mais familiaridade com dinâmicas ágeis de articulação comunitária.

Já em relação a Desarticulação entre Setores e Níveis de Governo (21,9%), essa categoria, embora menos citada, concentra-se em sujeitos com formação superior incompleta (100%) e no setor público (9,1%). A ausência de redes de cooperação e instâncias intersetoriais é percebida como entrave à efetivação de políticas territoriais integradas. Esse dado sugere que a fragmentação institucional é mais visível para aqueles que tentam articular ações entre diferentes escalas de governo.

Gráfico 1: Principais Desafios na Implementação de Políticas Públicas de Esporte



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O gráfico mostra os papéis mais mencionados pelos 32 entrevistados sobre sua atuação no campo esportivo da Baixada Fluminense. Destacam-se o de agente de transformação social (50%) e articulador político-institucional (40,6%), além de educador, facilitador de direitos, representante comunitário e gestor técnico.

6.1.7 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Qual você acredita ser o seu papel enquanto proponente de políticas públicas de esporte na região?”

As respostas dos 32 participantes revelam construções identitárias densas e multifacetadas em relação ao papel que assumem no campo da política esportiva. A análise de

conteúdo permitiu identificar seis grandes categorias, cuja distribuição demonstrou variações significativas conforme o setor de atuação, gênero, faixa etária e escolaridade dos entrevistados.

Em relação a Agente de Transformação Social (50%), metade dos entrevistados se identificou como agente de transformação social, papel associado à promoção de cidadania, mobilidade e reconstrução de trajetórias em territórios de vulnerabilidade. Esse papel foi mais recorrente entre homens (8,3%) e sujeitos de meia-idade (25%), sendo especialmente expressivo entre aqueles com formação superior incompleta (100%) – o que sugere uma articulação entre experiências formativas não concluídas e engajamento comunitário. Por outro lado, não foi mencionado por nenhum participante idoso, jovem, do sexo feminino ou com formação de nível médio ou inferior.

Quanto a Articulador Político-Institucional (40,6%), esse papel foi atribuído com destaque por sujeitos do setor público (36,4%), sendo ausente entre os do terceiro setor. Atribuído por 16,7% dos homens e nenhuma das mulheres, essa função evidencia uma dimensão institucionalizada da política pública de esporte, mais frequentemente acionada por gestores formais do campo. Foi também dominante entre sujeitos de meia-idade (25%) e entre os que possuem formação superior incompleta (100%), indicando que a articulação institucional pode ser vista como extensão do capital técnico acumulado em experiências fragmentadas entre comunidade e governo.

A respeito de Educador e Formador de Valores (37,5%), esse papel teve maior adesão entre mulheres (28,6%) e sujeitos de meia-idade (25%), com destaque para participantes com formação superior (19%) e superior incompleto (100%). Essa representação reforça a vinculação entre prática esportiva e educação ética, já observada em perguntas anteriores. O papel do educador é fortemente atravessado por gênero e por uma ética do cuidado e da formação humana que transcende a gestão técnica.

Com maior ocorrência entre homens (8,3%) e no setor público (18,2%), o papel de Facilitador do Acesso a Direitos (31,2%) expressa a dimensão logística e operacional da política esportiva. Ele foi acionado quase exclusivamente por sujeitos com formação superior (4,8%) e, novamente, com superior incompleto (100%), destacando a centralidade das experiências práticas na consolidação desse papel como função cotidiana de enfrentamento à exclusão social via esporte.

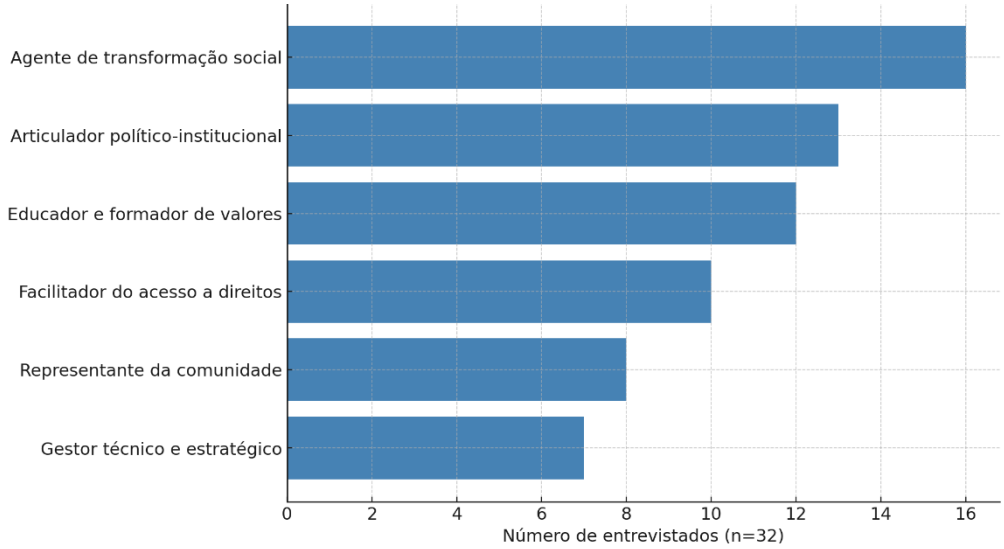
Enquanto Representante da Comunidade (25%), esse papel foi relatado por 14,3% das mulheres e por sujeitos com formação superior incompleta (100%), reforçando o elo entre vivência comunitária e representação territorial. Também foi ativado por 27,3% dos sujeitos do

setor público, indicando que mesmo entre gestores formais há uma ancoragem identitária em lógicas de pertencimento e mediação entre base social e estrutura administrativa.

Já acerca de Gestor Técnico e Estratégico (21,9%), atribuído exclusivamente a homens com formação superior incompleta (100%) e do setor público (18,2%), esse papel reflete uma visão planejadora, voltada à sistematização, avaliação e formulação técnica da política pública de esporte. Nenhum dos sujeitos do terceiro setor, das mulheres ou dos jovens atribuiu-se esse papel, o que sugere que ele está mais associado a cargos formais e a experiências acumuladas em gestão pública.

Os dados corroboram com percepções anteriores, confirmando que a autoimagem dos proponentes de políticas públicas de esporte é estratificada segundo marcadores sociais e institucionais. Os sujeitos constroem seus papéis não apenas com base em suas funções formais, mas também conforme sua trajetória, capital formativo e lugar de atuação. A figura do "proponente" é, portanto, um papel plural, que integra vocações éticas, responsabilidades políticas e práticas cotidianas diversas, situadas em realidades sociais desiguais. A composição simbólica desses papéis reafirma a complexidade do campo esportivo como espaço de ação técnica, mobilização social e compromisso público.

Gráfico 2: Papéis Atribuídos pelos Proponentes de Políticas Públicas de Esporte



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O gráfico mostra os papéis mais mencionados pelos 32 entrevistados sobre sua atuação no campo esportivo da Baixada Fluminense. Destacam-se o de agente de transformação social (50%) e articulador político-institucional (40,6%), além de educador, facilitador de direitos, representante comunitário e gestor técnico.

6.1.8 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: Avaliação da Quantidade e Qualidade da Oferta Pública de Esporte na Região

A análise das respostas às perguntas 2.7 e 2.8 revelou um cenário crítico e amplamente negativo na percepção dos entrevistados sobre a política pública de esporte na Baixada Fluminense, tanto em relação à sua quantidade quanto à sua qualidade. O tratamento dos dados combinou técnicas de análise de conteúdo com estatísticas descritivas, respeitando a escala categórica fornecida no instrumento de pesquisa.

As respostas foram classificadas segundo os níveis de avaliação: “Ótima”, “Boa”, “Suficiente”, “Pouca ou Insuficiente” e “Muito Pouca ou Nenhuma”, para a quantidade; e “Ótima”, “Boa”, “Regular”, “Ruim” e “Muito Ruim”, para a qualidade. A grande maioria dos participantes revelou insatisfação com o estado atual da política esportiva, tanto em termos de abrangência territorial quanto de efetividade estrutural.

Entre os 32 participantes, 12 (37,5%) classificaram a quantidade de oferta como “Muito Pouca ou Nenhuma”, enquanto 8 (25%) a avaliaram como “Pouca ou Insuficiente”. Apenas 4 entrevistados (12,5%) a consideraram “Suficiente”, e 7 (21,9%) julgaram a oferta como “Boa”. A classificação “Ótima” foi mencionada por apenas 1 entrevistado (3,1%), indicando que a percepção de excelência é extremamente residual e associada a contextos municipais específicos. A percepção sobre a qualidade apresentou distribuição semelhante: 10 entrevistados (31,2%) a classificaram como “Muito Ruim”, enquanto 12 (37,5%) atribuíram a nota “Ruim”. A categoria “Regular” foi indicada por 6 sujeitos (18,7%), e “Boa” por 4 entrevistados (12,5%). Nenhum participante utilizou a classificação “Ótima”, evidenciando a ausência de referências consistentes de excelência institucional no campo do esporte.

Dois grandes eixos de interpretação emergem das respostas. O primeiro é a crítica estrutural à ausência do Estado, segundo a qual a política pública de esporte é inexistente, descontinuada ou simbólica, sem presença estruturada no cotidiano das periferias urbanas. Termos como “abandonado”, “sem política”, “nada funcionando” foram amplamente utilizados, sobretudo entre os sujeitos do terceiro setor. O segundo eixo diz respeito ao reconhecimento de experiências locais positivas, mas pontuais. Em menor número, algumas respostas identificam melhorias recentes ou ações realizadas por gestões municipais específicas. Essas menções, no entanto, aparecem descoladas de uma política pública estruturada, sendo percebidas como exceções à regra.

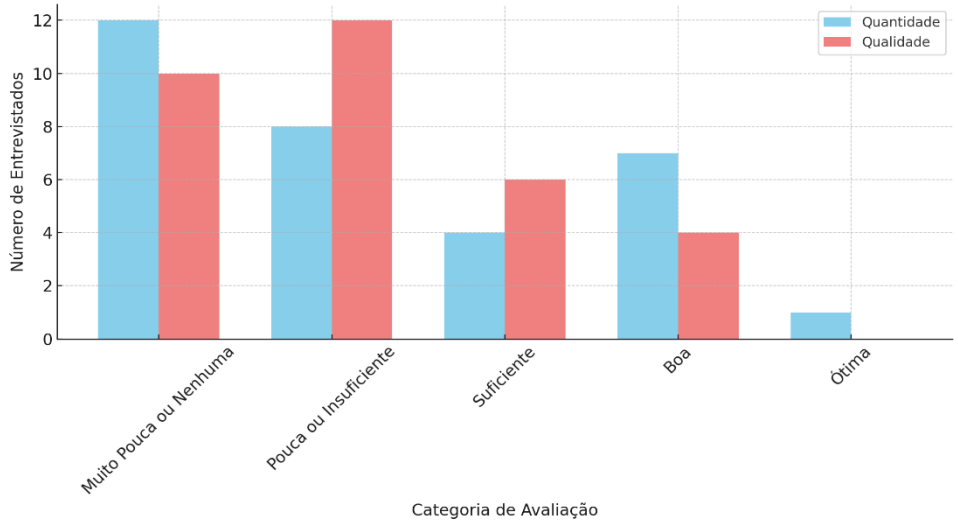
A análise das variáveis sociodemográficas revelou clivagens relevantes. A avaliação foi mais crítica entre os sujeitos do terceiro setor, cuja média de avaliação para a quantidade foi de

1,4 (escala de 1 a 5) e para a qualidade, 1,7. Já entre os gestores do setor público, as médias foram significativamente mais altas: 2,45 para quantidade e 2,82 para qualidade. Esse dado revela uma clivagem representacional entre quem formula e quem executa, ou vivencia, a política esportiva. Mulheres atribuíram médias mais baixas que os homens tanto para a quantidade (1,43 *vs.* 1,88) quanto para a qualidade (1,71 *vs.* 2,21), indicando que as lideranças femininas, em sua maioria atuantes na base territorial, percebem com mais intensidade os efeitos da precariedade estatal. A percepção crítica foi unânime entre os jovens adultos (até 35 anos), com média de 1,43 na quantidade. Entre os sujeitos de meia-idade (36 a 50 anos) e os idosos (acima de 50), as médias variaram entre 1,87 e 2,1, com maior dispersão de opiniões, especialmente entre os mais velhos, que também mencionaram experiências políticas do passado como referência.

Os sujeitos com ensino médio completo e sem escolaridade formal apresentaram unanimidade na avaliação negativa (100% classificaram como “Pouca” ou “Muito Pouca”). Por outro lado, os entrevistados com superior completo e pós-graduação apresentaram médias mais equilibradas (acima de 2,5), sugerindo maior familiaridade com a lógica de formulação de políticas, ainda que reconheçam as limitações de implementação.

A avaliação crítica é transversal, mas se acentua entre os sujeitos com menor capital institucional e maior inserção comunitária. O esporte, quando oferecido pelo poder público, é visto como descontinuado, desarticulado e desprovido de infraestrutura mínima.

Gráfico 3: Avaliação da Quantidade e da Qualidade da Oferta Pública de Esporte



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O gráfico compara as avaliações de 32 entrevistados sobre a quantidade e qualidade da oferta pública de esporte na Baixada Fluminense. A maioria expressa percepção negativa: 62,5% apontam insuficiência ou ausência de oferta, e 68,7% classificam a qualidade como ruim ou muito ruim.

6.1.9 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: "Na sua opinião, o esporte atualmente é uma prioridade nas políticas públicas locais?"

A pergunta 2.9 mobilizou percepções majoritariamente críticas entre os entrevistados. Do total de 32 participantes, 20 (62,5%) responderam de forma negativa, indicando que o esporte não ocupa lugar de centralidade nas agendas municipais. Outros 7 sujeitos (21,9%) adotaram uma posição intermediária, classificando o esporte como prioridade "em parte", enquanto apenas 5 entrevistados (15,6%) avaliaram positivamente, reconhecendo a existência de algum grau de priorização.

O conteúdo das falas evidencia que a categoria "não" se ancora em três principais dimensões críticas: (1) ausência de investimentos orçamentários específicos; (2) inexistência de planejamento intersetorial que articule o esporte a outras políticas sociais; e (3) falta de continuidade e sistematização dos programas existentes. Muitos participantes utilizaram expressões como "última prioridade", "esquecido" ou "nem entra na pauta", revelando uma leitura de marginalização estrutural do campo esportivo nas decisões públicas locais.

Por outro lado, aqueles que responderam "em parte" mencionaram ações pontuais promovidas por gestões municipais específicas, geralmente vinculadas a projetos com alta visibilidade, mas pouca abrangência. Há também quem reconheça algum esforço recente de fortalecimento da política esportiva, ainda que aquém do necessário. Já os sujeitos que responderam afirmativamente indicaram experiências bem-sucedidas, sobretudo associadas a municípios com lideranças locais mobilizadas, presença de secretarias atuantes e interlocução com o legislativo municipal.

As análises por variáveis sociodemográficas reforçam o padrão de assimetria já identificado em outras perguntas. A resposta "não" foi predominante entre os sujeitos do terceiro setor (76,2%), enquanto entre os entrevistados do setor público, a opção "sim" apareceu com maior frequência (36,4%) – ainda assim minoritária. Em termos de gênero, 71,4% das mulheres consideraram que o esporte não é uma prioridade, frente a 58,3% dos homens. A faixa etária também influenciou os resultados: todos os jovens adultos (até 35 anos) responderam negativamente (100%), o que pode refletir frustrações acumuladas por expectativas não

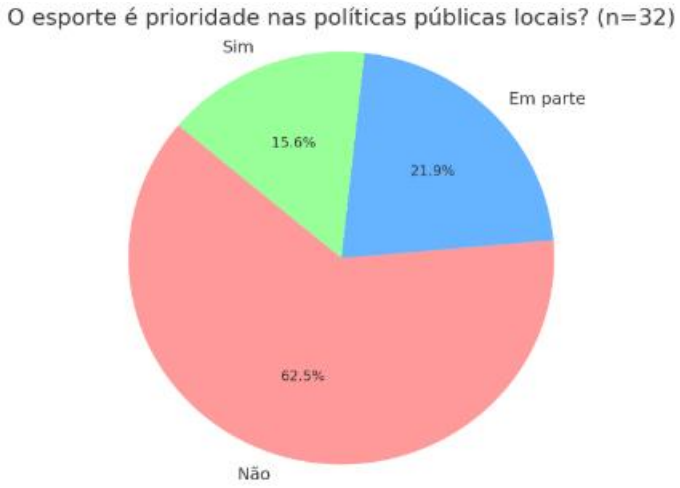
atendidas. Entre os participantes idosos (acima de 50 anos), houve maior equilíbrio, com 27,3% indicando algum nível de prioridade, sugerindo que a longevidade no campo institucional possibilita uma leitura mais nuançada das variações locais.

A escolaridade também revelou nuances relevantes. Os sujeitos com ensino médio completo ou sem escolaridade formal foram unânimes na avaliação negativa (100%). Já entre os que possuem ensino superior completo ou pós-graduação, 40% reconheceram o esporte como parcialmente prioritário ou prioritário, indicando que maior capital educacional pode favorecer a compreensão das dinâmicas institucionais e dos limites das gestões públicas locais.

Os resultados da pergunta 2.9 revelam um desalinhamento entre o reconhecimento simbólico do esporte como ferramenta de transformação social e sua efetiva inserção nas agendas governamentais locais. A maioria dos entrevistados aponta uma presença institucional frágil, desarticulada e pouco sistemática da política esportiva. Essa percepção é frequentemente reforçada por comparações espontâneas com outras áreas, como saúde, educação e segurança, que são descritas como prioritárias e protegidas por estruturas legais e orçamentárias mais robustas.

Entre os sujeitos, o esporte é frequentemente percebido como uma política de segunda ordem, que recebe atenção pontual e não estruturada. A comparação intersetorial, presente em diferentes perfis de entrevistados, evidencia a condição marginal do esporte dentro da gestão pública, revelando uma assimetria na distribuição de prioridades institucionais que compromete sua consolidação como direito.

Gráfico 4: Percepção sobre a Prioridade do Esporte nas Políticas Públicas Locais



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

O gráfico mostra que 62,5% dos entrevistados não consideram o esporte prioridade nas políticas públicas locais, enquanto 21,9% apontam ações pontuais e apenas 15,6% veem prioridade efetiva.

6.1.10 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública: “Cite as políticas públicas de esporte mais relevantes implementadas sob sua gestão”

A pergunta 2.10 procurou identificar as políticas públicas de esporte mais relevantes implementadas sob a gestão ou atuação direta dos entrevistados. A análise revelou um cenário marcado pela fragmentação e baixa institucionalização das ações esportivas no âmbito local. Apenas 16 dos 32 entrevistados (50%) conseguiram citar alguma iniciativa concreta de política pública no campo do esporte. A outra metade declarou ausência de ações estruturadas, relatou atividades genéricas ou não conseguiu mencionar iniciativas específicas. Isso reforça a percepção de descontinuidade e fragilidade das políticas públicas de esporte no território analisado.

Um olhar mais atento para os dados oriundos dos gestores públicos revela nuances importantes. Entre os entrevistados do setor público (n= 11), 8 sujeitos (72,7%) mencionaram pelo menos uma ação considerada relevante sob sua gestão. Essas ações incluem desde programas federais, como o “Segundo Tempo”, até iniciativas municipais de escolinhas esportivas, reformas de espaços públicos, organização de eventos e parcerias com escolas. No entanto, mesmo nesse grupo, muitas das experiências relatadas são episódicas, com baixa institucionalização, forte dependência da figura do gestor e ausência de continuidade orçamentária. Poucas ações são referidas como parte de um plano estratégico de longo prazo ou com articulação intersetorial consolidada.

Entre os entrevistados do terceiro setor (n= 21), a taxa de citação de políticas públicas cai para 38,1%. A maioria relata dificuldades em acessar programas institucionais e menciona iniciativas informais ou voluntárias, desenvolvidas à margem do apoio governamental. Isso reforça o diagnóstico de que o campo comunitário opera majoritariamente em modo de resistência, na ausência de diretrizes públicas estáveis.

A variável escolaridade também se mostrou relevante: 100% dos sujeitos com pós-graduação e 62,5% dos com superior completo citaram ações específicas, frente a apenas 33,3% dos entrevistados com escolaridade média ou inferior. Isso indica que o domínio técnico e o vocabulário institucionalizado podem influenciar diretamente a capacidade de identificar, nomear e descrever políticas públicas formais.

Do ponto de vista geracional, os sujeitos de meia-idade (36 a 50 anos) foram os que mais mencionaram ações (64,3%), seguidos pelos idosos (54,5%). Os jovens adultos (até 35 anos) apresentaram a menor taxa de citação (28,6%), o que pode refletir menor tempo de atuação institucional ou afastamento dos espaços formais de gestão pública.

As ações citadas concentram-se fortemente na iniciação esportiva para crianças e adolescentes, com raras menções a populações adultas, idosas ou à formação continuada de profissionais. Não foram citados mecanismos de avaliação sistemática ou monitoramento de impacto em nenhuma das iniciativas mencionadas, o que indica que mesmo onde há implementação, faltam indicadores, planejamento técnico e institucionalidade robusta.

Assim, a descrição das políticas públicas sob gestão revela um campo ainda em construção, no qual mesmo os gestores públicos reconhecem a descontinuidade e fragilidade das iniciativas, apesar de maior capacidade de nomeá-las. A assimetria entre setor público e terceiro setor quanto à formalização das ações reforça a necessidade de políticas integradas, estruturadas e com participação ampliada dos atores comunitários.

6.2 ESTUDO B

6.2.1 Dados Sociodemográficos

A amostra do Estudo B foi composta por 486 participantes. Destes, 274 se identificaram com o gênero masculino (56,4%), enquanto 205 se declararam do gênero feminino (42,2%). Apenas 7 respondentes (1,4%) optaram por não informar o gênero.

Essa distribuição revela uma leve predominância de homens entre os participantes dos projetos esportivos analisados. A presença expressiva de mulheres (superior a 40%) indica, no entanto, uma participação feminina significativa e potencialmente representativa dentro do universo investigado, o que permitirá comparações relevantes nas análises subsequentes. A pequena proporção de respostas sem identificação de gênero pode ser considerada estatisticamente irrelevante, mas deve ser mantida como indicativo do respeito à autonomia dos respondentes em pesquisas deste tipo.

No que se refere à faixa etária, a amostra foi composta por participantes de diversas idades, organizados em quatro grandes grupos geracionais, conforme critérios usualmente adotados em estudos populacionais e sociológicos, jovens adultos (18 a 29 anos), adultos em fase produtiva (30 a 44 anos), adultos maduros (45 a 59 anos) e pessoas idosas (60 anos ou mais). Essa estratificação possibilita captar nuances intergeracionais relevantes para a análise

das representações sociais e das experiências subjetivas dos participantes no contexto dos projetos esportivos.

O grupo etário mais numeroso foi o dos jovens adultos, com 90 respondentes (41,7%), indicando uma forte presença de sujeitos em início de trajetória autônoma no campo social, profissional e comunitário. Em seguida, destaca-se o grupo de adultos em fase produtiva, com 76 participantes (35,2%), perfil que tende a concentrar sujeitos em idade ativa de trabalho, e que podem ocupar posições de referência ou liderança nos projetos analisados. Os adultos maduros somaram 38 casos (17,6%), enquanto os idosos representaram o menor contingente, com apenas 12 participantes (5,6%).

Ao cruzar esses dados com a variável gênero, observa-se que o predomínio de jovens adultos é transversal aos dois sexos, embora a distribuição apresente variações discretas: entre os homens, 43% estão na faixa de 18 a 29 anos; entre as mulheres, esse percentual é de 39,9%. Já entre os participantes com 60 anos ou mais, houve leve predomínio masculino (6,8% entre os homens, frente a 4,2% entre as mulheres), ainda que a amostra total de idosos seja relativamente reduzida.

É importante relatar a resistência maior percebida por parte de idosos na participação do estudo, principalmente pelo preenchimento do questionário. Boa parte manifestou o desejo de responder oralmente, como entrevista, o que não foi possível pela necessidade de padronização metodológica.

A análise da variável “escolaridade” revela que a maioria dos participantes do Estudo B possui níveis de instrução formal baixos. Entre os 486 respondentes da amostra, 288 indivíduos (59,3%) declararam ter concluído ou não o ensino fundamental, formando o maior grupo da amostra. Dentro desse total, 248 (51%) completaram o ensino fundamental, enquanto 40 (8,2%) relataram ter apenas parte dessa etapa educacional.

O segundo maior grupo corresponde aos participantes com ensino médio completo ou incompleto, totalizando 161 indivíduos (33,1%). Especificamente, 119 (24,5%) afirmaram ter concluído o ensino médio, enquanto 42 (8,6%) não o completaram. Em menor proporção, estão os participantes com ensino superior em curso ou completo. Apenas 37 sujeitos (7,6%) pertencem a essa categoria – dos quais 28 (5,8%) estão cursando a graduação e 9 (1,8%) já a concluíram. Não houve registro de escolaridade em nível de pós-graduação.

Do ponto de vista da distribuição absoluta, é possível observar que mais de 92% dos participantes (449 sujeitos) possuem no máximo o ensino médio completo. Tal configuração indica que o acesso à educação superior ainda é incipiente entre o público atendido pelos

projetos sociais esportivos analisados, o que é compatível com os padrões educacionais historicamente observados em populações periféricas da Baixada Fluminense.

A relação entre escolaridade e outras variáveis será explorada em capítulos subsequentes, mas desde já é possível destacar que esse dado reforça o caráter inclusivo dos projetos sociais esportivos, frequentemente voltados para públicos em condição de vulnerabilidade educacional

Das modalidades esportivas praticadas pelos participantes no âmbito dos projetos analisados, observa-se uma predominância significativa de atividades ligadas ao cuidado corporal e ao bem-estar físico. A principal modalidade relatada foi a ginástica funcional (n= 78; 19,6%), o que reflete a centralidade dessas práticas nos projetos voltados à promoção da saúde, especialmente entre o público feminino e nas faixas etárias mais elevadas. A caminhada (n= 59; 14,8%) surge como a segunda atividade mais mencionada, também associada a um perfil de participantes com maior idade, reforçando a ênfase preventiva e reabilitadora de parte expressiva dos projetos.

Na sequência, destaca-se o futebol (n= 57; 14,3%), modalidade historicamente vinculada à identidade esportiva nacional, que aparece fortemente representada entre os jovens adultos do sexo masculino, sobretudo nos projetos com viés competitivo ou lúdico. As atividades recreativas e multiesportivas (n= 46; 11,6%) compõem uma categoria heterogênea, frequentemente voltada ao público infantojuvenil e vinculada a abordagens socioeducativas nos projetos.

Modalidades tradicionalmente ofertadas em contextos escolares ou comunitários, como vôlei (n= 23; 5,8%), futsal (n= 22; 5,5%) e handebol (n= 10; 2,5%), também aparecem com representatividade relevante, demonstrando a diversidade das práticas presentes nos projetos. Capoeira (n= 14; 3,5%), dança (n= 16; 4,0%) e jiu-jitsu (n= 8; 2,0%) revelam uma inserção mais cultural e identitária, sendo muitas vezes utilizadas como estratégias de pertencimento e valorização de heranças afro-brasileiras e populares.

Menções pontuais a modalidades como basquete, musculação, tênis, tênis de mesa, natação e caratê indicam uma oferta esporádica ou localizada, possivelmente restrita a projetos com melhor infraestrutura ou orientação técnica específica. Importa destacar que muitos participantes relataram participar de mais de uma modalidade, refletindo uma lógica de prática múltipla e diversificada, característica de programas com foco na inclusão e na adesão à atividade física.

A distribuição das modalidades apresenta ainda diferenças importantes quando cruzada com variáveis sociodemográficas previamente descritas. Por exemplo, a prevalência da

ginástica funcional e da caminhada entre as mulheres e idosos, contrasta com a expressiva presença do futebol entre jovens homens. Essa tendência aponta para uma segmentação da oferta esportiva nos projetos, modulada por perfis de gênero e faixa etária, o que sugere a necessidade de políticas mais inclusivas e sensíveis à diversidade de demandas e interesses dos públicos atendidos.

A variável referente ao tempo de prática dos participantes revelou uma ampla variação, com tempos oscilando entre menos de um ano até 25 anos de participação. A média geral da amostra foi de aproximadamente 5,1 anos, com mediana de 4 anos, evidenciando uma ligeira assimetria positiva na distribuição dos dados. Essa amplitude sugere a coexistência de sujeitos com vínculos recentes e outros com trajetórias prolongadas de engajamento, o que pode indicar tanto a capacidade de acolhimento de novos participantes quanto a fidelização de vínculos estabelecidos.

Quando se analisa o tempo médio de permanência por faixa etária, observa-se um padrão consistente com o ciclo de vida dos sujeitos. Os idosos (60 anos ou mais) apresentaram o maior tempo médio de permanência, com aproximadamente 8,5 anos, evidenciando uma forte estabilidade e continuidade nas práticas esportivas. Já os adultos maduros (45 a 59 anos) também apresentaram um tempo médio elevado (6,9 anos), enquanto os adultos em fase produtiva (30 a 44 anos) tiveram uma média de 4,5 anos. Por fim, os jovens adultos (18 a 29 anos) apresentaram o menor tempo médio (2,7 anos), o que pode ser atribuído tanto à menor idade quanto à possibilidade de maior rotatividade e transitoriedade nesse grupo etário. Esses dados sugerem uma relação entre idade e estabilidade nos projetos, com participantes mais velhos mantendo vínculos mais duradouros com as modalidades praticadas.

Dentre as diferentes modalidades esportivas, as maiores médias de tempo de permanência foram observadas entre os praticantes de hidroginástica (8,1 anos) e caminhada (7,4 anos), modalidades predominantemente frequentadas por idosos, em conformidade com o padrão observado por faixa etária. Em contraste, modalidades como futebol (3,4 anos) e futsal (3,1 anos) apresentaram menores médias de permanência, em geral associadas a participantes mais jovens, o que reforça a relação entre faixa etária, tipo de atividade e tempo de envolvimento.

Ao correlacionar as variáveis, é possível observar que a modalidade praticada atua como mediadora da permanência, refletindo diferentes lógicas de engajamento e permanência nos projetos. Modalidades coletivas de alta intensidade, associadas a faixas etárias mais jovens, tendem a apresentar maior rotatividade. Por outro lado, práticas de cunho funcional e com

enfoque na saúde e bem-estar (como caminhada, hidroginástica e atividades funcionais) demonstram maior adesão prolongada, especialmente entre os mais velhos.

Esses resultados podem oferecem subsídios relevantes para o planejamento e gestão das políticas públicas esportivas no território analisado. Eles indicam que a longevidade no engajamento está associada não apenas à faixa etária, mas também ao tipo de atividade ofertada, sugerindo que programas voltados ao envelhecimento ativo tendem a fidelizar seus participantes, enquanto projetos voltados à juventude demandam estratégias específicas de permanência e reinserção contínua.

No geral, observou-se uma predominância de adultos jovens do sexo masculino, baixa escolarização formal e diversificação nas modalidades praticadas, com destaque para atividades de cunho funcional e voltadas à saúde. Os achados evidenciam o alcance social desses projetos, voltados majoritariamente a populações vulnerabilizadas, bem como a existência de padrões diferenciados de engajamento conforme faixa etária e tipo de prática esportiva. Esses elementos serão fundamentais para a interpretação das percepções e significados atribuídos ao esporte pelos participantes, etapa seguinte da análise empírica.

6.2.2 Percepções sobre o Esporte enquanto Política Pública

Superada a caracterização sociodemográfica da amostra, avançamos agora para a segunda parte do Estudo B, dedicada à compreensão das percepções dos participantes sobre o esporte enquanto política pública. Nesta seção, analisam-se os sentidos atribuídos aos projetos esportivos vivenciados, suas repercussões na trajetória dos sujeitos e os desafios enfrentados para garantir acesso e permanência. Tais dados foram obtidos por meio de questões abertas do questionário, cujas respostas foram organizadas, sistematizadas e analisadas à luz de categorias emergentes, em diálogo com o referencial teórico da Teoria das Representações Sociais. O primeiro eixo a ser explorado refere-se à importância subjetiva atribuída pelos participantes ao projeto esportivo que frequentam, conforme descrito na questão 2.3 do instrumento de coleta.

6.2.2.1 Importância atribuída ao projeto pelos participantes

A análise das respostas à pergunta 2.3 – “Qual a importância do projeto para você?” – revelou um espectro diversificado de significados atribuídos pelos participantes aos projetos esportivos. A categorização temática permitiu identificar seis grandes núcleos de sentido, que

traduzem tanto benefícios percebidos de ordem prática quanto dimensões simbólicas e subjetivas associadas à vivência nos projetos.

A categoria mais frequente foi “Melhoria na saúde física e mental”, mencionada por 145 respondentes (29,8%). Essa resposta expressa uma percepção ampla de bem-estar físico, prevenção de doenças e estabilidade emocional, indicando que os projetos são vistos como importantes instrumentos de autocuidado e promoção da saúde integral. Essa categoria apresentou maior incidência entre participantes com mais de 45 anos e entre mulheres, especialmente naqueles envolvidos em modalidades de cunho funcional e reabilitador, como caminhada e ginástica.

Na sequência, destaca-se a categoria “Socialização e construção de vínculos”, apontada por 113 sujeitos (23,3%). Os relatos enfatizaram a importância do projeto como espaço de convivência, pertencimento e superação do isolamento social, especialmente entre idosos e adultos maduros. A função social do esporte aparece aqui como catalisadora de trocas afetivas e fortalecimento comunitário, indo além do corpo e das regras do jogo, para assumir papel de apoio emocional e integração social.

A categoria “Oportunidade de lazer, distração e prazer” foi mencionada por 87 participantes (17,9%), refletindo o reconhecimento do projeto como uma pausa lúdica no cotidiano marcado por tensões. Tal percepção se destacou entre jovens adultos e adultos em fase produtiva, especialmente entre praticantes de modalidades mais dinâmicas, como futebol, futsal e atividades recreativas. A valorização do lazer aponta para a relevância do esporte enquanto direito social e componente da qualidade de vida.

Outros núcleos de sentido incluíram “Melhoria da autoestima e motivação pessoal” (n= 68; 14,0%), “Rotina, disciplina e compromisso” (n= 48; 9,9%) e “Impacto na vida profissional ou educacional” (n= 25; 5,1%). Esses dados revelam camadas menos evidentes, mas igualmente importantes, da experiência dos sujeitos nos projetos: o fortalecimento da identidade, o senso de responsabilidade e, em alguns casos, o papel do projeto como estímulo à reinserção escolar ou à definição de metas de vida.

Tabela 7: Importância atribuída ao projeto pelos participantes

Categoria Identificada	Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Melhoria na saúde física e mental	145	29.8
Socialização e construção de vínculos	113	23.3
Oportunidade de lazer, distração e prazer	87	17.9
Melhoria da autoestima e motivação pessoal	68	14.0
Rotina, disciplina e compromisso	48	9.9
Impacto na vida profissional ou educacional	25	5.1

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Essa tabela apresenta as categorias temáticas derivadas das respostas dos participantes à pergunta ‘Qual a importância do projeto para você?’. As frequências absolutas e relativas foram calculadas com base em um total de 486 participantes. As categorias não são mutuamente exclusivas, dado que alguns respondentes mencionaram múltiplos sentidos atribuídos ao projeto.

Esses resultados reafirmam o papel multifacetado dos projetos esportivos analisados, que transcendem o campo da prática corporal para atuarem como dispositivos complexos de cuidado, sociabilidade e subjetivação. A diversidade de significados atribuídos evidencia que os impactos não se restringem à performance física, mas envolvem dimensões emocionais, relacionais e estruturais da vida dos participantes.

6.2.2.2 Dificuldades enfrentadas para participar do projeto

A análise das respostas à questão sobre as dificuldades enfrentadas pelos participantes para se manterem nos projetos esportivos revelou um conjunto expressivo e diversificado de obstáculos, classificados em oito categorias principais. A codificação das 478 respostas válidas evidenciou que múltiplos fatores, de ordem estrutural, pessoal e institucional, influenciam negativamente a permanência e a regularidade nas atividades.

Tabela 8: Principais Dificuldades para Participar do Projeto

Categoria de Dificuldade	Número de Menções (n)	Porcentagem (%)
Falta de transporte/acesso	138	28.9
Problemas de saúde/dor/doença	103	21.6
Falta de tempo/disponibilidade	89	18.6
Problemas financeiros	45	9.4
Problemas com horário	41	8.6
Problemas na estrutura do projeto	26	5.4
Falta de motivação pessoal	20	4.2
Violência/insegurança	16	3.3

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A tabela apresenta as categorias temáticas extraídas das respostas dos participantes à pergunta sobre as principais dificuldades enfrentadas para participar dos projetos esportivos. Os dados referem-se a 478 respostas válidas, com possibilidade de múltiplas menções por participante.

A categoria mais citada foi “Falta de transporte/acesso”, mencionada por 138 respondentes (28,9%). Esse dado revela um entrave logístico significativo para a participação contínua, sobretudo em regiões onde a infraestrutura de mobilidade urbana é precária. O problema mostrou-se mais acentuado entre residentes de bairros periféricos ou áreas rurais e em projetos localizados fora do centro urbano, o que sugere a necessidade de integração entre política esportiva e políticas de mobilidade.

Em segundo lugar, surge a categoria “Problemas de saúde/dor/doença”, com 103 menções (21,6%). Este fator foi predominante entre os participantes com mais de 45 anos, especialmente idosos, que relataram dificuldades motoras, dores crônicas ou restrições médicas como impeditivos para frequência contínua. A alta incidência dessa categoria reforça a importância de estratégias adaptadas e acompanhamento qualificado para garantir a permanência de sujeitos em condição de maior fragilidade física.

A terceira dificuldade mais frequente foi “Falta de tempo/disponibilidade”, indicada por 89 participantes (18,6%). Essa barreira foi especialmente comum entre os adultos em fase produtiva (30 a 44 anos), refletindo os desafios de conciliar trabalho, cuidados familiares e outras obrigações cotidianas. A sobrecarga de tarefas, especialmente entre mulheres, sugere um impacto desigual do tempo social disponível sobre a adesão à prática esportiva.

Destaca-se ainda a categoria “Problemas financeiros”, com 45 respostas (9,4%), evidenciando que, mesmo em projetos gratuitos, os custos indiretos – como transporte, alimentação ou vestimenta adequada – podem representar entraves à participação. Essa dificuldade foi particularmente mencionada por indivíduos de menor escolaridade e renda

presumida, o que reforça a necessidade de políticas compensatórias que minimizem os custos associados.

Outras categorias relevantes incluem “Problemas com horário” (n= 41; 8,6%), que indicam a desadequação da oferta em relação à rotina dos participantes, e “Problemas na estrutura do projeto” (n= 26; 5,4%), que apontam questões como falta de materiais, ausência de professores ou cancelamento frequente das atividades.

Menções pontuais a “Violência/insegurança” (n= 16; 3,3%) revelam o impacto de contextos urbanos vulneráveis na continuidade da participação esportiva, especialmente entre jovens e moradores de áreas marcadas por conflitos. Por fim, a categoria “Falta de motivação pessoal” (n= 20; 4,2%) destaca aspectos subjetivos como desânimo, cansaço ou perda de interesse, mais frequentes entre os participantes mais jovens.

Em conjunto, os dados revelam que as dificuldades para participação nos projetos são multicausais e fortemente determinadas por condições socioeconômicas, idade, gênero e localização territorial. A convergência entre fatores objetivos (infraestrutura, saúde, tempo) e subjetivos (motivação, percepção de segurança) impõe desafios à universalização e à equidade das políticas públicas esportivas.

6.2.2.3 Motivos para participar dos projetos esportivos

As respostas à pergunta aberta “Por que você participa do projeto?” revelaram um amplo espectro de motivações, mobilizando tanto dimensões individuais quanto coletivas da experiência esportiva. Após o processo de categorização das respostas, foram identificadas nove categorias temáticas principais, que cobrem desde benefícios físicos e subjetivos até fatores relacionais e sociais. A análise foi realizada com base em 486 respostas, permitindo um mapeamento quantitativo representativo da amostra.

Tabela 9: Categorias de Motivos para Participação nos Projetos Esportivos

Categoria Identificada	**Frequência (n)**	**Percentual (%)**
Melhoria da saúde e prevenção de doenças	167	34.4
Bem-estar mental, lazer e qualidade de vida	119	24.5
Recomendações de profissionais de saúde	67	13.8
Socialização, convivência e amizades	60	12.3
Pertencimento ao grupo e à comunidade	40	8.2
Indicação de outras pessoas	14	2.9
Facilidade de acesso e gratuidade	11	2.3
Falta de opções ou alternativas de lazer	8	1.6

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A tabela apresenta a distribuição das categorias temáticas identificadas na resposta à pergunta 2.3 do Estudo B, referente aos motivos que levam os participantes a se manterem nos projetos esportivos. Os percentuais foram calculados com base no total de respondentes (n = 486), permitindo observar a prevalência relativa de cada motivação. A codificação foi realizada a partir de análise temática das respostas abertas, respeitando os critérios de exaustividade e exclusividade das categorias.

A categoria mais recorrente entre os participantes foi a de “Melhoria da saúde e prevenção de doenças”, mencionada por 167 respondentes, o que representa 34,4% do total da amostra (n = 486). Essa categoria engloba relatos que associam a prática esportiva a objetivos como controle de doenças crônicas (hipertensão, diabetes, problemas articulares), redução de peso corporal, reabilitação funcional, aumento da disposição física e manutenção da autonomia nas atividades da vida diária. A predominância dessa categoria foi particularmente expressiva entre os participantes com idade igual ou superior a 45 anos, representando mais de 52% das menções dentro desse grupo etário. Em termos de distribuição por gênero, 41,4% das mulheres citaram essa motivação, frente a 29,2% dos homens, evidenciando uma tendência estatisticamente relevante de que o público feminino prioriza aspectos ligados à saúde como justificativa para sua permanência nos projetos esportivos. Esses achados reforçam a centralidade do esporte como estratégia complementar de promoção da saúde em territórios marcados por fragilidades no acesso à atenção básica e à prevenção em saúde pública.

A segunda categoria mais incidente foi “Bem-estar mental, lazer e qualidade de vida”, mencionada por 119 respondentes (24,5%). Esta categoria agrega discursos que valorizam o esporte como fonte de prazer, socialização, leveza emocional e alívio das tensões cotidianas. Dentre os participantes da faixa etária entre 30 e 44 anos, esse motivo foi citado por 31,6%, configurando o grupo com maior incidência relativa nessa categoria. Adicionalmente, entre os indivíduos com ensino médio completo, a prevalência dessa motivação foi de 27,4%, o que sugere uma valorização do esporte como espaço de equilíbrio psicoemocional por sujeitos em idade produtiva e com responsabilidades laborais e familiares acumuladas. Esse dado evidencia o papel do esporte como prática de autocuidado e promoção da saúde mental, especialmente relevante em contextos urbanos periféricos, onde as oportunidades de lazer e bem-estar são geralmente restritas.

Na sequência, “Recomendações de profissionais de saúde” aparece em 67 respostas (13,8%), evidenciando o caráter prescritivo do esporte em contextos clínicos. Muitos participantes relataram ter sido orientados por médicos, fisioterapeutas ou psicólogos a buscar atividades físicas como complemento terapêutico, especialmente no caso de hipertensão,

diabetes, depressão ou recuperação pós-cirúrgica. Essa categoria reforça o potencial dos projetos como extensão das redes de cuidado em saúde, atuando em sinergia com o SUS.

A dimensão relacional emerge com força nas categorias seguintes. “Socialização, convivência e amizades” foi citada por 60 participantes (12,3%), e “Pertencimento ao grupo e à comunidade”, por 40 (8,2%). Tais categorias remetem ao papel do esporte como espaço de vínculo, acolhimento e fortalecimento de laços identitários. Notadamente, essas motivações foram mais prevalentes entre mulheres e pessoas idosas, cujas falas destacaram o sentimento de “família” e “união” construído nos grupos de prática.

Apenas 14 respondentes (2,9%) declararam como motivação “Indicação de outras pessoas”, em geral amigos ou parentes. Já “Facilidade de acesso e gratuidade” foi mencionada por 11 sujeitos (2,3%), ressaltando que, apesar de pouco verbalizado, o custo-zero e a proximidade territorial seguem sendo aspectos estruturantes da adesão. Por fim, “Falta de opções ou alternativas de lazer”, citada por apenas 8 pessoas (1,6%), revela uma motivação negativa, em que o esporte aparece não por escolha ativa, mas pela escassez de alternativas culturais e recreativas na Baixada Fluminense.

Em termos de cruzamentos entre variáveis, observou-se que as motivações associadas à saúde (física e mental) se distribuem de maneira transversal, embora com maior incidência entre as faixas etárias mais altas. Já as dimensões relacionais e comunitárias ganham destaque entre as mulheres e os idosos, enquanto jovens adultos se concentram mais em motivações ligadas à disposição física, autoestima e energia.

Esses dados apontam para a natureza multifacetada da participação esportiva em contextos populares, em que o esporte ultrapassa a dimensão atlética e passa a operar como espaço de cuidado, reconstrução de vínculos e exercício de cidadania. A análise detalhada dessas motivações permite compreender o esporte como prática polissêmica e situada, cuja potência simbólica é atravessada por desigualdades estruturais, demandas afetivas e disputas por reconhecimento.

6.2.2.4 Tarefa de Evocação Livre

A tarefa de evocação livre foi aplicada a 486 participantes do Estudo B, tendo como termo indutor a palavra “esporte”. Cada participante foi solicitado a evocar cinco palavras que lhe viessem à mente diante do termo, atribuindo posteriormente uma ordem de importância a cada uma delas. As respostas foram tratadas através do *software* IRAMUTEQ, segundo a metodologia de análise estrutural das representações sociais.

A base de dados resultou em um total de 2.430 palavras evocadas, das quais 623 foram distintas. Para a análise, estabeleceu-se como critério de corte um mínimo de 20 ocorrências por termo, sendo consideradas também a ordem média de evocação (OME) e o escore de importância atribuído pelos participantes.

A distribuição dos dados permitiu a construção de uma matriz quadripolar, composta pelas dimensões do núcleo central (altas frequências e baixas OMEs), da zona de contraste (altas frequências e altas OMEs), da primeira periferia (baixas frequências e baixas OMEs) e da segunda periferia (baixas frequências e altas OMEs). Essa organização possibilita a compreensão da estrutura interna das representações sociais compartilhadas pelos participantes em relação ao termo “esporte”.

Dentre os termos mais frequentes, destacaram-se “saúde” (n= 168), “bem-estar” (n= 106), “força” (n= 106), “bem-estar” (n=106), “energia” (n= 97) e “convívio” (n= 85). A OME variou entre 2,4 e 3,35, o que indica diferenças significativas na prontidão e na importância atribuída a cada termo. Essas informações serão detalhadas na seção seguinte, dedicada à distribuição de frequência das palavras.

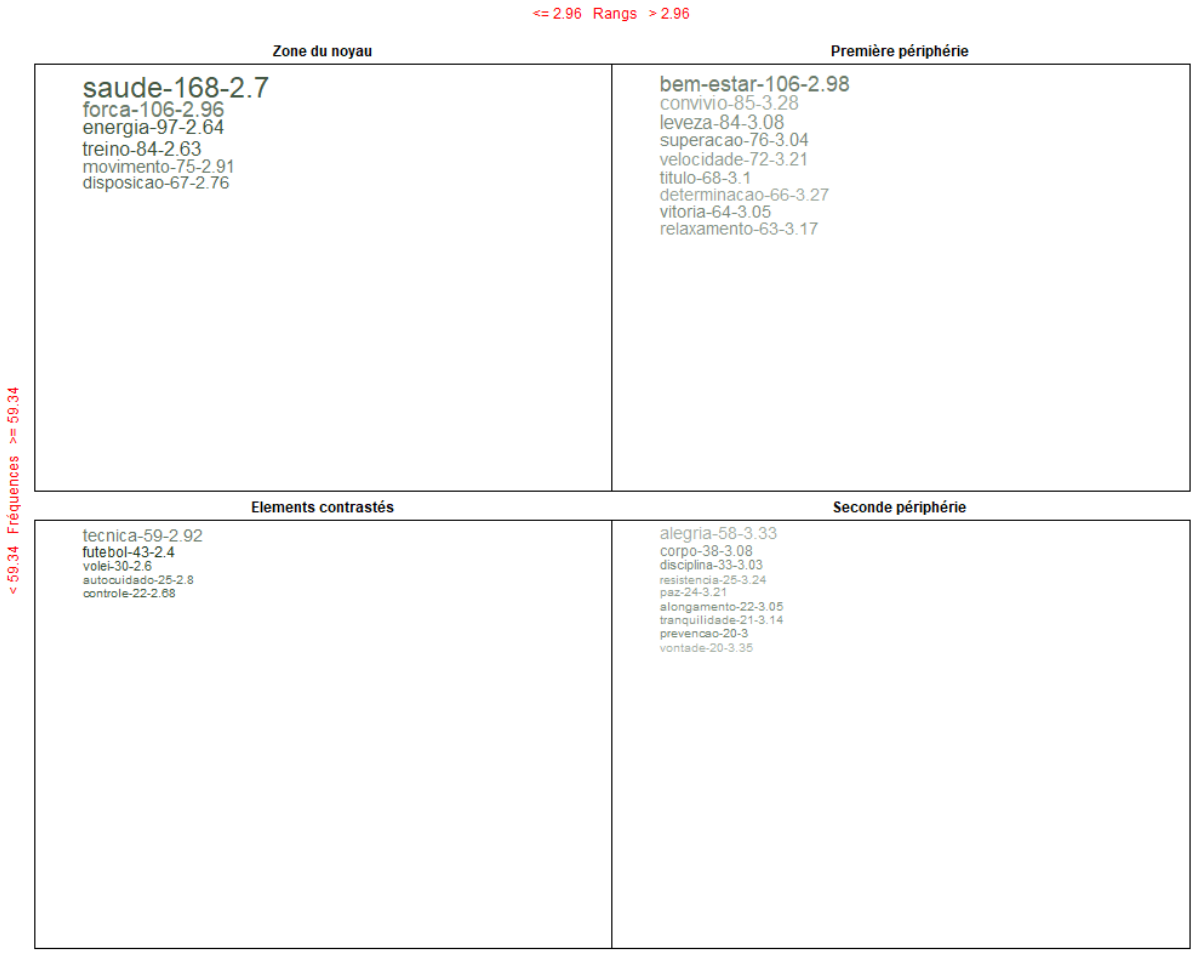
As condições de aplicação do instrumento, conforme explicitado na seção metodológica da tese, garantiram a uniformidade da coleta, tendo sido realizadas em contexto presencial e com acompanhamento dos aplicadores treinados. As evocações espontâneas, coletadas em ambiente controlado, contribuem para a fidedignidade da análise estrutural que será apresentada a seguir.

Tabela 10: Palavras Mais Frequentes

Palavra	Frequência	OME	Importância Média (estimada)
saúde	168	2.12	1.9
bem-estar	106	2.31	2.1
força	106	2.17	2.0
energia	97	2.22	2.2
convívio	85	3.08	3.1

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Figura 2: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte (Frequência mínima: 20)



Fonte: Gerada via IRAMUTEQ.

A organização das evocações em matriz quadripolar revelou a presença de quatro zonas semânticas distintas, conforme proposto por Abric. O critério de inclusão considerou a frequência mínima de 20 evocações, o que resultou em 34 termos selecionados para a análise estrutural. A ordem média de evocação geral (OME) foi fixada em 2,96 como ponto de corte.

No núcleo central da representação, em que se concentram os elementos mais estáveis e consensuais, destacaram-se os termos “saúde” (n=168; OME=2,7), “força” (n=106; OME=2,96), “energia” (n=97; OME=2,64), “treino” (n=84; OME=2,63), “movimento” (n=75; OME=2,91) e “disposição” (n=67; OME=2,76). Esses termos reforçam uma centralidade da dimensão funcional, corporal e preventiva do esporte, evidenciando sua valoração como promotora de vitalidade, resistência e equilíbrio físico.

A primeira periferia, que abriga evocações de alta frequência e evocação tardia (OME > 2,96), inclui os termos “bem-estar” (n=106; OME=2,98), “convívio” (n=85; OME=3,28), “leveza” (n=84; OME=3,08), “superação” (n=76; OME=3,04), “velocidade” (n=72;

OME=3,21), “título” (n=68; OME=3,1), “determinação” (n=66; OME=3,27), “vitória” (n=64; OME=3,05) e “relaxamento” (n=63; OME=3,17). Estes termos refletem aspectos subjetivos e relacionais, como motivação, socialização e metas simbólicas no contexto esportivo.

A zona de contraste, composta por evocações com baixa frequência e evocação precoce (OME ≤ 2,96), inclui os termos “técnica” (n=59; OME=2,92), “futebol” (n=43; OME=2,4), “vôlei” (n=30; OME=2,6), “autocuidado” (n=25; OME=2,8) e “controle” (n=22; OME=2,68). Tais representações indicam que, para alguns participantes, o esporte está fortemente associado à dimensão técnica e ao domínio pessoal.

Por fim, a segunda periferia, composta por evocações com menor frequência e evocação mais tardia (OME > 2,96), reúne os termos “alegria” (n=58; OME=3,33), “corpo” (n=38; OME=3,08), “disciplina” (n=33; OME=3,03), “resistência” (n=25; OME=3,24), “paz” (n=24; OME=3,21), “alongamento” (n=22; OME=3,05), “tranquilidade” (n=21; OME=3,14), “prevenção” (n=20; OME=3,0) e “vontade” (n=20; OME=3,35). Esses elementos ampliam a representação do esporte para além do físico e técnico, incluindo dimensões emocionais, mentais e existenciais.

Essa organização estrutural evidencia que, embora o núcleo central esteja fortemente ancorado em uma visão biomédica e funcional do esporte, coexistem outras representações distribuídas nas periferias que articulam o esporte a dimensões psicossociais, relacionais e simbólicas. O conjunto revela um campo representacional heterogêneo, em que diferentes sentidos disputam centralidade na construção social do conceito de esporte entre os participantes analisados.

6.2.2.5 Participantes do Gênero Feminino

A análise das evocações produzidas pelas 212 participantes do gênero feminino revela um campo representacional estruturalmente denso, com destaque para dimensões afetivo-corporais e psicossociais. A estrutura da matriz quadripolar, gerada a partir dos critérios de Frequência Mínima (FM=10) e da OME, permitiu identificar os principais elementos que organizam simbolicamente o conteúdo do termo indutor “esporte” para esse subgrupo. A Tabela a seguir apresenta as palavras mais frequentes evocadas pelas participantes do gênero feminino, com seus respectivos índices de FM e OME.

Tabela 11: Palavras Mais Frequentes entre Mulheres

Palavra	Frequência	OME
saúde	99	2.75
bem-estar	78	2.91
energia	69	2.83
leveza	62	3.13
convívio	60	3.27
disposição	47	2.6
movimento	46	2.61
alegria	46	3.39

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

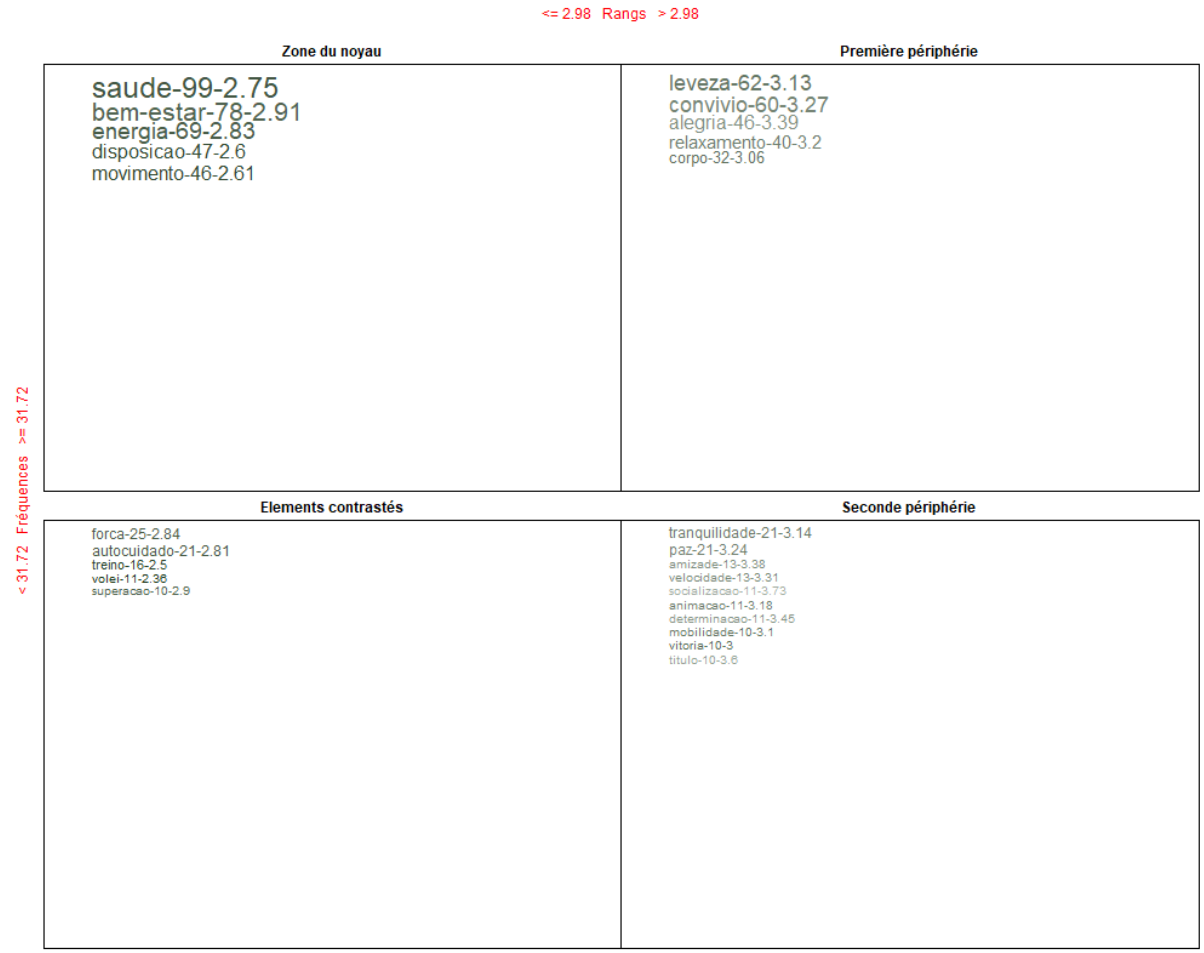
Como possível núcleo central da representação, onde se concentram os elementos mais consensuais e prontamente acessados, destacaram-se os termos “saúde” (n=99; OME=2,75), “bem-estar” (n=78; OME=2,91), “energia” (n=69; OME=2,83), “disposição” (n=47; OME=2,6) e “movimento” (n=46; OME=2,61). Esses elementos indicam uma representação funcionalizada do esporte, associando-o diretamente à preservação da saúde, vitalidade corporal e bem-estar geral.

A primeira periferia, que reúne evocações frequentes, porém menos imediatamente acessadas (OME > 2,98), inclui os termos “leveza” (n=62; OME=3,13), “convívio” (n=60; OME=3,27), “alegria” (n=46; OME=3,39), “relaxamento” (n=40; OME=3,2) e “corpo” (n=32; OME=3,06). Esses termos evocam uma apropriação simbólica do esporte como espaço de sociabilidade, bem-estar emocional e leveza existencial, destacando dimensões subjetivas e relacionais.

A zona de contraste, composta por evocações com baixa frequência, mas evocações mais imediatas (OME ≤ 2,98), traz termos como “força” (n=25; OME=2,84), “autocuidado” (n=21; OME=2,81), “treino” (n=16; OME=2,5), “vôlei” (n=11; OME=2,36) e “superação” (n=10; OME=2,9). Esses termos reforçam a representação do esporte enquanto prática individual de esforço e autorregulação, voltada à performance e à autodisciplina.

Por fim, a segunda periferia, que agrega evocações menos frequentes e evocadas tardiamente, inclui termos como “tranquilidade” (n=21; OME=3,14), “paz” (n=21; OME=3,24), “amizade” (n=13; OME=3,38), “velocidade” (n=13; OME=3,31), “socialização” (n=13; OME=3,73), “animação” (n=11; OME=3,18), “determinação” (n=11; OME=3,2), “mobilidade” (n=10; OME=3,1), “vitória” (n=10; OME=3,0) e “título” (n=10; OME=3,6). Esses termos refletem sentidos complementares, associados ao prazer, à coletividade e ao reconhecimento no contexto esportivo, ainda que menos consensuais no grupo analisado.

Figura 3: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre mulheres (Frequência mínima = 10)



Fonte: Gerada via IRAMUTEQ.

Essa estrutura revela que, embora o núcleo central esteja ancorado em uma visão funcional e corporal do esporte, coexistem outras representações que ampliam seu significado para além da saúde, integrando dimensões afetivas, sociais e simbólicas da prática esportiva no cotidiano feminino.

6.2.2.6 Participantes do Gênero Masculino

Entre os participantes do gênero masculino (n=274), a análise estrutural revela uma organização representacional fortemente ancorada em dimensões técnico-funcionais e competitivas do esporte. A estrutura da matriz quadripolar, elaborada com FM de 10 e OME de corte em 2,96, evidencia uma distribuição lexicográfica distinta daquela observada entre as mulheres.

Tabela 12: Palavras Mais Frequentes entre Homens

Palavra	Frequência	OME
força	81	3.0
saúde	69	2.62
treino	68	2.66
superação	66	3.06
velocidade	59	3.19
título	58	3.02
determinação	55	3.24
vitória	54	3.06
técnica	53	2.94

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

O possível núcleo central da representação reúne os termos “saúde” (n=69; OME=2,62), “treino” (n=68; OME=2,66), “técnica” (n=53; OME=2,94) e “futebol” (n=37; OME=2,27). Essa configuração revela uma representação centrada em aprimoramento físico, domínio técnico e disciplina, reforçando a valorização de aspectos objetivos, estruturados e tradicionais da prática esportiva masculina.

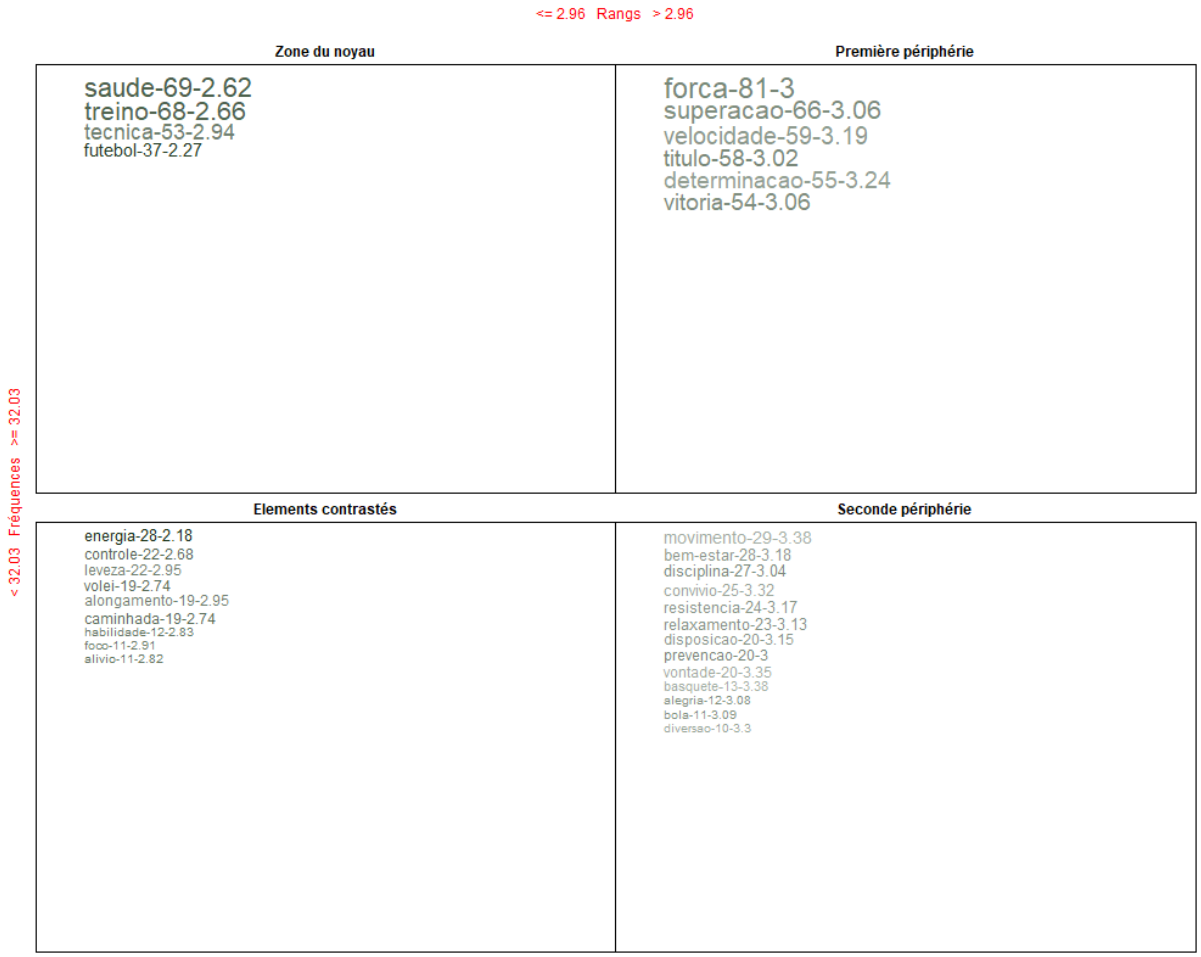
A primeira periferia, composta por evocações frequentes e evocadas com menor prontidão (OME > 2,96), é marcada pelos termos “força” (n=81; OME=3,00), “superação” (n=66; OME=3,06), “velocidade” (n=59; OME=3,19), “título” (n=58; OME=3,02), “determinação” (n=55; OME=3,24) e “vitória” (n=54; OME=3,06). Esses conteúdos estruturam uma narrativa centrada em desafio, conquista e rendimento, indicando o esporte como arena simbólica de performance e superação.

Na zona de contraste, que compreende evocações com menor frequência mas evocadas com maior prontidão (OME ≤ 2,96), destacam-se os termos “energia” (n=28; OME=2,18), “controle” (n=22; OME=2,68), “leveza” (n=22; OME=2,95), “vôlei” (n=19; OME=2,74), “alongamento” (n=19; OME=2,95), “caminhada” (n=19; OME=2,74), “habilidade” (n=12; OME=2,83), “foco” (n=11; OME=2,91) e “alívio” (n=11; OME=2,82). Esses termos introduzem nuances mais subjetivas e heterogêneas.

A segunda periferia, formada por evocações menos frequentes e evocadas mais tardiamente, inclui uma variedade de termos: “movimento” (n=29; OME=3,38), “bem-estar” (n=28; OME=3,18), “disciplina” (n=27; OME=3,04), “convívio” (n=25; OME=3,32), “resistência” (n=24; OME=3,17), “relaxamento” (n=23; OME=3,13), “disposição” (n=20; OME=3,15), “prevenção” (n=20), “vontade” (n=20; OME=3,35), “basquete” (n=13;

OME=3,35), “alegria” (n=12; OME=3,08), “bolê” (n=11; OME=3,09) e “diversão” (n=10; OME=3,3). Esses termos apontam para a presença de significados afetivos, identitários e lúdicos, ainda que em menor centralidade no conjunto analisado.

Figura 4: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre homens (Frequência Mínima = 10)



Fonte: Gerada via IRAMUTEQ.

6.2.3 Grupos Etários

A análise da tarefa de evocação livre, estratificada por grupos etários, revelou configurações representacionais distintas e relevantes para a compreensão das significações atribuídas ao esporte pelos participantes do Estudo B. A organização dos dados seguiu o mesmo procedimento da amostra total, com identificação dos termos mais frequentes e da OME, classificando-os segundo os quadrantes do quadro de quatro casas (Vergès).

6.2.3.1 Jovens adultos (18 a 29 anos)

No grupo de jovens adultos, observou-se uma No grupo de jovens adultos, observou-se uma estrutura representacional fortemente centrada nas dimensões físico-técnica e competitiva do esporte. A análise estrutural revelou um núcleo central composto pelos termos “treino” (n=58; OME=2,79), “futebol” (n=41; OME=2,39), “vitória” (n=40; OME=2,85), “técnica” (n=38; OME=2,74), “saúde” (n=31; OME=1,9) e “vôlei” (n=30; OME=2,6). Essa configuração indica uma representação ancorada na ideia de esforço físico, domínio técnico e conquista, valorizando o esporte como ferramenta de aprimoramento e disciplina pessoal.

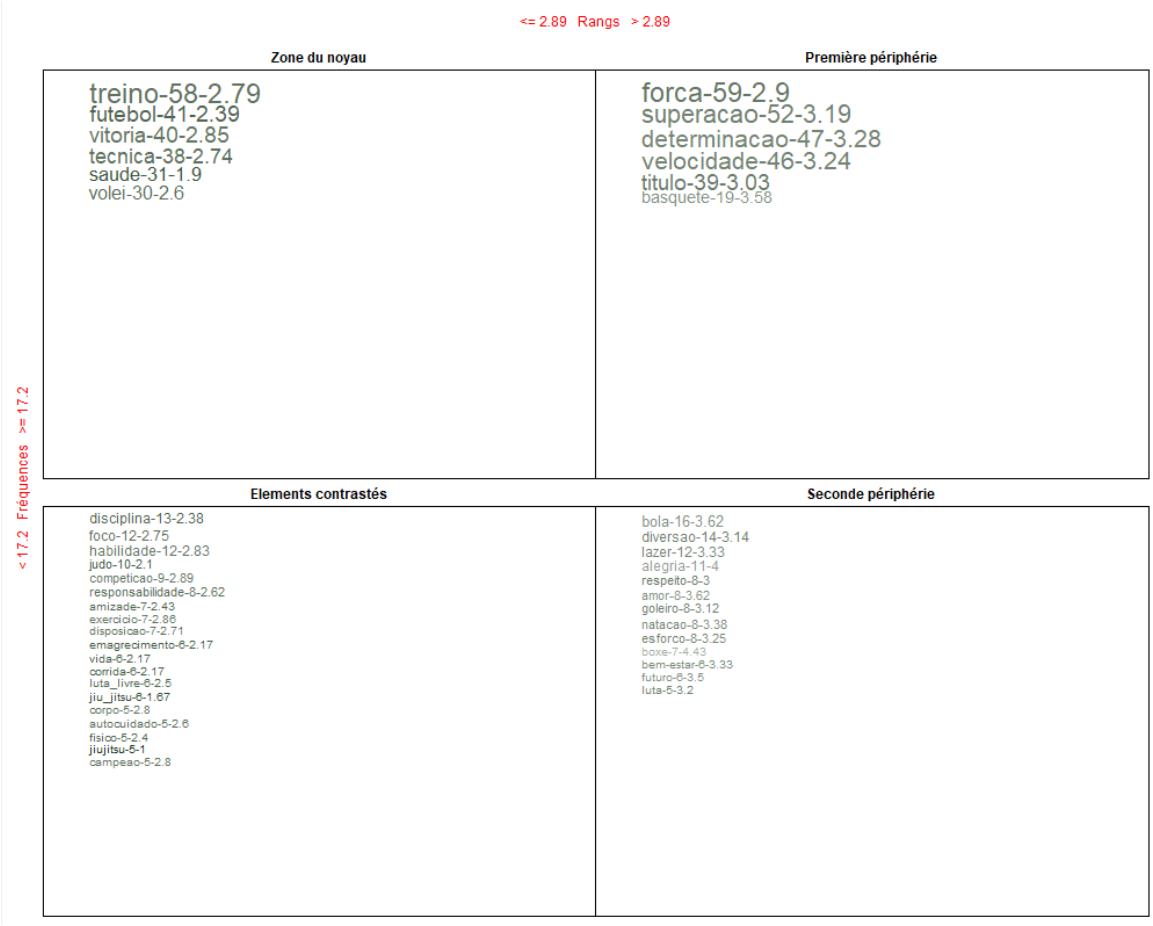
Além disso, a presença central de modalidades populares como “futebol”, “vôlei” e “basquete” (n=19; OME=3,58 – periférico) revela o papel central dessas práticas na identidade esportiva dos jovens, reforçando o vínculo entre o termo “esporte” e experiências coletivas e competitivas amplamente difundidas no contexto brasileiro.

Ainda com alta OME, aparecem os termos “força” (n=59; OME=2,90), “superação” (n=52; OME=3,19), “determinação” (n=47; OME=3,28), “velocidade” (n=46; OME=3,24), “título” (n=39; OME=3,03) e “basquete” (n=19; OME=3,58). Esses termos, embora evocados com menor prontidão, mantêm alta frequência e sugerem uma representação do esporte como espaço de esforço, mérito e reconhecimento, especialmente entre os que valorizam performance e visibilidade.

A zona de contraste reúne termos de menor frequência, mas prontamente acessados, como “disciplina” (n=13; OME=2,38), “foco” (n=12; OME=2,75), “habilidade” (n=12; OME=2,83), “competição” (n=9; OME=2,89), “responsabilidade” (n=8; OME=2,62), entre outros. Eles apontam para dimensões subjetivas e morais associadas à prática esportiva, como concentração, autocontrole e engajamento pessoal.

A segunda periferia apresenta uma variedade de termos que incluem tanto modalidades esportivas específicas como “jiu-jitsu”, “boxe”, “natação”, “muay-thai” e “caratê”, quanto dimensões afetivas e relacionais, como “amizade”, “respeito”, “lazer”, “alegria”, “diversão”, “amor” e “futuro”. Esses elementos refletem a pluralidade de sentidos que permite ao esporte uma adaptação circunstancial, sugerindo que, para além da competição, os jovens também podem associa-lo ao prazer, sociabilidade e construção de identidade.

Figura 5: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre jovens adultos (18 a 29 anos) (FM=5)



Fonte: Gerada pelo IRAMUTEQ.

6.2.3.2 Adultos em fase produtiva (30 a 44 anos)

No grupo de adultos em fase produtiva, a representação do esporte se ancora majoritariamente em sentidos funcionais e preventivos, com forte ênfase na saúde e bem-estar. O núcleo central é composto por “saúde” (n= 38; OME= 2,53), “treino” (n= 26; OME= 2,27), “bem-estar” (n= 25; OME= 2,64), “superação” (n= 23; OME= 2,7), “energia” (n= 22; OME= 2,95), “convívio” (n= 19; OME= 2,84) e “movimento” (n= 15; OME= 2,73). Esse núcleo revela uma representação estruturada em torno do autocuidado, manutenção da vitalidade e das interações sociais possibilitadas pelo esporte.

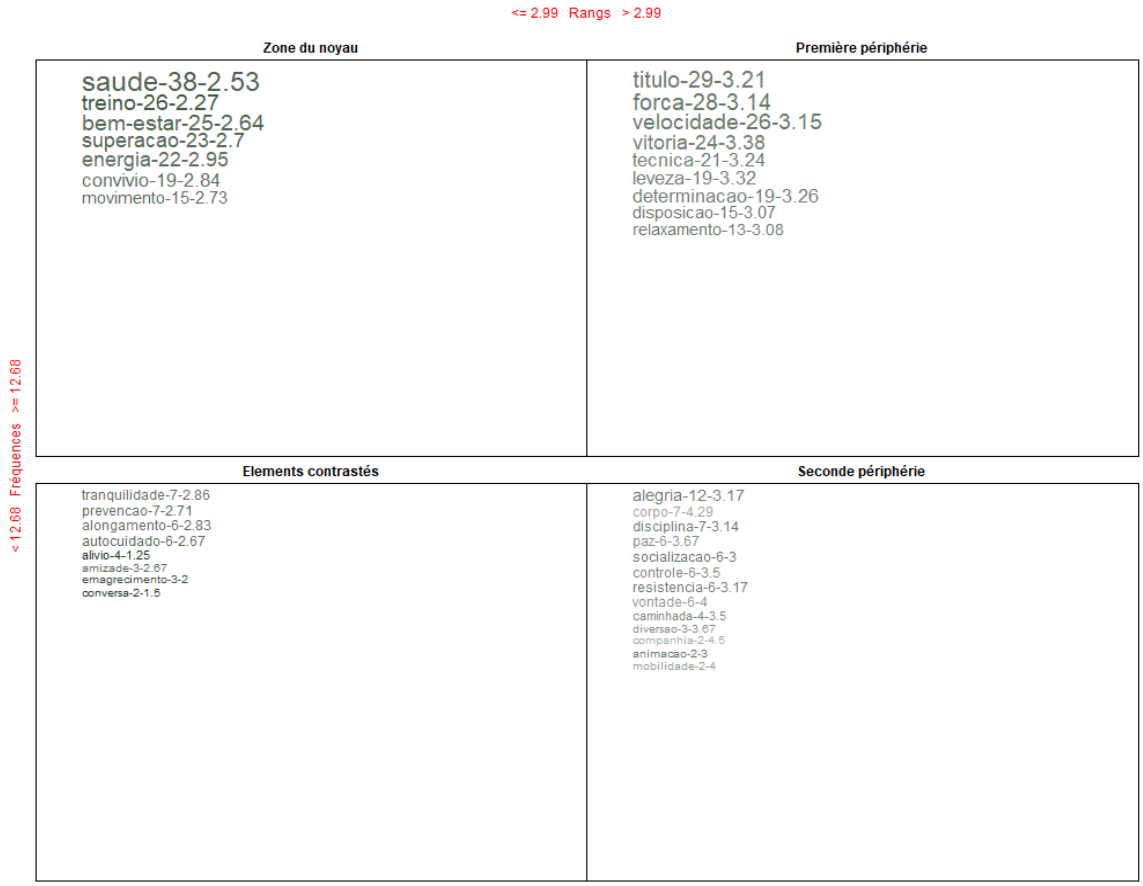
A primeira periferia destaca conteúdos como “título” (n=29; OME=3,21), “força” (n=28; OME=3,14), “velocidade” (n=26; OME=3,15), “vitória” (n=24; OME=3,38), “técnica” (n=21; OME=3,24), “leveza” (n=19; OME=3,32), “determinação” (n=19; OME=3,26), “disposição” (n=15; OME=3,07) e “relaxamento” (n=13; OME=3,08), termos que mantêm vínculo com aspectos de conquista, motivação e rendimento físico, ainda que com menor

centralidade e saliência cognitiva. Há, portanto, uma tensão entre a prática orientada ao bem-estar e traços remanescentes de uma lógica competitiva.

A zona de contraste reúne termos menos frequentes, porém evocadas com maior prontidão, como “tranquilidade” (n=7; OME=2,86), “prevenção” (n=7; OME=2,71), “alongamento” (n=6; OME=2,83), “autocuidado” (n=6; OME=2,67), “alívio” (n=4; OME=2,5), “amizade” (n=3; OME=2,67), “emagrecimento” (n=3; OME=2,0) e “conversa” (n=2; OME=1,5). Esses termos apontam para uma valorização do esporte enquanto estratégia de cuidado pessoal, prevenção de doenças e interação interpessoal.

Na segunda periferia, observa-se uma diversidade de evocações com menor frequência e evocação tardia, como “alegria” (n=12; OME=3,17), “corpo” (n=7; OME=4,29), “disciplina” (n=7; OME=3,14), “paz” (n=6; OME=3,67), “socialização” (n=6; OME=3,0), “controle” (n=6; OME=3,5), “resistência” (n=6; OME=3,17), “vontade” (n=6; OME=4,0), além de termos como “diversão”, “companhia”, “animação”, “mobilidade” e “caminhada”.

Figura 6: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre adultos em fase produtiva (30 a 44 anos).



Fonte: Gerado pelo IRAMUTEQ.

6.2.3.3 Adultos maduros (45 a 59 anos)

No grupo dos adultos maduros, a representação social do esporte assume uma conformação orientada majoritariamente à saúde integral, com menor ênfase em aspectos competitivos ou performáticos. O possível núcleo central da estrutura é composto por “saúde” (n= 61; OME= 2,84), “energia” (n= 44; OME= 2,50), “leveza” (n= 41; OME= 2,88), “disposição” (n= 31; OME= 2,68). Esses elementos revelam uma preocupação com a manutenção da vitalidade, com foco em funcionalidade corporal e bem-estar físico-emocional.

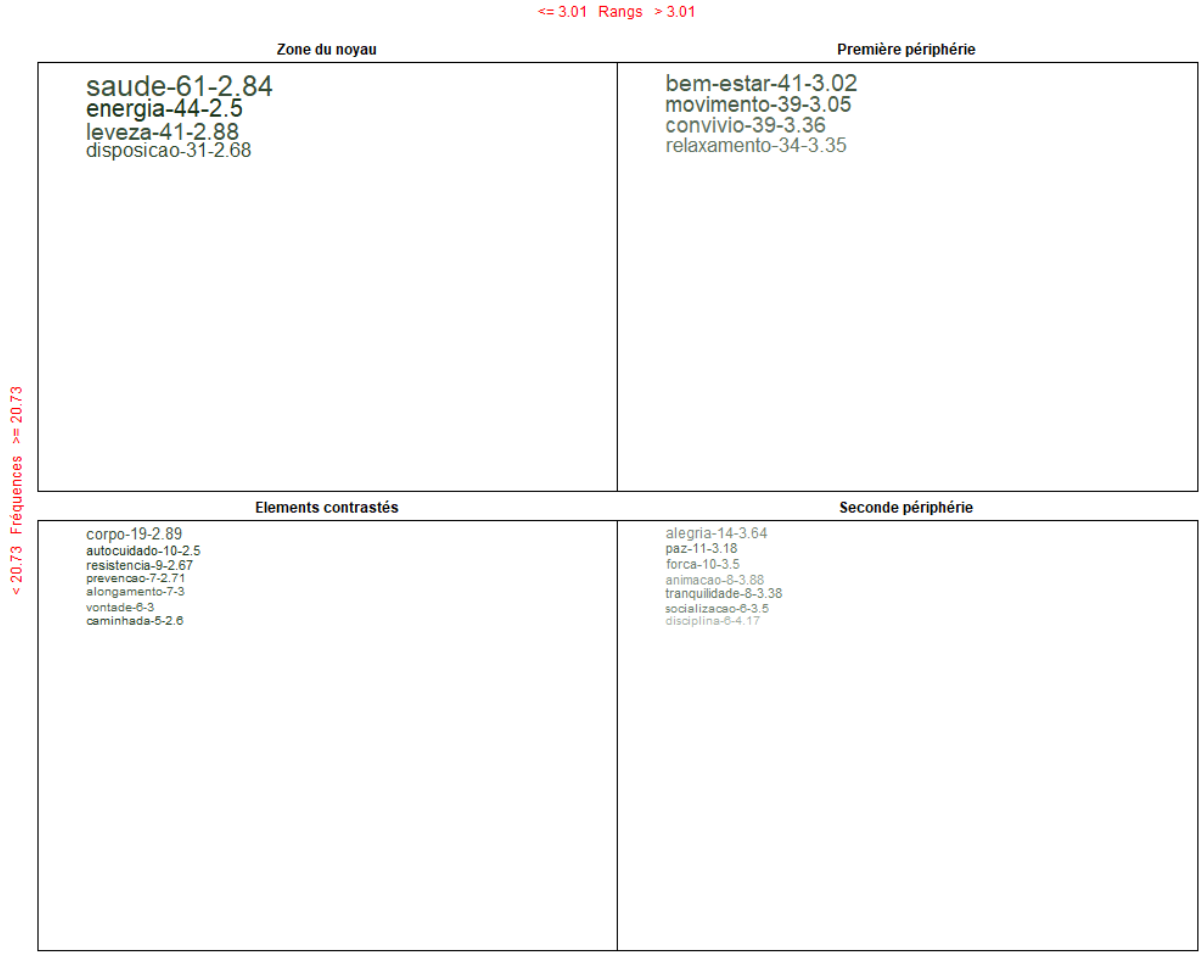
A primeira periferia apresenta termos como “bem-estar” (n=41; OME=3,02), “movimento” (n=39; OME=3,05), “convívio” (n=39; OME=3,36) e “relaxamento” (n=34; OME=3,35). Aqui, o esporte é ampliado para dimensões psicossociais, sendo associado à leveza emocional, socialização e descanso mental, aspectos importantes para esta faixa etária, que tende a valorizar o equilíbrio e o prazer nas atividades corporais

Na zona de contraste, encontram-se os termos “corpo” (n=19; OME=2,89), “autocuidado” (n=10; OME=2,5), “resistência” (n=9; OME=2,67), “prevenção” (n=7; OME=2,71), “alongamento” (n=7; OME=3), “vontade” (n=6; OME=2) e “caminhada” (n=5; OME=2,6). Esses conteúdos reforçam a perspectiva de que o esporte é também compreendido como estratégia de cuidado pessoal, prevenção de doenças e manutenção da funcionalidade física cotidiana.

Por fim, a segunda periferia apresenta termos com menor frequência e evocação tardia, como “alegria” (n=14; OME=3,64), “paz” (n=11; OME=3,18), “força” (n=10; OME=3,5), “animação” (n=8; OME=3,88), “tranquilidade” (n=8; OME=3,38), “socialização” (n=8; OME=3,5) e “disciplina” (n=6; OME=4,17). Estes elementos revelam sentidos subjetivos, emocionais e afetivos associados ao esporte, como alegria, bem-estar espiritual e convivência, embora esses significados ocupem posição periférica na estrutura representacional.

Essa estrutura revela que adultos maduros representam o esporte como uma prática voltada principalmente à saúde e à manutenção da energia vital, mas também reconhecem seu papel nas dimensões emocionais e sociais. A convivência entre significados funcionais, preventivos e afetivos indica uma representação integradora e adaptada às demandas físicas e emocionais típicas deste ciclo de vida.

Figura 7: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre adultos maduros (45 a 59 anos) (FM=5)



Fonte: Gerado pelo IRAMUTEQ.

6.2.3.4 Pessoas idosas (60 anos ou mais)

Entre os idosos participantes da pesquisa, a representação do esporte reúne os termos “energia” (n=28; OME=2,68), “alegria” (n=21; OME=2,86), “movimento” (n=18; OME=2,78), “relaxamento” (n=16; OME=2,88) e “disposição” (n=14; OME=2,64). Esses conteúdos indicam que o esporte, para a população idosa, é percebido prioritariamente como prática promotora de vitalidade, leveza e prazer. A centralidade da “alegria” e do “relaxamento” revela um forte componente subjetivo e afetivo na vivência esportiva, o que reflete uma reconfiguração dos sentidos do esporte nesta fase da vida.

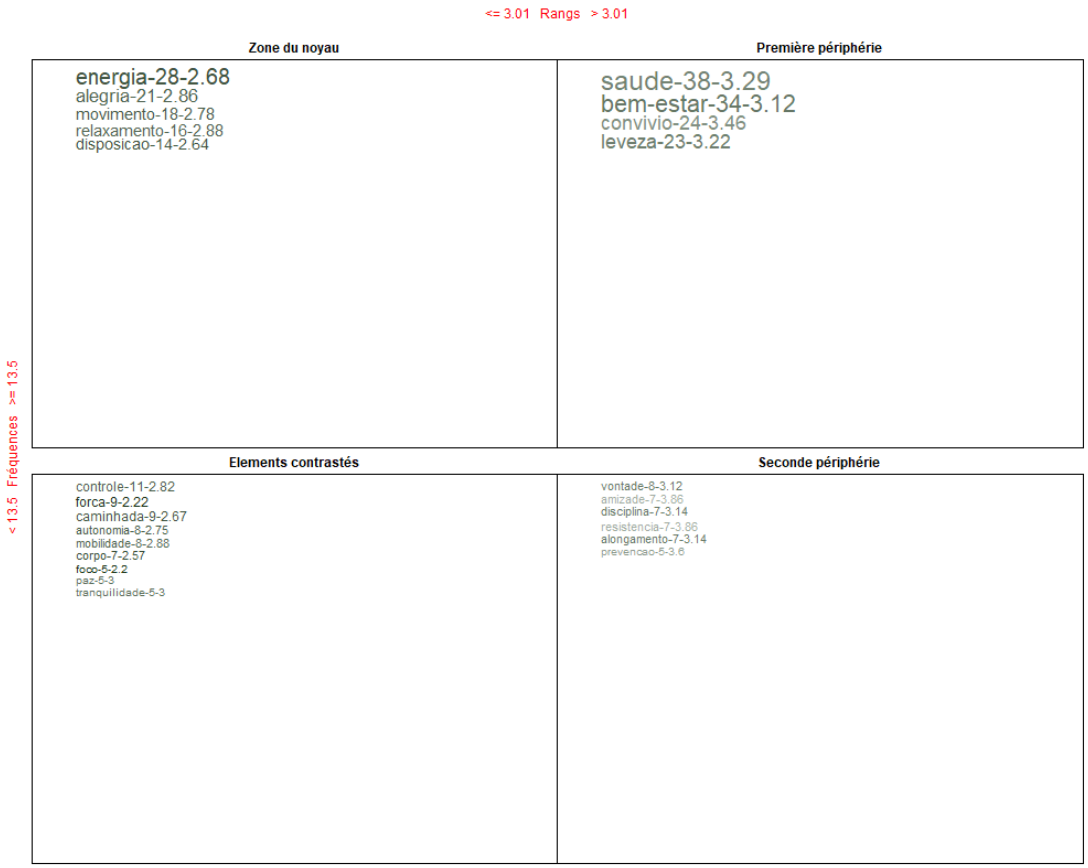
Na primeira periferia, encontram-se termos como “saúde” (n=38; OME=3,29), “bem-estar” (n=34; OME=3,12), “convívio” (n=24; OME=3,46) e “leveza” (n=23; OME=3,22). Esses termos, embora evocadas com menor prontidão, são altamente frequentes e reforçam uma visão do esporte como espaço de equilíbrio físico e emocional, de convivência social e de

cuidado preventivo. Há uma valorização do coletivo e da troca afetiva, que adquirem centralidade na experiência esportiva da velhice.

A zona de contraste, com menor frequência e evocação mais imediata, inclui termos como “controle” (n=11; OME=2,82), “força” (n=9; OME=2,22), “caminhada” (n=9; OME=2,67), “autonomia” (n=8; OME=2,75), “mobilidade” (n=8; OME=2,88), “corpo” (n=7; OME=2,57), “foco” (n=5; OME=2,2), “paz” (n=5) e “tranquilidade” (n=5; OME=3). Estes termos apontam para dimensões funcionais e preventivas, revelando preocupações com a manutenção da independência e da capacidade de locomoção, o que é especialmente relevante para a longevidade ativa.

Já a segunda periferia concentra evocações como “vontade” (n=8; OME=3,12), “amizade” (n=7; OME=3,86), “disciplina” (n=7; OME=3,14), “resistência” (n=7; OME=3,86), “alongamento” (n=7; OME=3,14) e “prevenção” (n=5; OME=3,6). Esses termos demonstram que, embora menos consensuais, há sentidos ligados ao comprometimento pessoal, à manutenção da saúde física e ao fortalecimento de vínculos afetivos, mesmo que estejam mais distantes do centro da estrutura representacional.

Figura 8: Matriz quadripolar das representações sociais do esporte entre pessoas idosas (60 anos ou mais) (FM=5)



Fonte: Gerado pelo IRAMUTEQ.

Assim, para os idosos, a prática esportiva se apresenta como símbolo de vitalidade, pertencimento e prazer. A representação evoca sentidos de continuidade ativa e prazerosa da vida, reforçando o papel do esporte como ferramenta de envelhecimento saudável e convivência social significativa.

A apresentação detalhada dos dados coletados por meio da tarefa de evocação livre demonstrou a centralidade de elementos ligados à saúde, bem-estar e energia, que se articulam com valores relacionados à convivência, superação e desempenho físico. A presença dessas dimensões nas diferentes zonas da matriz revela a polissemia do objeto esporte, ora associado ao autocuidado e à qualidade de vida, ora às dimensões técnico-performativas e de socialização.

A segmentação por gênero apontou diferenças significativas entre homens e mulheres. Enquanto os homens evidenciaram com maior frequência elementos vinculados ao rendimento, à competição e ao desempenho físico, as mulheres construíram uma representação ancorada na saúde, leveza, bem-estar e prazer na prática. Já a análise por grupos etários revelou deslocamentos semânticos importantes ao longo do ciclo de vida: dos sentidos de conquista e identidade juvenil às representações de funcionalidade, prevenção e socialização nas fases adultas, culminando em evocações afetivas, relacionais e de autocuidado entre os idosos.

Esses achados sustentam a importância de se considerar variáveis sociodemográficas na compreensão das práticas esportivas, não apenas como ações técnicas ou políticas, mas como fenômenos culturais atravessados por significados simbólicos. A representação do esporte é heterogênea e relacional, conformando-se em torno das experiências, valores e necessidades de cada grupo.

A seguir, discutiremos esses resultados à luz das teorias previamente apresentadas no referencial teórico, com o aporte de autores clássicos e contemporâneos nos campos da Psicologia Social, Políticas Públicas e/ou Esporte. Essa discussão buscará interpretar as dinâmicas simbólicas subjacentes às evocações, problematizar as tensões emergentes entre os grupos, e refletir sobre os possíveis desdobramentos para a formulação de políticas públicas de esporte que reconheçam a diversidade de sentidos atribuídos à prática esportiva.

7 DISCUSSÃO

O presente capítulo tem como objetivo discutir criticamente os resultados obtidos nos Estudos A e B, à luz dos referenciais teóricos, da literatura científica e dos marcos normativos das políticas públicas de esporte. Ao longo das análises, buscou-se compreender como os diferentes sujeitos entrevistados constroem sentidos, representações e práticas relacionadas ao esporte em contextos periféricos, marcados por desigualdades históricas e pela ausência estrutural do Estado.

A discussão será organizada em blocos temáticos que integram os achados empíricos com categorias analíticas previamente definidas, respeitando as especificidades metodológicas de cada estudo. No Estudo A, com base na Teoria das Representações Sociais, a ênfase recai sobre os sentidos atribuídos ao esporte por gestores públicos e lideranças comunitárias atuantes na Baixada Fluminense. Já no Estudo B, será priorizada a articulação entre experiências de vida, juventude e práticas esportivas em territórios de vulnerabilidade.

Mais do que apresentar uma mera comparação entre dados, este capítulo busca produzir uma interpretação situada e crítica dos resultados, destacando tensões, consensos e contradições presentes nas falas dos sujeitos. A interseção entre práticas, discursos e contextos será mobilizada como chave analítica para revelar os desafios e potencialidades do esporte enquanto política pública e ferramenta de justiça territorial.

7.1 ESTUDO A

7.1.1 Análise Representacional

A análise do Estudo A indicou que o núcleo central da representação social do esporte entre os sujeitos entrevistados se organiza em torno de três eixos principais: transformação social, inclusão social e formação ética. Esses sentidos emergem como consensos intergrupais, atravessando diferentes perfis sociodemográficos e setores de atuação, o que aponta para a ancoragem simbólica do objeto “esporte” na memória coletiva e na vivência cotidiana dos sujeitos (Moscovici, 2012; Jodelet, 2001).

A prevalência da transformação social como sentido atribuído ao esporte indica que os entrevistados, sobretudo as lideranças comunitárias, o compreendem como uma tecnologia social, voltada à reinserção, ao resgate identitário e à reconstrução de trajetórias marcadas pela vulnerabilidade. Essa concepção está imersa em disputas simbólicas e relações de poder.

Toda fala está situada dentro das dimensões de quem fala, de onde fala e quais interesses atravessam. Essa perspectiva permite compreender as distinções entre o discurso dos gestores públicos, geralmente mais institucional e distante da prática esportiva cotidiana, e o das lideranças comunitárias, ancorado na vivência territorial e em narrativas de pertencimento.

Tal divergência evidencia que as representações sociais não apenas descrevem o esporte, mas o performam como prática política. Enquanto agentes estatais tendem a legitimá-lo por sua função programática, os atores comunitários o investem de sentidos reparadores, frente às ausências do Estado. Essa tensão também aponta para a ambivalência presente na representação do esporte como transformação, podendo ser emancipadora ou, paradoxalmente, servir a discursos salvacionistas que deslocam o foco das estruturas de exclusão para responsabilidades individuais.

A inclusão social, enquanto dimensão central da representação do esporte entre os entrevistados, é frequentemente associada à noção de pertencimento e cidadania. Expressões como “acolher”, “salvar” e “tirar da rua” revelam a circulação de discursos salvacionistas, nos quais o esporte assume papel protetivo para juventudes em situação de vulnerabilidade. Essa narrativa é amplamente validada por evidências empíricas, como o estudo de Destro (2019) sobre o programa EE10, em Curitiba, que destaca o potencial do esporte para “tirar crianças da rua” e ampliar horizontes experienciando outras realidades. Resultados similares são apontados pelo Instituto Esporte & Educação, evidenciando o papel formativo do esporte em territórios periféricos.

Contudo, esse imaginário não é neutro. Programas esportivos voltados à inclusão social enfrentam limites importantes, como a baixa sustentabilidade das ações e a dificuldade de produzir transformações duradouras entre jovens em vulnerabilidade severa (Souza, Castro & Mezzadri, 2012). Essas iniciativas, ainda que bem-intencionadas, podem operar segundo lógicas de “domesticação simbólica”, reforçando a responsabilização individual pela superação de desigualdades estruturais, ao problematizarem a naturalização da ideia de que o esporte, por si só, seria capaz de reverter trajetórias de exclusão (Vianna & Lovisolo, 2009).

A terceira dimensão central – formação ética e disciplina – expressa uma visão do esporte enquanto espaço de desenvolvimento de valores como respeito, persistência, autocontrole e solidariedade. Essa leitura encontra respaldo na tradição pedagógica do esporte educacional (Tubino, 2003; Scaglia & Galatti, 2015), que valoriza o esporte como instrumento de formação integral do sujeito. No entanto, os dados do Estudo A indicam que essa dimensão ética não está limitada apenas a um ideal normativo, mas decorre de observações práticas de mudança comportamental em jovens expostos à rotina e às regras da prática esportiva. Isso

sugere que a representação do esporte como campo formador está ancorada na experiência concreta dos entrevistados, especialmente daqueles com histórico de atuação direta em projetos sociais de base.

A centralidade das representações do esporte como instrumento de transformação, inclusão e formação, revela uma concepção do esporte como ferramenta pública voltada à justiça social e territorial, em oposição às abordagens centradas no alto rendimento e na excelência competitiva (Almeida & Gutierrez, 2013; Volf *et al*., 2022). No entanto, essa valorização simbólica, embora potente, requer uma leitura crítica para não alimentar discursos salvacionistas que atribuem ao esporte a resolução mágica de problemas estruturais.

É preciso reconhecer que para conquistar esses valores, o esporte não deve ser um fim em si mesmo. Seu potencial depende de inserção em processos intencionais, com suporte técnico, político e pedagógico. Sem planejamento e mediação qualificada, a promessa de transformação, inclusão ou formação ética pode fracassar e reforçar exclusões, ao individualizar esse fracasso. Os dados, portanto, apontam para a urgência de sua institucionalização crítica, alinhada à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que reconhecem o esporte como direito social, articulado a políticas públicas intersetoriais e não como substituto delas.

Contudo, essa centralidade simbólica não se traduz em prática institucional, como apontam respostas do Estudo A. A valorização do esporte contrasta com sua baixa priorização nas agendas municipais, revelando a dissociação entre reconhecimento simbólico e efetividade política. Essa contradição reforça o argumento de Pancotto (2017), ao mostrar que, embora o esporte esteja presente na agenda pública, sua implementação continua frágil e fragmentada, especialmente nas regiões periféricas. Tal cenário evidencia a precariedade organizacional dessas políticas, frequentemente condicionadas a conjunturas locais e lógicas personalistas (Mendes & Codato, 2015).

Enquanto o núcleo central concentrou-se em sentidos coletivos, o sistema periférico revelou dimensões mais subjetivas, afetivas e personificadas. No modelo de Abric (2003), os elementos periféricos exercem função estratégica, ao mediar a estabilidade simbólica das representações com as condições concretas da vida cotidiana. Essa dinâmica é claramente observável nos dados do Estudo A.

No sistema periférico das representações sociais do esporte, destaca-se a dimensão da promoção da saúde e qualidade de vida, presente em 43,7% dos discursos. Essa leitura, mais comum entre mulheres, ancora-se na lógica do cuidado e da autogestão da saúde em contextos de precariedade dos serviços públicos. Embora respaldada por evidências científicas que

indicam os benefícios do exercício físico na prevenção de doenças crônicas, na saúde mental e na aptidão física geral (Santos Junior *et al*., 2024), observa-se um descompasso entre essa expectativa e a ausência de políticas públicas intersetoriais efetivas.

Esse desalinhamento sugere dois movimentos discursivos. De um lado, projeta-se no esporte uma expectativa autossuficiente de resposta aos determinantes sociais da saúde. De outro, mantém-se sua promoção comunitária apesar de sua marginalização institucional, reforçando uma dinâmica de resiliência territorial frente à ausência estatal. Em vez de constituir um componente articulado da atenção primária, como preconizado pelos NASF e pela Política Nacional de Promoção da Saúde, o esporte tem operado como alternativa informal de cuidado, sustentada por vínculos locais e apropriações simbólicas do corpo ativo.

A segunda representação periférica, embora menos prevalente (28,1%), expressa o esporte como projeto existencial ou filosofia de vida, funcionando como eixo identitário, missão pessoal e legado biográfico. Essa visão é recorrente entre lideranças comunitárias com longa trajetória esportiva, frequentemente iniciada em projetos sociais na infância.

Sua posição periférica reforça o caráter adaptativo das representações sociais (Abric, 2003). Enquanto os elementos centrais (transformação social, inclusão e formação ética) são amplamente compartilhados, a filosofia de vida emerge como resposta simbólica específica de sujeitos cuja vivência esportiva é contínua e constitutiva da identidade. Longe de ser marginal, esse elemento cumpre função estratégica, conferindo plasticidade à representação global ao integrar experiências biográficas singulares sem romper com o núcleo coletivo compartilhado.

Assim, os elementos periféricos identificados exercem papel crucial na resistência simbólica, no vínculo comunitário e na ressignificação cotidiana. Sua incorporação é importante na "glocalização" do esporte, permitindo sua atuação como ferramenta relacional e territorializada.

Embora a maioria das representações identificadas no Estudo A valorize o esporte como prática comunitária e promotora de bem-estar, um pequeno grupo de entrevistados (6,2%) ativou sentidos ligados ao rendimento, competição e profissionalização. Esses elementos contrastantes (Abric, 2003) também revelam subgrupos orientados por experiências pessoais no alto rendimento esportivo, especialmente entre homens jovens.

A tensão entre rendimento e inclusão, amplamente discutida por Almeida & Gutierrez (2013), evidencia o conflito estrutural entre a função social do esporte e sua captura por agendas performáticas. Mendes & Codato (2015) apontam que o arranjo institucional brasileiro favorece políticas esportivas instáveis e personalistas, com ênfase no alto desempenho. Volf *et al*. (2022)

reforçam que esse modelo tende a restringir o acesso, negligenciando dimensões educativas e inclusivas.

Nos dados do Estudo A, a lógica performática emerge mais como projeto individual do que como diretriz pública, sustentando uma crítica simbólica ao modelo de esporte de alto rendimento. Essa marginalização não representa rejeição ao rendimento, mas a afirmação de práticas orientadas pela participação, pertencimento e justiça social.

7.1.2 Variáveis de Influência Representacional

As representações sociais do esporte variaram conforme setor de atuação, gênero, idade, escolaridade e trajetória individual, confirmando a perspectiva de Jodelet (2001). Dentre as lideranças comunitárias, o esporte foi amplamente associado à transformação social, acolhimento e missão de vida, fundamentado em longas trajetórias de engajamento comunitário. Em contraste, gestores públicos tenderam a expressar representações técnico-instrumentais, indicando maior impessoalidade com o objeto.

A distinção entre representações de lideranças institucionais e comunitárias do esporte, pode ser analisada à luz da configuração estrutural das políticas esportivas municipais no Brasil. Como apontam Mendes & Codato (2015), a gestão esportiva frequentemente reproduz lógicas de burocratização e personalismo, com cargos-chave, como os de Secretário Municipal de Esportes, sendo ocupados por nomeações políticas desprovidas de critérios técnicos. Essa prática compromete a construção de políticas públicas efetivas, sobretudo quando o titular da pasta carece de experiência prévia no campo esportivo, limitando sua capacidade de tomada de decisão estratégica e de articulação com as realidades territoriais.

Embora se compreenda que tais cargos pertençam à lógica da confiança política, a ausência de qualquer vínculo com o campo esportivo fragiliza a mediação entre Estado e sociedade civil. Como enfatiza Iglesiaz Menegaldo *et al* (2015), a formulação de políticas públicas no esporte exige não apenas habilidade técnica, mas capacidade de leitura contextual e diálogo com os sujeitos locais. A falta de equipes técnicas qualificadas e de diagnósticos situacionais pode agravar esse cenário, resultando em planos genéricos, descolados das demandas comunitárias.

A influência do gênero nas representações também foi expressiva. As mulheres mobilizaram com maior frequência os sentidos de acolhimento, saúde e cuidado, reforçando que lideranças femininas atuam com forte investimento relacional nas práticas esportivas populares (Costa, Leite & Fernandes, 2016; Nascimento & Soares, 2018). Ao analisarem o “III

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM", Bertollo e Schwengber (2017) destacam que, mesmo quando inseridas nas estruturas esportivas, as mulheres tendem a operar a partir de um *ethos* de cuidado e equidade, frequentemente em contraposição à lógica da competição e da visibilidade masculina (Guedes & Lima, 2020).

Além disso, estudos como os de Nascimento & Soares (2018 e 2021), Pereira, Santos & Almeida (2022) e Mourão (2000) mostram que, apesar de avanços quantitativos, as mulheres seguem sub-representadas nos cargos de gestão, arbitragem e treinamento esportivo no Brasil. Esse dado é fundamental para entender por que, no Estudo A, mesmo que as mulheres do setor público tenham expressado representações mais relacionais do esporte, ainda que inseridas em estruturas administrativas, suas trajetórias são marcadas por desafios de reconhecimento, o que favorece a adesão a sentidos mais afetivos e de impacto social direto (Oliveira-Silva & Parreira, 2022).

A variável faixa etária revelou padrões representacionais marcantes. Os jovens adultos (até 35 anos) apresentaram discursos fortemente subjetivos, com ênfase na filosofia de vida, transformação pessoal e potencial de profissionalização por meio do esporte. Essa valorização aspiracional remete ao que Spaaij & Ryder (2022) identificaram como projeções da juventude, em que o esporte é visto como caminho de esperança, mobilidade social e reconhecimento. A centralidade de termos como "futuro", "oportunidade" e "sentido" nas falas desse grupo confirma a ativação de um núcleo simbólico fortemente vinculado à construção de projeto de vida.

Entre os idosos (acima de 50 anos), a representação do esporte assume contornos mais reflexivos e educativos, articulando-se à ideia de legado, experiência e valores formativos. Os discursos valorizam o papel do esporte na construção do caráter e na manutenção da saúde física e mental ao longo da vida. Tal concepção foi observada por Santana (2011) ao estudar a dimensão psicossocial da atividade física na velhice, em que os sujeitos associaram o esporte à noção de "vida com mais saúde e qualidade na velhice", pautada em bem-estar, autonomia e socialização contínua.

Já os sujeitos de meia-idade (36 a 50 anos) expressaram discursos mais pragmáticos e institucionais, com foco na política pública, nos desafios operacionais e na gestão esportiva. Essa fase intermediária entre idealismo e legado tende a reforçar visões mais estruturais e menos afetivas do esporte, em consonância com o que Crossman *et al*. (2024) identificam como influência de fatores institucionais e burocráticos típicos de adultos nesse ciclo de vida.

A vivência prévia em projetos sociais esportivos, por sua vez, revelou-se uma variável estruturante. Entre os sujeitos que relataram ter participado de projetos sociais na infância ou

juventude (56% da amostra), a representação do esporte como ferramenta de transformação, acolhimento e filosofia de vida foi quase unânime. Como discutido anteriormente, percebe-se que esse discurso revela uma ancoragem existencial do esporte, não apenas como prática, mas como símbolo de pertencimento, ruptura com trajetórias de vulnerabilidade e constituição de subjetividades políticas. Por contraste, os sujeitos que não vivenciaram essa inserção precoce apresentaram discursos mais técnicos, idealizados ou voltados à gestão, o que reforça o argumento anterior de que as representações do esporte se constituem a partir da materialidade das experiências e não apenas do campo normativo (Jodelet, 2001).

Os resultados indicam que os entrevistados reconhecem o esporte como ferramenta legítima de intervenção social e territorial. Suas motivações para proponência derivam, majoritariamente, de experiências pessoais de transformação, compromissos éticos com seus territórios e do desejo de democratizar o acesso a direitos historicamente negados em regiões periféricas como a Baixada Fluminense.

Identificou-se também que tais motivações frequentemente têm raízes biográficas e coletivas, reforçando o que Bourdieu (1986) denominaria como uma estrutura de disposições incorporadas, ou *habitus*, segundo a qual experiências sociais passadas moldam as práticas e aspirações futuras. Nesse sentido, o esporte opera como vetor de reconversão simbólica e política do capital social, transformando práticas informais em ativismo ou política pública.

Nas lideranças comunitárias, as motivações incluem uma espécie de "insurgência moral" diante da ausência estatal. Ao propor políticas, esses agentes buscam reparar desigualdades históricas por meio de ações que articulam redistribuição de recursos e reconhecimento de identidades, em uma justiça social integrada. Ao reivindicar o esporte como direito, não privilégio, esses proponentes dialogam com a perspectiva de que a justiça social deve incluir simultaneamente reconhecimento cultural e redistribuição material, superando a divisão entre justiça econômica e justiça identitária (Fraser, 1997; Fraser, 2000; Fraser & Honneth, 2003).

Entre os gestores públicos municipais, é notável a predominância de nomeações políticas para cargos estratégicos nas secretarias de esporte. Essa prática, embora comum no sistema político brasileiro, resulta frequentemente na designação de profissionais cuja formação e trajetória pouco dialogam com o campo esportivo. O cargo de secretário municipal de esporte, historicamente reconhecido como uma função de confiança do executivo, reflete as tensões entre a lógica político-partidária e as exigências técnico-administrativas. Em virtude dessa realidade, torna-se imperativo o fortalecimento de equipes técnicas qualificadas, capazes de conferir densidade técnica às decisões políticas (Howlett, Ramesh & Perl, 2009).

Ainda que alguns gestores demonstrem vínculo territorial e comprometimento com o desenvolvimento local, seus discursos frequentemente se alinham à racionalidade institucional da política, marcada por constrangimentos orçamentários, prioridades do executivo e a temporalidade dos ciclos eleitorais. Conforme argumentam Howlett, Ramesh e Perl (2009), o processo de formulação de políticas públicas é caracterizado por intensa disputa intersetorial por recursos, privilegiando áreas tidas como prioritárias e relegando o esporte a uma posição periférica. Tal marginalização, no entanto, não se deve apenas à negligência, mas também à limitada compreensão das múltiplas dimensões sociais do esporte como política pública transversal e intersetorial (Zardo, Souza & Starepravo, 2018).

A instabilidade institucional e a rotatividade nos cargos de gestão são obstáculos recorrentes, comprometendo a continuidade e a sistematização das políticas esportivas. A ausência de critérios técnicos na nomeação dos gestores, combinada à precariedade dos mecanismos de avaliação e à descontinuidade programática, fragiliza o ciclo de políticas públicas, especialmente nas fases de implementação e avaliação (Mendes & Codato, 2015; Howlett, Ramesh & Perl, 2009). Essa fragilidade institucional impede a consolidação de uma memória organizacional e o acúmulo de expertise, elementos essenciais para que a política esportiva se afirme como estratégia de desenvolvimento local.

Outro desafio reconhecido, empiricamente e nos relatos de entrevista, foi a escassez de profissionais técnicos qualificados nas equipes. Essa carência tem limitado a atuação dos gestores a uma esfera muito mais política e dominada por ações eleitoreiras, que se evidencia na ausência de diagnósticos baseados em dados, a formulação de agendas sem respaldo técnico, e a implementação de ações imediatistas, descontextualizadas e com baixa sustentabilidade. A falta de avaliação sistemática agrava esse cenário, culminando em práticas amadoras de gestão pública e na inexistência de planos diretores municipais de esporte, o que compromete a construção de uma identidade política clara para o setor.

Os relatos revelam que a ausência de suporte técnico qualificado prejudica a adoção de "boas práticas" na gestão da pasta, gerando um quadro de racionalidade limitada (Simon, 1957). Diante de recursos escassos e alta complexidade, muitos recorrem a adoção da estratégia de racionalidade ecológica, utilizando heurísticas para tomar decisões rápidas e eficazes, ainda que imperfeitas (Gigerenzer e Selten, 2002). Essa dinâmica se insere no que Peters (2018b) denomina como a "sala de máquinas" da administração pública, espaço onde, longe do escrutínio legislativo e da deliberação pública, gestores públicos traçam alternativas oficiosas para transformar diretrizes em ações concretas. Embora pragmática, essa estrutura revela

limitações institucionais e destaca a necessidade de reforçar capacidades técnicas locais para garantir maior eficiência e legitimidade às políticas públicas.

A análise também revelou que os proponentes enfrentam obstáculos decorrentes da marginalidade urbana institucionalizada, como diria Loïc Wacquant (2008), que descreve como o Estado retrai sua presença nos territórios populares de periferia, em termos de direitos sociais, ao mesmo tempo em que amplia sua presença repressiva. Essa lógica é percebida por entrevistados que denunciam a inexistência de políticas esportivas estruturadas e a ação intermitente do poder público, muitas vezes substituída por projetos pontuais, descontinuados a cada ciclo eleitoral.

As lideranças comunitárias mencionaram a escassez de apoio material, o voluntarismo excessivo e a sobrecarga de trabalho como fatores que comprometem a sustentabilidade de suas ações. Curiosamente, mesmo diante de tantos entraves, o discurso motivacional mantém-se presente, sustentado por um *ethos* de resistência ativa. Os sujeitos demonstram consciência crítica sobre os limites da política estatal, mas continuam mobilizados pela crença de que o esporte pode operar como eixo de transformação, seja pela via institucional ou pela ação popular. Essa tensão entre o desejo de mudança e as barreiras estruturais compõe o cenário conflitante das políticas públicas em territórios periféricos, onde a iniciativa popular frequentemente preenche os vazios deixados pelo Estado.

A política pública de esporte no Brasil é marcada por descontinuidade, baixa articulação federativa e foco desproporcional no alto rendimento, em detrimento do esporte comunitário e educacional, como evidenciado ao longo desse estudo (Almeida & Gutierrez, 2013; Volf *et al*., 2022; Pancotto, 2017; Guedes & Lima, 2020). Essa fragilidade institucional se manifesta também na ausência de mecanismos eficazes de participação popular, com interlocuções limitadas e burocráticas entre sociedade civil e gestão pública. Embora o esporte seja amplamente reconhecido como ferramenta de transformação social, sua implementação carece de continuidade, planejamento, respaldo estrutural, financiamento contínuo e integração intersetorial. Assim, o esporte permanece como um direito simbolicamente valorizado, mas materialmente negligenciado, especialmente em territórios periféricos onde sua efetivação depende mais da mobilização comunitária do que de políticas públicas de Estado.

7.1.3 Conclusão da Discussão – Estudo A

A análise representacional conduzida no Estudo A revelou que o esporte se constitui, para os sujeitos entrevistados, como um objeto social carregado de significados políticos,

afetivos e existenciais. O núcleo central das representações revelou-se ancorado nos sentidos de transformação social, inclusão e formação ética, expressando uma concepção coletiva do esporte como tecnologia social voltada à justiça territorial, ao desenvolvimento humano e à reparação de desigualdades. Esse núcleo se articula de modo transversal aos diferentes perfis sociodemográficos da amostra, indicando a emergência de um consenso representacional sobre o papel do esporte nas periferias urbanas, especialmente na Baixada Fluminense.

Contudo, a força atribuída ao esporte contrasta com sua frágil institucionalização enquanto política pública estatal, revelando uma dissonância entre o reconhecimento normativo do esporte como direito social e a sua materialização efetiva nas agendas municipais. A análise evidenciou que essa dissociação está relacionada a fatores como a rotatividade política, a ausência de critérios técnicos nas nomeações para cargos estratégicos, a carência de equipes qualificadas, a descontinuidade programática e a marginalização orçamentária da área. Tais condições configuram um cenário de baixa capacidade estatal para transformar o reconhecimento simbólico em efetividade institucional.

Os elementos periféricos das representações, como saúde, filosofia de vida e rendimento, cumprem papel estratégico na plasticidade e adaptação do núcleo representacional às vivências concretas dos sujeitos. Especialmente relevantes são os discursos oriundos das lideranças comunitárias, que atribuem ao esporte uma função identitária e insurgente, na medida em que mobilizam práticas de cuidado, pertencimento e resistência em contextos de escassez de políticas públicas estatais. Esse *ethos* de engajamento comunitário, ancorado em experiências prévias com o esporte, sustenta uma gramática política que reivindica o esporte como direito coletivo, e não como privilégio meritocrático ou instrumento de apaziguamento social.

A análise também demonstrou que variáveis como gênero, idade, setor de atuação e trajetória pessoal são determinantes na constituição das representações sociais do esporte. A forte presença de sentidos relacionais entre mulheres, por exemplo, indica a centralidade do cuidado como valor organizador das práticas esportivas populares, enquanto entre os jovens adultos emergem narrativas aspiracionais ligadas à construção de futuro e reconhecimento. Tais achados reiteram que as representações sociais não são universais ou fixas, mas se estruturam a partir da interseção entre *habitus* incorporados, experiências biográficas e posições sociais.

Em síntese, os dados do Estudo A indicam que, embora o esporte seja amplamente reconhecido como ferramenta de transformação social, sua potência depende de mediação qualificada, planejamento técnico e inserção em políticas intersetoriais que garantam continuidade, financiamento e participação democrática. A centralidade simbólica do esporte

entre os sujeitos da Baixada Fluminense constitui um recurso estratégico na luta por justiça social e territorial, mas sua eficácia está condicionada à superação das fragilidades institucionais que ainda limitam sua plena efetivação como direito. Assim, a consolidação de uma política esportiva cidadã exige o fortalecimento do diálogo entre Estado e sociedade civil, a valorização das experiências locais e o compromisso com uma gestão pública pautada pela equidade, transparência e competência técnica.

7.1.4 Limitações do Estudo A

Apesar da densidade analítica alcançada e da riqueza dos dados empíricos, este estudo apresenta algumas limitações que precisam ser explicitadas, tanto em termos metodológicos quanto contextuais, o que contribui para uma leitura crítica e situada dos achados.

A primeira limitação diz respeito ao recorte amostral e geográfico. A pesquisa foi conduzida exclusivamente na região da Baixada Fluminense, um território estratégico, mas heterogêneo e com desigualdades internas significativas. Ainda que os 32 participantes representem uma diversidade de municípios, setores e trajetórias, os resultados não são diretamente generalizáveis para outras regiões do Brasil, onde as dinâmicas de gestão esportiva e as representações sociais podem assumir configurações distintas.

Outro ponto relevante foi a dificuldade de acesso a agendas de secretários municipais de esporte durante o processo de coleta de dados. A lentidão na marcação de entrevistas e o alto grau de rotatividade nos cargos dificultaram a participação de representantes públicos de alguns municípios estratégicos. Esse cenário foi agravado pelo contexto político-administrativo: em razão das eleições municipais realizadas no ano anterior à pesquisa, diversos municípios passaram por mudanças de gestão. Mesmo onde houve reeleição, é prática comum a renovação dos quadros nas secretarias no início de um novo ciclo governamental. Como resultado, muitos dos secretários entrevistados estavam há poucos meses à frente da pasta, o que pode ter limitado sua capacidade de apresentar análises mais estruturadas ou retrospectivas sobre a política esportiva local.

Além disso, é importante reconhecer que o discurso dos sujeitos do setor público pode estar atravessado por condicionantes políticos. Secretários em exercício tendem a alinhar suas falas com a lógica de promoção institucional dos governos que os nomearam, o que pode restringir a espontaneidade e a crítica em suas respostas. Da mesma forma, gestores que ocuparam cargos em gestões anteriores podem mobilizar representações influenciadas por disputas políticas locais e oposicionismos. Tais elementos introduzem ruídos de

intencionalidade política no corpus discursivo, exigindo do pesquisador atenção redobrada durante a análise e interpretação dos dados.

No campo metodológico, uma limitação adicional foi a impossibilidade de realizar uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) robusta para todos os blocos de perguntas, devido à extensão e dispersão semântica dos discursos. Ainda que o IRAMUTEQ tenha sido utilizado com rigor na etapa de análise léxica, a complexidade das falas exigiu triangulação intensa com métodos qualitativos tradicionais, como a Análise de Conteúdo categorial, o que pode ter implicado escolhas analíticas mais interpretativas em determinadas passagens.

Por fim, vale apontar que a proximidade do pesquisador com o campo e com alguns dos sujeitos entrevistados, característica comum em pesquisas desenvolvidas com enfoque em territórios periféricos e redes locais, pode ter favorecido um nível elevado de confiança nas entrevistas – o que é positivo –, mas também introduz o risco de viés de envolvimento. Tal fator foi minimizado por meio da explicitação da posição do pesquisador e do exercício sistemático de reflexividade ao longo da pesquisa.

Reconhecer essas limitações não reduz o valor do estudo, mas fortalece sua integridade metodológica e contribui para a construção de agendas futuras. Investigações comparativas inter-regionais, com maior equilíbrio entre representantes do setor público e do terceiro setor, bem como abordagens longitudinais, que observem transformações nas representações ao longo do tempo, podem ampliar e aprofundar a compreensão do papel do esporte nas periferias urbanas brasileiras.

7.2 ESTUDO B

7.2.1 Perfil Sociodemográfico

A análise inicial da amostra do Estudo B, composta por 486 participantes, revela aspectos sociodemográficos relevantes que transcendem a mera descrição estatística e ganham densidade interpretativa quando lidos à luz das representações sociais do esporte e das dinâmicas estruturais da Baixada Fluminense. A predominância masculina (56,4%) entre os participantes, ainda que moderada, reflete uma tendência historicamente consolidada da maior presença de homens em espaços de prática esportiva, resultado de um processo cultural e político que, por décadas, naturalizou a exclusão ou subalternização das mulheres nas arenas esportivas (Lovisolo, 2010).

Contudo, a expressiva presença feminina (42,2%), com ampla diversidade etária, pode indicar transformações significativas nas dinâmicas de acesso e permanência das mulheres em políticas públicas de esporte. No entanto, o aumento da presença feminina em atividades esportivas nem sempre equivale a um empoderamento pleno das mulheres nesses espaços. Em muitas situações, sua participação ocorre sob parâmetros normativos que ainda reproduzem estereótipos de gênero, seja pela naturalização de modalidades "femininas", seja pela desvalorização simbólica e material de suas trajetórias atléticas (Messner, 2002; Simões & Knijni, 2004).

Os dados etários permitem uma leitura ainda mais aprofundada das transformações nas dinâmicas de acesso e permanência no campo esportivo. Enquanto os homens concentram-se majoritariamente na faixa de 18 a 29 anos (57,3%), as mulheres apresentam uma distribuição etária mais equilibrada e até mesmo invertida, com maior presença nas faixas de 45 a 59 anos (30,2%) e acima de 60 anos (21,2%). Este achado desafia a clássica tendência de evasão esportiva feminina com o avançar da idade, revelando um dado contra-hegemônico que merece ser valorizado. Tal presença reforça a concepção de que o esporte, enquanto política pública, pode funcionar como uma verdadeira tecnologia social de inclusão, sobretudo quando sensível às singularidades dos sujeitos e contextos envolvidos.

Contudo, ao observar a variável escolaridade cruzada com a idade, percebemos que entre os participantes com 60 anos ou mais, predomina significativamente o nível de escolaridade fundamental, com 51 respondentes, frente a apenas 15 com ensino médio e 5 com ensino superior. Esse dado revela um perfil de menor escolarização nesse grupo etário, em contraste com as faixas etárias mais jovens, em que há maior diversidade e níveis educacionais mais elevados. Essa assimetria educacional intergeracional não é apenas um reflexo da desigualdade estrutural no acesso à educação ao longo do tempo, mas também incide diretamente sobre as formas de inserção e experiência desses sujeitos nas práticas esportivas e, mais amplamente, nas pesquisas que as investigam.

A escassa presença de pessoas idosas (5,6% da amostra geral) pode estar agravada por essas desigualdades educacionais. A resistência expressa por parte dos idosos em preencher o questionário por escrito, preferindo a oralidade, aponta para uma dimensão geracional da comunicação e da memória frequentemente ignorada por metodologias padronizadas. Essa resistência está relacionada não apenas à preferência comunicacional, mas a barreiras sociais e cognitivas amplamente documentadas na literatura. Sanecka (2014) argumenta que os estereótipos sobre a velhice e a limitação no uso de tecnologias e meios formais de comunicação criam obstáculos à participação ativa dos idosos, inclusive em pesquisas acadêmicas. Além

disso, Jacelon (2007) destaca que muitos idosos associam os instrumentos escritos à escolarização formal, o que pode gerar desconforto ou insegurança, especialmente entre aqueles com baixa escolaridade. O uso exclusivo de instrumentos padronizados e escritos desconsidera o valor da oralidade como forma legítima de expressão e acesso ao saber na velhice, apontando para a necessidade urgente de metodologias mais sensíveis às características socioculturais e comunicacionais desse grupo etário

Assim, o desafio metodológico enfrentado no engajamento desse grupo etário não deve ser tratado como mero problema técnico ou anomalia estatística. Ele revela, na verdade, uma tensão epistemológica mais ampla em torno dos instrumentos e protocolos de pesquisa, que podem excluir ou silenciar sujeitos cujas experiências escapam aos moldes convencionais. Em termos concretos, isso impõe às políticas públicas e às pesquisas que as subsidiam a necessidade de revisão crítica de seus formatos, para que se tornem verdadeiramente acessíveis, inclusivas e representativas.

A análise da distribuição das modalidades esportivas praticadas pelos participantes dos projetos investigados no Estudo B revela padrões relevantes que se conectam diretamente à estrutura de oferta das políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense. A predominância de atividades como ginástica funcional (19,6%) e caminhada (14,8%) evidenciam o foco de parte considerável dos projetos em práticas voltadas à saúde, prevenção e bem-estar físico, o que sinaliza uma orientação estratégica coerente com os princípios do esporte como direito social e vetor de saúde coletiva, conforme previsto na Lei Geral do Esporte (Lei n.º 14.597/23).

Essas modalidades, caracterizadas por baixa exigência técnica, menor impacto físico e acessibilidade ampliada, apresentam-se como respostas sensíveis às necessidades de determinados segmentos populacionais, especialmente mulheres e pessoas mais velhas, cuja adesão tende a ser favorecida por ambientes acolhedores e práticas não competitivas. Embora ainda não discutamos aqui os sentidos atribuídos ao esporte, já é possível supor que a política pública direciona sua atuação para formatos mais aderentes às condições de vulnerabilidade e exclusão historicamente presentes em territórios periféricos como a Baixada Fluminense. Essa perspectiva segue alinhada à proposta de política pública como ferramenta de enfrentamento e compensação à natureza antissocial da economia centrada no privado, trazida por Saviani (*apud* Chrispino, 2016).

A presença expressiva do futebol (14,3%) e, em menor medida, de modalidades como futsal, vôlei e handebol, demonstra o papel ainda central das práticas tradicionais e hegemônicas no repertório esportivo juvenil masculino, o que sugere uma segmentação da oferta modulada por critérios como faixa etária e gênero. A distribuição das práticas evidencia, portanto, uma

racionalidade seletiva na implementação dos projetos, em que certas modalidades aparecem associadas a grupos específicos, o que pode indicar tanto uma adequação à demanda quanto a reprodução de padrões socioculturais já consolidados. Nesse aspecto, deve-se atentar a internalização das práticas competitivas como mecanismos de controle social e expressão simbólica de status, como apontado por Elias e Dunning (1986).

Em contraposição, a diversidade observada, incluindo modalidades como capoeira, dança, jiu-jitsu e outras práticas de menor frequência, aponta para a heterogeneidade dos projetos analisados e a tentativa, ainda que incipiente, de dialogar com repertórios culturais locais. A presença de atividades com forte enraizamento simbólico e identidade comunitária sugere também uma abertura para práticas menos padronizadas e mais contextualizadas. Essa articulação entre práticas esportivas e identidade cultural foi ressaltada por autores como Huizinga (2020), ao reconhecer o jogo e o esporte como expressões da cultura e da coletividade. No caso da capoeira, por exemplo, sua dimensão afro-brasileira e performativa contribui para o fortalecimento do pertencimento e da memória cultural, como também discutido por Coakley (2009), destacando o papel das expressões esportivas de matriz cultural em contextos de vulnerabilidade.

A média de tempo de permanência de 5,1 anos, com mediana de 4 anos, sugere um perfil misto de engajamento entre os participantes, tanto de longa duração quanto de curta passagem. Essa característica é coerente com achados empíricos sobre a natureza híbrida dos vínculos em programas comunitários, que conjugam estabilidade com rotatividade. Um estudo de Monteiro & Silva (2014), por exemplo, observou que, em programas de atividade física comunitária no Brasil, o tempo médio de permanência foi inferior a dois anos, com alta evasão no primeiro ano (68%), sugerindo desafios estruturais à retenção de participantes, principalmente entre os jovens. Por outro lado, a estabilidade de participação a longo prazo foi identificada como um fenômeno robusto em contextos de coesão social mais forte e envolvimento significativo, como demonstrado por Hyyppä *et al*. (2008), que encontraram correlações moderadas a altas de participação estável em atividades sociais ao longo de 20 anos em uma amostra urbana europeia.

Os dados por faixa etária revelam um padrão coerente com o ciclo de vida, indicando que quanto maior a idade, maior o tempo médio de permanência nos projetos esportivos. Idosos (8,5 anos) e adultos maduros (6,9 anos) apresentam maior estabilidade, enquanto jovens adultos (2,7 anos) tendem a permanecer por menos tempo. Esse padrão evidencia que práticas voltadas ao envelhecimento ativo promovem maior adesão sustentada, conforme demonstrado por Barbosa, Gonçalves & Santos (2020), que identificam impactos positivos da atividade física na

qualidade de vida de usuários do SUS. Por outro lado, as ações voltadas à juventude demandam estratégias mais dinâmicas de mobilização, reinserção e fidelização, considerando o caráter transitório desse grupo em múltiplas esferas da vida. Além disso, como ressaltam Boclin, Faerstein & Leon (2014), fatores como vulnerabilidade social e o contexto de vizinhança influenciam significativamente a participação em atividades físicas, reforçando a necessidade de políticas públicas articuladas.

A associação entre modalidade e tempo de permanência também é relevante. Práticas como hidroginástica (8,1 anos) e caminhada (7,4 anos) apresentam maior tempo médio, reforçando a hipótese de que atividades de menor impacto e com finalidade preventiva tendem a atrair e manter participantes por mais tempo. Em contraste, modalidades de maior intensidade física, como futebol (3,4 anos) e futsal (3,1 anos), apresentam maior rotatividade, provavelmente em função do perfil mais jovem de seus praticantes e das próprias exigências da atividade.

Esse conjunto de informações sugere que a modalidade praticada opera como um mediador estrutural da permanência nos projetos, refletindo diferentes lógicas de engajamento. Práticas voltadas à saúde e bem-estar promovem vínculos duradouros, modalidades mais intensas e competitivas, por sua vez, configuram-se como práticas mais transitórias. Este dado é particularmente relevante para o planejamento de políticas públicas esportivas sensíveis ao ciclo de vida, indicando a necessidade de estratégias distintas conforme o perfil do público-alvo, ressoando nos argumentos de Marques, Almeida e Gutierrez (2007) e no próprio marco da Lei Geral do Esporte (2023), que reforça a necessidade de políticas pluralizadas e territorializadas.

A diversidade de modalidades e os distintos tempos de permanência indicam, em conjunto, que os projetos analisados cumprem, em alguma medida, o papel de inclusão sociodesportiva, ao acolher sujeitos com distintos perfis e trajetórias. No entanto, os padrões identificados também apontam para a necessidade de maior sensibilidade na gestão da permanência, especialmente entre o público jovem e em modalidades de maior rotatividade. Vianna e Lovisolo (2009), ao examinarem dados de inscrição e evasão no Projeto de Inclusão Social (PIS) na Cidade de Deus, observaram que a rotatividade elevada não é um simples reflexo de desinteresse, mas frequentemente de obstáculos logísticos, ausência de escuta ativa e baixa adaptação das práticas às realidades dos participantes. De forma complementar, Bortoletto e Porrovecchio (2018) demonstram que a eficácia dos programas esportivos na inclusão de jovens – especialmente em contextos de vulnerabilidade – depende da consolidação de estratégias de pertencimento e engajamento progressivo, que ultrapassem a mera oferta de

atividades e promovam vínculos identitários e comunitários. Esses achados reforçam a importância de estratégias de gestão sensíveis ao ciclo de vida e à vulnerabilidade social dos participantes.

7.2.2 Importância Subjetiva Atribuída ao Projeto Esportivo

O primeiro eixo de análise da segunda parte do Estudo B evidencia a riqueza e a complexidade das percepções dos beneficiários sobre o esporte enquanto política pública. As respostas à questão "Qual a importância do projeto para você?" revelaram um campo representacional multifacetado, no qual os projetos esportivos são ressignificados como dispositivos de cuidado de si, de pertencimento social e de reorganização subjetiva.

A categoria mais recorrente, melhoria na saúde física e mental (29,8%), destaca o valor atribuído à prática esportiva como promotora de bem-estar integral, especialmente entre mulheres e participantes mais velhos. Esse resultado dialoga com os apontamentos de Coakley (2009), que identifica o esporte como campo privilegiado de prevenção em saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso aos serviços formais de saúde é limitado ou precário. A percepção do esporte como autocuidado também reflete a crescente medicalização da vida cotidiana e o deslocamento da responsabilidade pela saúde para os sujeitos, fenômeno amplamente analisado por Lupton (1995), quando trata das construções sociais em torno da "cultura do corpo saudável".

A segunda categoria, socialização e construção de vínculos (23,3%), reforça o papel do esporte como promotor de redes afetivas e comunitárias, especialmente entre idosos e adultos maduros. Aqui, o esporte se apresenta como um campo de trocas simbólicas, em que se elaboram pertencimentos e se constroem formas de solidariedade. Esse dado corrobora as proposições de Jodelet (2001), ao destacar que as representações sociais não são apenas cognitivas, mas experienciadas na e pela relação com o outro. O projeto esportivo é, nesse sentido, um território relacional e afetivo, em que se atualiza uma dimensão identitária coletiva. Também encontra eco nos argumentos de Elias e Dunning (1986), para quem o jogo e o esporte são rituais de integração que substituem confrontos violentos por sociabilidades reguladas.

Já a categoria lazer, distração e prazer (17,9%) aponta para uma apropriação do projeto esportivo como espaço lúdico e de leveza, contraponto à rotina de pressões e privações, especialmente entre jovens adultos e trabalhadores. Tal percepção remete à dimensão cultural do esporte discutida por Huizinga (2020), que o reconhece como manifestação do *homo ludens*, o ser que joga, que se diverte, que cria cultura. Mais do que uma válvula de escape, o lazer

esportivo é aqui ressignificado como direito, como já defendia a Constituição de 1988 e a própria Lei Geral do Esporte (Lei n.º 14.597/23), que inscreve o lazer como um dos pilares da política esportiva nacional.

As demais categorias, autoestima e motivação pessoal (14,0%), disciplina e rotina (9,9%) e impacto na vida educacional ou profissional (5,1%), embora menos frequentes, evidenciam camadas profundas do efeito subjetivo dos projetos. A recuperação da autoestima, por exemplo, é um marcador importante em populações que vivenciam cotidianamente processos de exclusão, estigmatização ou invisibilização. Como aponta Bourdieu (1999), as práticas esportivas podem funcionar como rituais de reconhecimento simbólico, permitindo que sujeitos ocupem posições mais valorizadas na trama social. Já a internalização de rotinas e compromissos revela o papel do esporte na estruturação do tempo e no fortalecimento da autonomia dos sujeitos, aproximando-se da noção de *habitus*, também proposta por Bourdieu, e do papel normativo do esporte.

Por fim, o impacto relatado na trajetória educacional ou profissional, ainda que minoritário, é um achado relevante, pois evidencia a potência indireta dos projetos esportivos como ativadores de outros circuitos de pertencimento e inclusão. Seja pelo estímulo à continuidade dos estudos, seja pela abertura de horizontes profissionais (como a busca por cursos de formação esportiva), esse resultado incita em nós a reflexão sobre o esporte público, enquanto vetor de mobilidade simbólica e material, especialmente quando articulado a redes intersetoriais de políticas sociais.

Em síntese, os dados revelam que os projetos esportivos analisados atuam não apenas como espaços de prática corporal, mas como ecossistemas de pertencimento, em que experiências esportivas se articulam a trajetórias educacionais e aspirações profissionais. Os seis núcleos temáticos identificados evidenciam que a importância do esporte atravessa dimensões físicas, emocionais, relacionais e estruturais. Vianna e Lovisolo (2009) destacam que, articulados a redes intersetoriais, esses projetos podem catalisar mobilidade simbólica e material, promovendo autoestima, disciplina e acesso a oportunidades formativas. Reconhecer essa função ampliada exige superar visões funcionalistas e considerar o esporte como campo de produção de sentidos. Mais do que mensurar frequência ou desempenho, é essencial captar os efeitos subjetivos e duradouros que fazem do esporte uma política pública com potência transformadora, sobretudo para populações em situação de vulnerabilidade.

7.2.3 Barreiras de Acesso e Permanência em Projetos Esportivos

As dificuldades relatadas pelos participantes para se manterem nos projetos esportivos analisados no Estudo B revelam um conjunto articulado de barreiras estruturais, pessoais e institucionais, que colocam em xeque o ideal de universalização do acesso às políticas públicas de esporte. A existência de entraves recorrentes demonstra que a gratuidade, por si só, não assegura o pleno direito à participação esportiva.

A principal dificuldade apontada pelos participantes, a falta de transporte ou acesso físico ao local (28,9%), evidencia não apenas um entrave logístico, mas o reflexo direto das desigualdades territoriais que marcam a Baixada Fluminense. Essa região, como mostram Silva *et al*. (2020), é caracterizada por uma configuração urbana fragmentada, fruto de um histórico de exclusão socioespacial e da baixa integração entre políticas públicas. A ausência de articulação entre os sistemas de mobilidade urbana e as políticas esportivas compromete a efetividade dos projetos, transformando o que deveria ser um direito acessível em um privilégio localizado. Maranhão, Filho & Santos (2017) demonstram que, nos municípios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a implementação de planos de mobilidade sustentável encontra barreiras institucionais, orçamentárias e técnicas, o que perpetua a invisibilidade de demandas sociais nos territórios vulnerabilizados. Nesse cenário, o acesso ao esporte é mediado por barreiras práticas e simbólicas, que restringem o capital cultural e corporal de populações já historicamente excluídas.

A segunda categoria, problemas de saúde, dor e doenças (21,6%), revela que os sujeitos que mais se beneficiariam pela prática esportiva, como idosos e pessoas com doenças crônicas, são também os que enfrentam maiores barreiras para sua continuidade. Tal cenário revela uma tensão estrutural nas políticas públicas de esporte, que mesmo com propostas de inclusão, muitas vezes negligenciam as condições específicas desses grupos. A revisão de Socoloski *et al.* (2021) identificou que dor, doença e lesões são as barreiras mais citadas entre idosos brasileiros, demonstrando como questões intrapessoais interagem com contextos institucionais excludentes. Além disso, o estudo de Nicolau *et al*. (2014), realizado com idosos institucionalizados em Fortaleza, mostra que a prática de atividade física ainda depende fortemente da mediação de profissionais e da existência de espaços adaptados, recursos, muitas vezes, ausentes em programas públicos. Embora a legislação brasileira, como a Política Nacional da Pessoa Idosa e a nova Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/23), reconheça o direito ao esporte como dimensão da saúde, a ausência de suporte técnico especializado e de infraestrutura acessível compromete sua efetivação. Ocorre então a "universalização abstrata", apropriando-se do conceito trazido por Lima (2011), que se confirma quando as políticas sociais

ignoram as singularidades do ciclo de vida e das condições corporais, transformando o direito em obstáculo.

A falta de tempo/disponibilidade (18,6%) emerge como uma das barreiras mais emblemáticas do conflito entre tempo social e tempo produtivo. Essa limitação foi particularmente marcante entre adultos em idade economicamente ativa, com destaque para as mulheres, cujas rotinas são frequentemente atravessadas pela sobreposição entre trabalho remunerado e responsabilidades de cuidado. Pereira e Raiher (2020), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), evidenciam que a prática esportiva feminina no Brasil está profundamente condicionada por gênero e classe social, sendo o tempo livre um recurso escasso para mulheres pobres, especialmente mães solos. Esses achados reforçam a crítica de que a suposta "igualdade de oportunidades" no acesso ao esporte desconsidera a divisão desigual do trabalho doméstico e o peso desproporcional do cuidado atribuído às mulheres. A dificuldade de reservar tempo para si não é apenas uma questão de escolha individual, mas o reflexo de estruturas sociais que invisibilizam o autocuidado feminino como direito.

Portanto, políticas públicas esportivas precisam incorporar o reconhecimento dessas assimetrias, promovendo ações que garantam espaços de cuidado com suporte institucional, como horários flexíveis, apoio à maternidade e articulação intersetorial com políticas de gênero e assistência social.

O item "problemas financeiros" (9,4%) desmistifica a ideia de que projetos esportivos gratuitos são automaticamente acessíveis. Mesmo na ausência de cobrança direta, os custos indiretos, como transporte, alimentação, vestuário e materiais, constituem barreiras silenciosas, porém eficazes, que limitam a adesão de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Esse dado converge com os apontamentos de Mendes & Codato (2015), que analisam a precariedade institucional das políticas esportivas no Brasil e denunciam a ausência de planejamento intersetorial e de estratégias que compensem desigualdades socioeconômicas reais.

Categorias como "problemas com horário" (8,6%) e "estrutura precária do projeto" (5,4%) reforçam fragilidades internas, como a descontinuidade de atividades, ausência de materiais e a rotatividade de profissionais, que comprometem não apenas a frequência, mas também a confiança dos beneficiários na continuidade das ações. O estudo de Galvão et al. (2019), ao avaliar o Programa Forças no Esporte (PROFESP), identificou que a sustentabilidade e o impacto dos projetos estão diretamente relacionados à estabilidade dos recursos financeiros e à qualificação da gestão local. Esses achados reforçam que políticas públicas de esporte

demandam não apenas investimento inicial, mas continuidade, articulação intersetorial e sensibilidade às dinâmicas reais do cotidiano popular.

As menções à "violência e à insegurança" (3,3%), embora menos frequentes, possuem forte peso simbólico, pois revelam como a permanência esportiva é diretamente impactada pelo contexto urbano violento. Em regiões marcadas pela ausência do Estado e por disputas territoriais armadas, o "direito ao lazer" é muitas vezes negado pelo medo, transformando o território em um espaço de restrição e não de acesso. Schneider *et al*. (2024) demonstram que a fragmentação das políticas de segurança e a ausência de estratégias preventivas integradas contribuem para um ambiente de constante insegurança, especialmente nas periferias urbanas. A civilidade do esporte depende de um ambiente de estabilidade social mínima, condição ainda frágil em áreas marcadas por conflitos armados e ausência do Estado.

Já a categoria "falta de motivação pessoal" (4,2%) remete a fatores subjetivos que, embora menos estruturais, também influenciam fortemente a adesão. Desânimo, cansaço e perda de interesse são sentimentos especialmente presentes entre jovens, e refletem não apenas estados psíquicos, mas também o tipo de vínculo que os projetos conseguem (ou não) estabelecer com seus participantes. Souza *et al* (2024), em consonância com esses achados, destacam que a percepção de insegurança, aliada à ausência de atividades atraentes e à descontinuidade de políticas, mina o engajamento juvenil.

Em síntese, as dificuldades relatadas demonstram que o direito ao esporte, embora formalmente garantido, encontra obstáculos práticos e simbólicos que restringem sua efetivação. Esses dados exigem uma abordagem intersetorial, contextualizada e responsiva por parte das políticas públicas, com foco na superação das barreiras materiais, no reconhecimento das desigualdades de tempo e mobilidade e na valorização da permanência como dimensão essencial da inclusão esportiva. O ideal de universalidade, portanto, só se realiza quando sustentado por estratégias que considerem a diversidade dos sujeitos e as complexidades dos territórios em que vivem.

7.2.4 Motivações para a Participação nos Projetos Esportivos

As motivações relatadas pelos participantes para sua adesão aos projetos esportivos da região evidenciam a prática esportiva enquanto experiência individual, relacional e estrutural. O cruzamento entre os dados empíricos e os referenciais teóricos permite compreender que a participação nesses projetos não responde apenas a desejos individuais, mas emerge da

interseção entre necessidades concretas, mediações institucionais e sentidos simbólicos atribuídos ao esporte em contextos de vulnerabilidade social.

A principal motivação identificada, melhoria da saúde e prevenção de doenças (34,4%), revela uma concepção funcional e terapêutica da prática corporal, predominante entre mulheres e indivíduos com mais de 45 anos. Esses achados estão alinhados ao processo de medicalização da atividade física observado nas últimas décadas, no qual o corpo é concebido como objeto de vigilância constante e autocuidado disciplinado. Embora essa perspectiva tenha sido inicialmente discutida por autores como Lupton (1995), ela ganha contornos específicos no contexto brasileiro, como mostram Magno *et al*. (2020), ao evidenciarem que mulheres tendem a praticar esportes principalmente por recomendação médica, enquanto os homens o fazem por lazer ou competição.

Essa orientação utilitária da prática esportiva se aprofunda em territórios com baixo acesso à atenção básica, onde o esporte público é percebido como ferramenta de prevenção e compensação de déficits estruturais em saúde. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), analisados por Wendt *et al*. (2021), apontam que entre mulheres brasileiras adultas, os principais motivos para a prática esportiva foram “qualidade de vida” e “recomendação médica”, corroborando essa leitura funcional da corporeidade.

A elevada proporção de mulheres que relataram motivos relacionados à saúde também dialoga com os achados de Silva *et al.* (2016), que identificaram a saúde como o principal fator motivacional para idosos em centros de lazer, seguida de sociabilidade e controle do estresse. Tais evidências sugerem que, embora legítimas, essas motivações também podem expressar a internalização de discursos normativos sobre envelhecimento ativo e estética corporal, que recaem de forma mais intensa sobre o corpo feminino, como já alertava Lupton (1995).

A segunda categoria mais citada, bem-estar mental, lazer e qualidade de vida (24,5%), destaca a centralidade das dimensões afetivas e subjetivas como motivadoras da prática esportiva, especialmente em territórios carentes de opções culturais e recreativas. Essa apropriação do esporte como espaço de sociabilidade e alívio emocional reforça sua função simbólica, como evidenciado por Huizinga (2020) ao reconhecer nas práticas lúdicas um papel civilizatório e cultural essencial. No contexto brasileiro, esse valor é reiterado por Maciel *et al*. (2022), que identificaram entre profissionais de saúde e lazer a percepção de que o esporte deve ser promovido não apenas como fator físico, mas como meio de desenvolvimento humano, promoção de vínculos e fortalecimento da cidadania.

Além disso, a presença da categoria “recomendações de profissionais de saúde” (13,8%) indica a inserção dessa prática nas redes formais de cuidado em saúde. Esse fenômeno revela o

potencial, ainda pouco explorado, de articulação intersetorial entre as políticas públicas de esporte e de saúde. Como destacam os princípios do SUS e estudos como o de Wendt *et al*. (2023), o esporte deve ser entendido como parte da promoção ampliada da saúde, indo além do enfoque clínico-curativo. Essa abordagem amplia o alcance do esporte público, ao reconhecê-lo como vetor de bem-estar biopsicossocial e de inclusão, principalmente quando acessado por meio de encaminhamentos institucionais.

As motivações de ordem relacional, como socialização, amizade e pertencimento comunitário, embora menos expressivas em termos absolutos, são fundamentais para compreender o papel simbólico da prática esportiva em contextos de vulnerabilidade. Esses aspectos reforçam a noção de que o esporte atua não apenas como prática física, mas como espaço de reconstrução de vínculos e de produção de sentido coletivo. No caso de idosos e mulheres, em especial, o sentimento de acolhimento e convivência se mostra decisivo para a permanência em atividades esportivas, conforme aponta Pereira e Cavalcante (2019), que identificaram o "contato interpessoal" como uma das principais motivações entre voluntários de eventos esportivos escolares. Esse vínculo social promove uma sensação de pertencimento essencial à saúde subjetiva e à cidadania ativa, sobretudo em territórios marcados por desagregações familiares e sociais.

Quanto à motivação pessoal e disposição física, mais comum entre jovens adultos, observa-se a manifestação da motivação intrínseca conforme descrita na Teoria da Autodeterminação (SDT) de Deci e Ryan (2008). Segundo essa teoria, a adesão sustentada ocorre quando a prática esportiva é vivenciada como significativa, prazerosa e compatível com os valores do sujeito. Estudos como o de Bara Filho *et al*. (2010), ao validarem a Escala de Motivação no Esporte para o contexto brasileiro, confirmaram que fatores como autonomia, competência e pertencimento são centrais para a motivação intrínseca em esportes. Tais achados reforçam a importância de projetos que promovam o engajamento ativo e a valorização subjetiva da prática, indo além de metas instrumentais ou normativas.

Por outro lado, categorias menos expressivas, como indicação de terceiros ou falta de opções, revelam que, para alguns participantes, a prática esportiva surge mais por contingência do que por escolha ativa. Esse dado reforça a importância de políticas públicas capazes de ampliar o repertório cultural e recreativo disponível nos territórios populares, evitando a cristalização do esporte como única alternativa de sociabilidade e lazer. Como observam Zotovici *et al*. (2013), o investimento fragmentado e setorializado em políticas de esporte e lazer pode reforçar desigualdades simbólicas e restringir o repertório cultural das populações periféricas.

Em conjunto, os dados analisados reforçam que a motivação para a prática esportiva é atravessada por múltiplas camadas, como saúde, prazer, pertencimento, reconhecimento, prescrição médica ou simples ausência de alternativas. Essa complexidade exige que o esporte público seja pensado de forma plural e enraizada nos contextos de vida dos sujeitos. Como afirmam Silva (2014) e outros estudiosos da área, uma política esportiva democrática não pode se limitar à oferta de atividades, mas deve dialogar com os sentidos, os desejos e as condições materiais de cada território. Motivar é, nesse sentido, ouvir, reconhecer e dialogar com os sentidos atribuídos pelos próprios beneficiários, condição indispensável para a construção de políticas públicas democráticas e efetivas.

7.2.5 Tarefa de Evocação Livre (análise prototípica)– Representações Sociais do Esporte

A análise das representações sociais do esporte, obtida por meio da tarefa de evocação livre, revelou um campo semântico estruturado predominantemente por significados vinculados à saúde, vitalidade e funcionalidade corporal. A organização quadripolar da matriz, conforme proposta por Abric (1994), evidenciou a centralidade de termos como saúde, força, energia e bem-estar, elementos que configuram um possível núcleo estável e consensual da representação entre os participantes. Essa estrutura corrobora achados anteriores do estudo em questões abertas, especialmente os que identificaram a saúde como principal motivação para participação (34,4%) e como dimensão subjetiva de maior importância atribuída ao projeto esportivo (29,8%).

A centralidade dos termos saúde e bem-estar nas representações sociais do esporte é coerente com estudos como o de Santana (2011), voltado à população idosa, que identificou a saúde, felicidade, dança e ginástica como elementos centrais dessas representações. A prática corporal, nesse contexto, é compreendida como meio de alcançar uma "vida com mais qualidade", marcada por felicidade e autonomia. Essa ancoragem biomédica e funcional da atividade física também se manifesta em políticas públicas voltadas às populações vulneráveis, que tendem a priorizar práticas de baixo impacto e perfil terapêutico, como mostram Menandro (2014) e sua análise sobre gênero nas representações de cuidado em saúde.

A chamada "zona de contraste", na qual emergem termos como convívio, leveza e treino, desloca o foco das funções fisiológicas para os significados relacionais e afetivos do esporte. Esses elementos ressoam com os dados qualitativos obtidos, especialmente entre mulheres e idosos, nos quais a socialização (23,3%) e a vivência do lazer (24,5%) ocupam papel de destaque. Como evidenciado por Santana & Maia (2009), esses significados simbólicos da

prática esportiva são determinantes na adesão e na permanência, atuando como fatores de proteção psíquica e de fortalecimento do sentimento de pertencimento em contextos de fragmentação social. A construção dessas representações está intimamente ligada à experiência cotidiana e aos vínculos interpessoais, como já discutido por Jodelet (2001).

A primeira periferia da matriz evocatória, que inclui termos como superação, determinação e disposição, destaca a centralidade de elementos subjetivos ligados à agência individual. Esses termos se alinham às categorias de "motivação pessoal" e "rotina/disciplina" previamente identificadas, especialmente entre adultos em idade produtiva. Tais aspectos dialogam com a Teoria da Autodeterminação (Self-Determination Theory – SDT), conforme discutida por Deci & Ryan (2008), que propõe que a motivação sustentada decorre da satisfação de três necessidades psicológicas: autonomia, competência e pertencimento. Evidências nacionais reforçam esse modelo, como demonstrado no estudo de Barbosa *et al.* (2019), que validaram o Modelo Hierárquico da Motivação Intrínseca e Extrínseca em escolares gaúchos praticantes de esportes, confirmando que os fatores intrínsecos são os mais fortemente associados à permanência nas práticas.

Por outro lado, a segunda periferia da matriz, onde surgem termos como futebol, disciplina, vitória e título, remete a um imaginário esportivo tradicional, de viés competitivo e institucionalizado. A presença periférica desses termos é compatível com o perfil dos projetos investigados, cujo foco é a inclusão social e o bem-estar, e não o rendimento esportivo. No entanto, sua recorrência, especialmente entre jovens do sexo masculino, evidencia a persistência de representações hegemônicas do esporte como arena de afirmação de masculinidades e conquista. Isso foi amplamente discutido por Russell, Dodd & Lee (2017), ao analisarem a relação entre motivação esportiva, especialização precoce e expectativas de sucesso entre adolescentes, mostrando como o esporte competitivo pode reforçar padrões de gênero e pressão por desempenho.

É relevante observar que essas representações não são excludentes, mas coexistem e se articulam de forma polifônica, conforme propõe a própria Teoria das Representações Sociais. A predominância de uma visão funcional e biomédica do esporte não impede que ele também seja significado como espaço de prazer, socialização, disciplina ou superação. Essa heterogeneidade reafirma o caráter multifacetado da prática esportiva e reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam essa diversidade de sentidos para além de modelos únicos ou normativos.

Dessa forma, os dados obtidos pela evocação livre não apenas validam os achados anteriores do estudo, mas aprofundam a compreensão dos significados subjetivos atribuídos ao

esporte pelos participantes. Revelam ainda os desafios da gestão pública em atender simultaneamente às dimensões terapêuticas, sociais, simbólicas e expressivas do esporte em contextos populares, como a Baixada Fluminense.

7.2.6 Participantes do Gênero Feminino

A estrutura representacional do termo “esporte”, encontrada entre as participantes do gênero feminino, revela um campo simbólico fortemente ancorado em significados ligados ao cuidado de si, ao bem-estar psicoemocional e à construção de vínculos sociais. O núcleo central encontrado, composto por termos como saúde, bem-estar e energia, reforça os achados já discutidos em seções anteriores, nos quais a saúde física e mental foi a principal motivação e justificativa para a permanência nos projetos esportivos por parte das mulheres (41,4% nas motivações; 29,8% na importância atribuída).

Esses dados confirmam a percepção do esporte como estratégia de autocuidado, especialmente em contextos urbanos vulnerabilizados. Lovisolo (2010) e Mourão (2000) destacam como o corpo feminino, historicamente tutelado e disciplinado, torna-se, no esporte, um território de resistência simbólica, reinvenção e afirmação identitária. Essa dimensão é reiterada por Rocha e Frid (2013), que analisaram representações midiáticas da saúde feminina no Brasil e evidenciaram a valorização do corpo ativo, saudável e produtivo como ideal normativo e prático incorporado nas rotinas femininas contemporâneas.

A zona de contraste da matriz, com termos como convívio, leveza e relaxamento, revela o valor atribuído ao esporte como espaço relacional e afetivo. Essa percepção está fortemente presente entre mulheres, que associam a prática esportiva à oportunidade de escapar das pressões cotidianas e de cultivar redes de apoio emocional. Estudos como o de Santana & Maia (2009) demonstram que o bem-estar subjetivo associado à prática corporal decorre, muitas vezes, de experiências de socialização e acolhimento, especialmente entre idosas. Nesses contextos, o esporte assume um papel terapêutico ampliado, funcionando como espaço de troca, fortalecimento de vínculos e proteção emocional em territórios marcados pela fragmentação dos laços comunitários.

A primeira periferia, com termos como superação, disposição e determinação, evidencia a valorização de trajetórias individuais de resistência, especialmente entre mulheres que acumulam jornadas múltiplas de trabalho remunerado, cuidado familiar e tarefas domésticas, contexto que contribui diretamente para a escassez de tempo, mencionada por 18,6% das respondentes, com impacto acentuado entre o público feminino. Nesse cenário, o discurso da

superação opera como forma simbólica de reapropriação do corpo e do tempo, confrontando a lógica da invisibilidade doméstica que ainda marca a experiência cotidiana das mulheres, como discutido por Mourão (2020), ao analisarem a invisibilidade feminina nas conferências nacionais de esporte e lazer no Brasil.

Já os termos da segunda periferia, dança, autoestima, *ballet*, corpo, qualidade de vida, embora menos expressivos quantitativamente, revelam uma dimensão estética e subjetiva fundamental para a compreensão do esporte como prática cultural e identitária. A associação entre esporte e dança, particularmente entre mulheres, remete a práticas tradicionais de expressão corporal, frequentemente associadas a modelos pedagógicos sensíveis às especificidades de gênero, como discutido por Góis Junior & Silva (2009).

Essa estrutura representacional reforça que o esporte, entre as mulheres da amostra, é vivenciado como uma tecnologia de cuidado, empoderamento e pertencimento social. A presença do termo autoestima, mesmo em posição periférica, é especialmente reveladora nesse sentido, pois aponta para o reconhecimento simbólico do corpo esportivo feminino não apenas como saudável, mas também como digno de ser valorizado, olhado e legitimado, inclusive por si mesma.

Esses achados têm implicações diretas para a formulação de políticas públicas de esporte que considerem a variável gênero. Como argumentam Bertollo & Schwengber (2017), é essencial que as políticas públicas de esporte e lazer incorporem transversalmente a perspectiva de gênero, abandonando a lógica da neutralidade e reconhecendo as múltiplas subjetividades e demandas das mulheres, sobretudo em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. Ignorar essas especificidades compromete não apenas a adesão, mas também a permanência e o potencial transformador do esporte como prática cidadã.

7.2.7 Participantes do Gênero Masculino

A estrutura representacional do termo esporte entre os participantes do gênero masculino revela uma ancoragem predominante em significados relacionados à técnica, ao desempenho físico e à lógica competitiva. O núcleo central, composto por termos como saúde, treino, técnica e futebol, evidencia uma concepção do esporte como espaço de aperfeiçoamento corporal, disciplina e rendimento, valores que dialogam com o processo de socialização tradicionalmente associado ao masculino na cultura esportiva brasileira.

Esse padrão é reforçado pelos achados de Moura *et al*. (2014), que analisaram representações sociais da Copa do Mundo e da seleção brasileira entre universitários e

identificaram entre os homens uma evocação marcadamente positiva e performática do futebol, associada a ideias de força, conquista e prestígio. A valorização da técnica, da velocidade e da superação, especialmente entre os homens, reflete a internalização de modelos de masculinidade centrados na competitividade e no domínio físico, frequentemente reforçados por discursos midiáticos e escolares. A presença de termos como força, superação, velocidade, título e determinação na primeira periferia da representação corrobora esse viés de desempenho e excelência técnica como expressão simbólica de virilidade.

O termo futebol, ainda que não o mais frequente, ocupa posição estratégica pela sua alta evocabilidade. Ele simboliza não apenas uma modalidade esportiva, mas um verdadeiro campo de construção simbólica da masculinidade, como argumentam também Albuquerque & Schraiber (2020), que analisaram oficinas terapêuticas de futebol em Brasília. Os autores mostram que, mesmo em contextos de vulnerabilidade psíquica, o futebol funciona como território de afirmação identitária e pertencimento masculino.

Apesar disso, termos como emoção, prazer, diversão e sonho, localizados na segunda periferia, indicam que a representação masculina do esporte não é unívoca. Há abertura, para afetos e subjetividades, sinalizando que o esporte pode também funcionar como espaço de expressão emocional e vivência lúdica. Esses elementos dialogam com dados da amostra que apontam o bem-estar e a qualidade de vida como motivações importantes, especialmente entre homens adultos em fase produtiva.

A zona de contraste, com termos como habilidade, foco e respeito, oferece nuances interpretativas relevantes. Embora não componham o núcleo mais consensual da representação, esses elementos indicam a valorização da prática sistemática, da disciplina e da ética esportiva, dimensões frequentemente negligenciadas em análises centradas apenas no desempenho técnico. Essa perspectiva é sustentada por Oliveira (2011), que destaca a importância de práticas esportivas educacionais que incorporem valores formativos como respeito, responsabilidade e solidariedade, sobretudo em espaços não formais. Tais achados dialogam com a dimensão subjetiva da “importância do projeto”, em que categorias como disciplina, motivação e impacto na vida profissional foram mais frequentes entre homens do que entre mulheres, conforme discutido anteriormente.

Esses resultados oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas esportivas com perspectiva de gênero. No caso dos homens, é necessário reconhecer os códigos simbólicos que operam na adesão e na permanência nas atividades esportivas, ao mesmo tempo em que se desafia a hegemonia da lógica meritocrática e competitiva. Políticas que não

problematizam as representações dominantes correm o risco de apenas reproduzir padrões excludentes sob a aparência de neutralidade.

7.2.8 Representações do Esporte por Grupos Etários

A análise estratificada por grupos etários evidenciou que as representações sociais do esporte entre os participantes do Estudo B não são homogêneas, mas variam de forma significativa conforme o ciclo de vida, revelando a polissemia e a plasticidade semântica do conceito de "esporte". Essa variação é coerente com a perspectiva da Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici (2012) e aprofundada por Jean-Claude Abric (1994), segundo os quais os significados socialmente compartilhados são construídos a partir das experiências concretas dos sujeitos, sendo modulados por variáveis contextuais como idade, gênero e território.

7.2.8.1 Jovens Adultos (18–29 anos): Esporte como Performance e Reconhecimento

Entre os jovens adultos, o esporte é predominantemente representado como um campo de desafio, técnica e superação, com centralidade de termos como força, vitória, futebol, disciplina e habilidade. Essa estrutura simbólica evidencia uma lógica meritocrática e performativa, na qual o esporte é concebido como mecanismo de aprimoramento corporal, conquista de status e pertencimento identitário por meio da excelência física.

Essas representações dialogam com os dados de motivação, nos quais jovens priorizam benefícios ligados à disposição física, autoestima e socialização competitiva. Também se alinham às dificuldades relatadas, como falta de tempo e desmotivação, que revelam a instabilidade típica dessa faixa etária em relação à aderência a projetos regulares.

A centralidade do futebol é particularmente significativa nesse grupo. Como demonstram Moura et al. (2014), jovens universitários do sexo masculino evocam a seleção brasileira e a Copa do Mundo por meio de valores de prestígio, força e orgulho nacional, reforçando o papel do futebol como elemento estruturante da identidade masculina no Brasil. Esse padrão é ampliado por Wachelke (2008), que identifica emoção, gol e clube como os principais organizadores simbólicos entre torcedores brasileiros, especialmente jovens. Esses achados sugerem que, para os homens jovens, o futebol é não apenas uma prática esportiva, mas um ritual de afirmação social.

A predominância dessas representações, ainda que fortemente hegemonizadas, não esgota a experiência esportiva dos jovens. Termos afetivos como emoção, prazer e sonho, embora periféricos, apontam para a presença de subjetividades que desafiam a lógica exclusivamente técnica e competitiva. Assim, as políticas públicas voltadas a esse grupo devem equilibrar os apelos performáticos com espaços de experimentação lúdica, prazerosa e formativa.

7.2.8.2 Adultos em Fase Produtiva (30–44 anos): Equilíbrio entre Saúde e Desempenho

Entre os adultos em idade produtiva, a representação social do esporte adquire um caráter funcional, articulando elementos como saúde, bem-estar, treino e convívio. Ainda que vestígios da lógica performativa permaneçam, evidenciados por termos como força e título, o esporte é cada vez mais associado à manutenção da vitalidade e ao enfrentamento do estresse cotidiano. Essa mudança reflete as pressões contemporâneas do mundo do trabalho e da vida urbana, em que a prática esportiva emerge como estratégia de autogestão física e emocional.

Essa representação se alinha com os achados de Sousa & Barros (2020), que demonstram que adultos com melhor saúde mental e acesso a espaços públicos para atividade física são significativamente mais ativos. A falta de tempo, reportada como um dos principais obstáculos por esse grupo, reforça a importância de políticas públicas que incorporem o esporte como componente do bem-estar no cotidiano, não apenas como atividade extracurricular.

7.2.8.3 Adultos Maduros (45–59 anos): Esporte como Vitalidade e Prevenção

Para os adultos maduros, o esporte deixa de ser sinônimo de competição e passa a ser compreendido como ferramenta de promoção da saúde e da autonomia. Termos como energia, disposição e corpo configuram uma representação centrada na funcionalidade e na prevenção de doenças. Esse padrão confirma os resultados do estudo Peixoto *et al*. (2019), que identificou alta adesão a práticas de atividade física entre pessoas que participavam de programas públicos e possuíam maior nível de escolaridade e apoio social.

A ênfase na saúde preventiva é também corroborada por Silva *et al*. (2023), ao mostrarem que adultos com boa autoavaliação de saúde, hábitos alimentares saudáveis e acesso a espaços públicos para exercício apresentam maior engajamento em atividades físicas. Além disso, esse grupo mostrou maior tempo médio de permanência nos projetos analisados,

sugerindo que modalidades de baixa intensidade, como caminhada e ginástica funcional, têm maior potencial de adesão contínua nessa faixa etária.

7.28.4 Idosos (60+): Esporte como Continuidade e Afeto

Entre os idosos, a representação social do esporte revela uma ênfase marcante em termos como alegria, relaxamento, convívio, disposição e movimento, compondo um campo simbólico centrado no afeto, na vivência lúdica e na manutenção da vitalidade. Embora o aspecto da saúde permaneça presente, ele é ressignificado, não mais como desempenho físico, mas como bem-estar emocional e laços comunitários.

Essa interpretação é confirmada por estudos empíricos que analisam a participação esportiva na velhice. Em pesquisa com idosos participantes dos Jogos Regionais do Idoso (JORI), Simões & Castellano (2017) identificaram que as principais motivações para o engajamento esportivo incluem amizade, companheirismo, prazer pela prática e troca de experiências, todos elementos afetivos e sociais que extrapolam o rendimento físico.

Além disso, a prática de atividade física aparece como catalisadora de redes de apoio social. Benedetti, Schwingel & Torres (2011) demonstraram que idosos fisicamente ativos têm maior engajamento em clubes sociais, associações comunitárias e interações familiares, um indicador claro do papel do esporte na promoção de vínculos e pertencimento.

A análise por grupo etário permite confirmar que o esporte é um objeto social polissêmico, cujos sentidos variam ao longo do ciclo de vida. Se para os jovens ele representa conquista e projeção, e para adultos produtivos funciona como ferramenta de gestão física e emocional, para os idosos ele se configura como um território simbólico de afeto, continuidade e dignidade.

7.2.9 Conclusão da Discussão – Estudo B

O Estudo B teve como principal objetivo compreender os sentidos atribuídos ao esporte por participantes de projetos públicos esportivos em municípios da Baixada Fluminense, com ênfase em suas motivações, dificuldades de acesso e permanência, bem como na estrutura das representações sociais associadas ao termo “esporte”. A investigação combinou dados quantitativos e qualitativos, articulando estatísticas descritivas, análises de frequência e análise estrutural das representações sociais a partir da técnica de evocação livre. O resultado é um

retrato diverso das práticas esportivas e dos significados simbólicos construídos por grupos em contextos marcados por vulnerabilidades históricas e desigualdades estruturais.

A caracterização inicial da amostra revelou um público heterogêneo, com predomínio de adultos jovens do sexo masculino, baixa escolarização e engajamento em modalidades esportivas funcionais, como caminhada e ginástica. As modalidades mais escolhidas indicaram uma convergência entre acessibilidade, funcionalidade e adequação aos perfis sociodemográficos dos participantes. Especificamente, práticas associadas à saúde e ao bem-estar foram majoritárias entre mulheres e idosos, enquanto atividades competitivas e de alta intensidade, como futebol e futsal, concentraram-se entre homens mais jovens. O tempo médio de permanência nos projetos (5,1 anos) e sua variação conforme idade e tipo de modalidade praticada demonstram a existência de padrões distintos de engajamento, mediado por ciclo de vida, gênero e tipo de prática.

No que tange às percepções subjetivas sobre os projetos, os participantes atribuíram significados amplos e variados às suas experiências. Os sentidos mais recorrentes envolveram a melhoria da saúde física e mental, a socialização e a construção de vínculos, o lazer e o prazer, e, em menor grau, o impacto sobre autoestima, rotina e vida profissional ou educacional. Esses dados indicam que os projetos esportivos analisados ultrapassam largamente a função instrumental de "atividade física", funcionando como dispositivos de cuidado, apoio psicossocial e pertencimento comunitário.

As dificuldades enfrentadas para aderir e permanecer nas atividades revelaram-se multicausais. Barreiras estruturais, como a falta de transporte e problemas de saúde, foram as mais recorrentes, seguidas por limitações de tempo, questões financeiras e falhas na estrutura dos próprios projetos. Esses obstáculos incidem de maneira desigual sobre os diferentes segmentos da população: mulheres, idosos e moradores de áreas periféricas estão particularmente expostos a múltiplas formas de exclusão ou desestímulo, o que reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às interseccionalidades que atravessam as experiências desses sujeitos. A constatação de que projetos gratuitos ainda implicam custos indiretos (transporte, vestimenta, alimentação) aponta para a importância de políticas complementares que assegurem a efetividade da gratuidade.

Quanto às motivações para a participação, os dados convergiram com as percepções subjetivas anteriormente descritas. A saúde apareceu como principal vetor motivacional, sobretudo entre mulheres e pessoas acima de 45 anos, seguida do bem-estar emocional, socialização e recomendações médicas. Tais achados evidenciam a centralidade da prática esportiva enquanto recurso de cuidado físico e emocional, com papel complementar ao sistema

de saúde pública. A relação entre motivação e perfil sociodemográfico sugere ainda que o engajamento esportivo é impulsionado por fatores distintos conforme idade, gênero e histórico de saúde, reforçando a necessidade de ações customizadas no âmbito das políticas públicas.

A análise estrutural das representações sociais do esporte, por meio da técnica de evocação livre, permitiu mapear os significados coletivamente compartilhados pelos participantes. O núcleo central da representação foi amplamente dominado por termos como “saúde”, “energia”, “força” e “bem-estar”, indicando uma ancoragem do esporte na dimensão funcional, preventiva e corporal. Todavia, zonas periféricas e de contraste revelaram outros sentidos, como “convívio”, “prazer”, “superação”, “relaxamento” e “título”, os quais compõem um campo representacional heterogêneo, multifacetado e afetivamente investido.

A segmentação dos dados por gênero revelou diferenças significativas. Enquanto as mulheres evocaram o esporte como prática de autocuidado, leveza, socialização e bem-estar, os homens associaram-no com mais intensidade à técnica, disciplina, rendimento e competitividade. Essa cisão simbólica está em consonância com os dados anteriores de motivação, tempo de permanência e modalidades praticadas, reforçando a importância da variável gênero na organização das experiências esportivas. Já a análise por grupos etários revelou um *continuum* representacional: os jovens adultos mobilizaram sentidos voltados à performance, identidade e desafio; adultos em fase produtiva articularam saúde, equilíbrio emocional e socialização; enquanto os idosos evocaram o esporte como vitalidade, alegria, convivência e manutenção da autonomia. Essa trajetória representacional ao longo do ciclo de vida demonstra o papel do esporte como prática relacional e adaptativa, que adquire novos sentidos conforme os sujeitos envelhecem e reconfiguram suas experiências corporais e sociais.

Dessa forma, os resultados do Estudo B permitem afirmar que o esporte, enquanto política pública nos contextos investigados, opera como prática multifuncional e símbolo polissêmico, que conjuga cuidado, pertença, sociabilidade, identidade, prazer e saúde. Os projetos analisados cumprem, ainda que com limitações, um papel central de inclusão social, prevenção em saúde, apoio psicossocial e formação cidadã. Todavia, persistem desafios ligados à equidade na adesão e permanência, à adequação estrutural e à sensibilidade às múltiplas formas de desigualdade (gênero, idade, território, condição física).

Para além da mensuração quantitativa, o estudo mostra que o esporte se constitui como um campo de disputa simbólica e cultural, em que diferentes grupos atribuem sentidos diversos e acionam repertórios específicos. A escuta dos participantes, a análise de suas falas e representações, oferece subsídios valiosos para o redesenho das políticas públicas esportivas, orientando-as para a promoção da justiça social, da diversidade e da permanência qualificada.

As evidências aqui produzidas apontam para a urgência de políticas intersetoriais que articulem esporte, saúde, mobilidade, cultura e educação, de forma integrada e sensível às realidades locais.

O Estudo B reafirma, portanto, que o esporte, enquanto política pública nos territórios periféricos da Baixada Fluminense, é mais do que atividade física: é expressão de cidadania, cuidado, resistência e esperança.

7.2.10 Limitações do Estudo B

O Estudo B apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação e generalização dos seus achados. Tais limitações decorrem tanto de condicionantes operacionais do trabalho de campo quanto de características estruturais da metodologia adotada.

A primeira limitação refere-se à natureza autoaplicada do instrumento de coleta utilizado. Por se tratar de um questionário extenso e de caráter predominantemente discursivo, sua aplicação exigiu um grau mínimo de letramento funcional por parte dos respondentes. Embora a equipe de campo tenha oferecido suporte técnico durante o preenchimento, essa exigência pode ter produzido vieses de exclusão, especialmente entre idosos, pessoas com baixa escolaridade formal ou com dificuldades cognitivas. A observação empírica revelou, inclusive, uma maior resistência de participantes mais velhos em responder por escrito, com demandas recorrentes por mediação oral, o que não foi possível em função da padronização metodológica necessária à análise posterior. Assim, parte do público-alvo potencial dos projetos pode ter sido sub-representada ou mesmo excluída da amostra efetiva.

Outra limitação importante refere-se à extensão territorial e à diversidade sociocultural do universo pesquisado. A Baixada Fluminense é uma região composta por 13 municípios, com mais de 3 milhões de habitantes, caracterizada por marcantes heterogeneidades culturais, institucionais e infraestruturais. A execução da coleta em todos os territórios de forma equitativa mostrou-se logisticamente desafiadora, em especial diante da limitação de recursos humanos e financeiros. A ausência de uma equipe dedicada exclusivamente à coleta de dados impôs desafios operacionais que impactaram o controle amostral e a cobertura territorial plena. Em alguns municípios, a articulação com os gestores locais foi dificultada por instabilidades políticas, o que também comprometeu a capilaridade da coleta. Portanto, ainda que a amostra total seja numericamente expressiva (n= 486), ela não deve ser interpretada como plenamente representativa de todo o território da Baixada Fluminense.

A heterogeneidade dos projetos sociais esportivos investigados representa também um desafio analítico. Apesar da adoção de critérios padronizados de inclusão e categorização, os projetos variam amplamente quanto ao modelo de gestão, perfil dos profissionais envolvidos, estrutura física disponível, modalidades ofertadas e objetivos programáticos. Essa diversidade, embora enriquecedora em termos de análise qualitativa, dificulta a construção de inferências comparativas mais diretas entre diferentes realidades locais. Em muitos casos, as respostas dos participantes refletem contextos muito específicos, dificultando a generalização dos sentidos atribuídos ao esporte enquanto política pública.

Adicionalmente, o desenho transversal do estudo limita a análise de transformações ao longo do tempo. As representações sociais, embora relativamente estáveis, são dinâmicas e contextualmente sensíveis. A ausência de um recorte longitudinal impede a avaliação de processos de mudança nas percepções dos participantes, sobretudo em relação ao engajamento contínuo nos projetos e ao impacto de políticas públicas de médio e longo prazo. Estudos de natureza longitudinal ou etnográfica poderiam contribuir para aprofundar essas dimensões dinâmicas e processuais.

Por fim, destaca-se que, embora a técnica da evocação livre e a análise prototípica com IRAMUTEQ tenham se mostrado metodologicamente potentes, elas operam dentro de um universo simbólico condensado, que exige interpretação cuidadosa. Palavras isoladas, ainda que estatisticamente significativas, precisam ser lidas em articulação com contextos biográficos, culturais e discursivos dos participantes. A triangulação com entrevistas em profundidade ou grupos focais poderia ter ampliado a espessura interpretativa dos dados, oferecendo mais camadas de sentido à compreensão das representações sociais do esporte.

Em síntese, reconhece-se que o Estudo B produziu dados densos e relevantes, mas dentro dos limites operacionais e metodológicos próprios de uma investigação empírica de grande escala, em contexto socialmente vulnerável e institucionalmente complexo. A explicitação dessas limitações, longe de desqualificar os resultados, reafirma o compromisso científico com a transparência, o rigor e a crítica imanente às pesquisas em ciências sociais aplicadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar as representações sociais do esporte a partir de uma perspectiva psicossocial, considerando sua articulação com as políticas públicas implementadas na Baixada Fluminense. Para tanto, foram conduzidos dois estudos complementares e integrados: o Estudo A, baseado em entrevistas com proponentes de políticas públicas de esporte na região, e o Estudo B, que utilizou técnicas projetivas e a evocação livre com beneficiários de projetos esportivos. A articulação entre os dois estudos permitiu uma compreensão multifacetada das representações sociais do esporte, ancoradas tanto nas instâncias institucionais quanto nas experiências dos sujeitos diretamente afetados por essas políticas.

No Estudo A, observou-se que as representações sociais do esporte entre os proponentes estão fortemente marcadas por uma linguagem técnico-burocrática e por uma racionalidade gerencialista, ainda que permeadas por afetos e memórias individuais vinculadas à trajetória pessoal desses atores. A análise evidenciou que o esporte é representado majoritariamente como ferramenta de transformação social, com ênfase em seu potencial para reduzir desigualdades, promover cidadania e garantir direitos. Contudo, essas representações revelaram-se tensionadas pelas limitações estruturais das políticas públicas, como descontinuidade administrativa, precariedade orçamentária e baixa articulação intersetorial. O discurso dos proponentes revelou, por um lado, uma identificação subjetiva com o esporte enquanto prática emancipatória; por outro, a reprodução de lógicas que reforçam a condição periférica do esporte nas agendas governamentais locais.

Já o Estudo B permitiu adentrar as representações sociais do esporte a partir do olhar dos beneficiários diretos das políticas públicas, evidenciando um repertório representacional mais afetivo, cotidiano e situado. A análise das evocações livres e das falas dos participantes revelou a centralidade de elementos como saúde, lazer, bem-estar, socialização e autoestima, compondo uma visão do esporte fortemente associada à experiência concreta do corpo em movimento e às relações estabelecidas nos espaços esportivos. Tais representações se articulam com uma vivência marcada pela escassez de oportunidades e pela luta cotidiana por reconhecimento e pertencimento. O esporte é visto, nesse contexto, não apenas como atividade, mas como espaço de refúgio, afirmação e construção de vínculos.

A comparação entre os dois estudos evidencia tanto convergências quanto assimetrias importantes. Em ambos os grupos, o esporte é compreendido como instrumento de transformação social, ainda que por vias distintas. Entre os proponentes, essa transformação é

frequentemente associada a metas de impacto coletivo, tais como redução da criminalidade, melhoria de indicadores de saúde pública e combate à evasão escolar. Entre os beneficiários, por sua vez, a transformação é vivida de modo imediato, perceptível nas pequenas rupturas com rotinas marcadas pela exclusão, no fortalecimento da autoestima, na ampliação das redes de sociabilidade e no sentimento de pertencimento.

Por outro lado, enquanto os proponentes tendem a ancorar suas representações em categorias da gestão pública e do planejamento estratégico, os beneficiários evocam representações ancoradas na experiência sensível e na concretude dos afetos. Essa dissociação evidencia a existência de um hiato representacional entre quem formula e quem vivencia as políticas públicas de esporte, o que pode contribuir para a reprodução de práticas descoladas das reais necessidades e demandas da população. Tal constatação aponta para a importância de uma escuta qualificada e dialógica na formulação das políticas públicas, que considere as representações sociais como elemento central para a efetividade das ações governamentais.

A articulação entre os dois estudos também permite afirmar que as representações sociais do esporte na Baixada Fluminense não se constroem de forma homogênea ou isolada, mas sim em constante disputa, negociação e atualização. As representações institucionais, ainda que dotadas de poder simbólico e normativo, são tensionadas pelas representações populares, que emergem da prática cotidiana e dos modos de viver o esporte nas periferias. Nesse sentido, a tese reafirma o caráter político e simbólico das representações sociais, compreendendo-as como arenas de luta por sentidos e visibilidade.

Este estudo oferece uma contribuição significativa para o campo das políticas públicas de esporte na Baixada Fluminense ao evidenciar as múltiplas representações sociais que permeiam a construção, implementação e vivência dessas políticas. Ao articular os olhares de proponentes e beneficiários, revela-se um panorama complexo e dinâmico, em que o esporte é simultaneamente política, prática e símbolo. As análises desenvolvidas apontam para a urgência de políticas mais dialógicas, sensíveis às realidades locais e às expectativas dos sujeitos que as vivenciam. Ao iluminar os pontos de tensão entre o que se propõe e o que se vivencia, a pesquisa oferece subsídios teóricos e empíricos que podem orientar gestores, planejadores e agentes públicos no aprimoramento de ações mais coerentes, inclusivas e transformadoras.

Como desdobramento, recomenda-se o aprofundamento de estudos que explorem a relação entre representações sociais e desempenho institucional das políticas públicas, bem como investigações longitudinais que acompanhem os efeitos de programas esportivos na constituição de redes de pertencimento e cidadania na periferia metropolitana. Além disso, seria profícuo ampliar o diálogo entre as políticas de esporte e outras políticas sociais, como saúde,

educação e cultura, a fim de construir uma abordagem verdadeiramente intersetorial e integrada. Fortalecer a escuta das comunidades, valorizar o conhecimento territorializado e compreender o esporte como um direito social são passos fundamentais para a consolidação de políticas públicas de esporte mais democráticas e enraizadas na Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. **L'étude expérimentale des représentations sociales. In: Les représentations sociales.** Presses universitaires de France, 2003. p. 203-223.Coyoacán, 1994.

ABRIC, J.C. **Uma abordagem estrutural às representações sociais**. 2001.

ABRIC, Jean Claude et al. **Prácticas sociales y representaciones.** México: Ediciones, 1994.

ABRIC, J.C. Sistema central, sistema periférico: suas funções e papéis na dinâmica das representações sociais. **Artigos sobre representações sociais**, 1993, 2, 75-78.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015

ALBUQUERQUE, F. P., & SCHRAIBER, L. B. Masculinidad y fútbol: cuestiones de género en una experiencia de rehabilitación psicosocial de hombres en el Distrito Federal, Brasil. **Salud Colectiva**, 16, 5, 2020. https://doi.org/10.18294/SC.2020.2247

ALEXANDRE, M. Representação social: Uma genealogia do conceito. **Revista Comum**, 10(23), 103–121, 2004.

ALMEIDA, M. B., & GUTIERREZ, G. A interface da esfera civil nas políticas públicas esportivas: uma análise habermasiana. **Motrivivência**, (41), 57-70, 2013.

BARA FILHO, M., *et al*. Validación preliminar de una versión brasilera de la Escala de Motivación Deportiva. **Universitas Psychologica**, 10(2), 557–566, 2010.

BARBOSA, M. L. L., *et al*. Validity of The Hierarchical Model of Intrinsic and Extrinsic Motivation in School Sports. **SciELO journals**, 2019.

BARBOSA, F. S., GONÇALVES, M. F., & SANTOS, R. P. Influência da prática de atividade física sobre a qualidade de vida de usuários do SUS. **Saúde e Desenvolvimento**, 22(3), 85–94, 2020

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. 5th. São Paulo: Edições, 70, 276, 2011.

BAUMGARTNER, F. R., & JONES, B. D. Agendas and instability in American politics. **University of Chicago Press**, 1993.

BEHN, R. D. Why Measure Performance? Different Purposes Require Different Measures. **Public Administration Review**, 63(5), 586–606, 2003.

BENEDETTI, T. R., SCHWINGEL, A., & TORRES, T. de L. Physical activity acting as a resource for social support among older adults in Brazil. **Journal of Human Sport and Exercise**, 6(2), 452–461, 2011.

BERTOLLO, L. F., & SCHWENGBER, A. L. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: percurso de uma pré-política de esporte e lazer. **Revista Movimento**, 23(2), 783–796, 2017.
BOCLIN, M., FAERSTEIN, E., & LEON, A. C. M. P. Associação entre atividade física, vulnerabilidade social e contexto de vizinhança em área urbana. **Cadernos de Saúde Pública**, 30(10), 2156–2166, 2014.

BORTOLETTO, N., & PORROVECCHIO, A. Social inclusion through sports. a short comparison of italy and france. **Society Register**, 2(1): 39-58, 2018.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. *In:* J. RICHARDSON (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.

BOURDIEU, P. **The Weight of the World**: Social Suffering in Contemporary Society (P. P. Ferguson, Trans.). Stanford University Press, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.597**, **de 14 de junho de 2023**: Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília. DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14597.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Brasília. DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)**. [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/autoridade-brasileira-de-controle-de-dopagem. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, 42, 391–410, 2008.

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. (2013). **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)** (Versão 0.7 alpha 2). Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC, 2013. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARAVACA MORERA, J. A., *et al*. Theoretical and methodological aspects of social representations. **Reflection** Texto contexto - enferm., 24 (4), Dec, 2015.

CARVALHO, Cristiene Adriana Silva; RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Representações sociais em movimento: construção de conceitos em sujeitos e contextos em transformação. *In*: **Representações sociais para o Antropoceno: perspectivas latino-americanas**. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 357-374.

IGLESIAZ MENEGALDO, Pedro Henrique et al. A relação entre concepções de esporte e as políticas públicas do setor na gestão municipal: uma análise a partir de gestores. **Intercontinental Journal of Sport Management/Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 12, n. 3, 2022.

CHELIMSKY, Eleanor. The Coming Transformations. **Evaluation for the 21st century: A handbook**, p. 1, 1997.
Disponível em? https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=vNlyAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA15&dq=The+coming+transformations+in+evaluation&ots=lGIMEEXsHW&sig=_DbPuaAVJje3p8IQ9jrJYa68Bos#v=onepage&q=The%20coming%20transformations%20in%20evaluation&f=false. Acesso em: 01 jul. 2025.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** Uma visão interdisciplinar e contextualizada. Editora FGV, 2016.

COAKLEY, J. What is sport sociology anyway? *In:* J. COAKLEY & E. DUNNING (Eds.), **Handbook of sports studies**. SAGE Publications, 2009, p. 1–19.

COLE, B., & COOPER, C. Making the trains run on time: the tyranny of performance indicators. **Production Planning & Control**, 16(2), 199–207, 2005.

COSTA, A. M., LEITE, J. A., & FERNANDES, M. C. (2016). Liderança no esporte: visões femininas e práticas comunitárias. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 38(2), 205–218, 2616. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.08.005. Acesso em: 5 jul. 2025.

COUTO, C. G., & ARANTES, R. B. Constituição, governo e democracia no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 21(61), 41–62, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200003. Acesso em: 20 jun. 2025.

CROSSMAN, Sarah et al. Facilitadores e restrições à participação esportiva de adultos: uma revisão sistemática. **Psicologia do Esporte e Exercício** , v. 72, p. 102609, 2024.

DECI, E. L., & RYAN, R. M. Self-Determination Theory: A Macrotheory of Human Motivation, Development and Health. **Canadian Psychology**, 49(3), 182–185, 2008.

Denzin, NK. **Estratégias de investigação qualitativa** (Vol. 2). Sábio, 2008.

DESTRO, Aline Dias. **A inclusão social de adolescentes através do esporte**: o caso de um programa público de esporte na cidade de Curitiba. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

DOISE, W. Debating social representations. *In:* BREAKWELL, G. M. (Ed.). **The empirical study of social representations.** Oxford University Press, 1993, pp. 157–180.

DOISE, W. **Les représentations sociales: définition, concept, analyse.** Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1986.

DRUCKER, P. F. **The new nonprofit almanac and desk reference**: The essential facts and figures for managers, researchers, and volunteers. Independent Sector, Urban Institute: Jossey-Bass, 1997.

DUNN, William N. **Análise de políticas públicas** . Routledge, 2015.

DUNNING, E. **Sport matters:** Sociological studies of sport, violence and civilization. Routledge, 1999.

DURKHEIM, E. Représentations individuelles et représentations collectives. **Revue de Métaphysique et de Morale** 6 (3):273-302, 1898.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Martins Fontes, 1893.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Vozes, 1978

DYE, T. R. **Understanding public policy:** Theories and issues. (14ª ed.). Prentice-Hall, 2013.

ELIAS, N., & DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Blackwell, 1986.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". **Lutas Sociais**, (8), 53–64, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066. Acesso em: 02 jul. 2025.

FRASER, N., & HONNETH, A. **Redistribution or Recognition?** A Political-Philosophical Exchange (J. Golb, J. Ingram, & C. Wilke, Trans.). London: Verso, 2003.

FRASER, N. **Justice Interruptus:** Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition. New York: Routledge, 1997.

FRASER, N. Rethinking Recognition. **New Left Review**, (3), 107–120, 2000.

FREY, K. Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, (21), 211–259, 2000.

GALVÃO, P. G., *et al*. O programa forças no esporte como fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil. **E-Legis − Revista Eletrônica Do Programa De Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados**, 12, 115–148, 2019.

GIGERENZER, G., & SELTEN, R. (Eds.). **Racionalidade limitada:** A caixa de ferramentas adaptativa. MIT Press, 2002

GÓIS JUNIOR, E., & SILVA, L. M. M. Modernismo, raça e corpo: Fernando de Azevedo e a questão da saúde no Brasil (1920–1930). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 30(2), 39–56, 2009.

GUBA, E. G. **Avaliação de quarta geração** (Vol. 294). Sábio, 1989.

GUEDES, C. M., & LIMA, A. F. Esporte e gênero: uma análise crítica das políticas públicas para as mulheres (2004–2019). **Revista Katálysis**, 23(1), 45–60, 2020.

HATRY, H.P. **Medição de desempenho**: obtendo resultados. Washington, DC: Urban Institute Press, 1999.

HILL, M., & HUPE, P. **Implementando políticas públicas**: Governança na teoria e na prática. Sábio, 2002.

HOWLETT, M., & RAMESH, M. (2006). Globalização e a escolha dos instrumentos de governança: os efeitos diretos, indiretos e de oportunidade da internacionalização. International Public Management Journal, 9 (2), 175-194.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. Globalização e a escolha dos instrumentos de governança: os efeitos diretos, indiretos e de oportunidade da internacionalização. **International Public Management Journal** , v. 9, n. 2, p. 175-194, 2006.

HOWLETT, M., RAMESH, M., & PERL, A. **Estudando políticas públicas:** ciclos e subsistemas de políticas (Vol. 3). Oxford: Oxford University Press, 2009.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens:** O jogo como elemento da cultura. Trad. J. P. Monteiro & N. Cunha. Editora Perspectiva, 2020.

HYYPPÄ, M. T., *et al*. Long-term Stability of Social Participation. **Social Indicators Research**, 88(2), 389–396, 2008.

JACELON, Cynthia S. Participação de idosos em pesquisas. **Enfermeira pesquisadora**, v. 14, n. 4, 2007.

JENKINS-SMITH, H.C, & SABATIER, P.A. O estudo dos processos de políticas públicas. **Saúde da Nação**, 135-142, 1993.

JODELET, D. **As representações sociais:** Um domínio em expansão (Org.). Eduerj, 2001.

JUNQUEIRA, L. A. **A descentralização da política de saúde:** A experiência de Belo Horizonte (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies** (2ª ed.). Longman, 2003.

LASSWELL, H. D. **Politics:** Who gets what, when, how. Free Press, 1951.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: Dilemas do indivíduo no serviço público. Fundação Russell Sage, 2010.

LOVISOLO, H. R. Mulheres e esporte: processo civilizador ou (des) civilizador. **Logos: Comunicação e Esporte**, 25(2), 29–38, 2010.

LOWI, T. J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, 32(4), 298–310, 1972.

LUPTON, Deborah. **O imperativo da saúde:** Saúde pública e o órgão regulamentado. 1995.

Maciel, M. G., *et al*. Reflections on the understanding of leisure and health professionals regarding this interface. **SciELO journals**, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.6084/m9.figshare.21755468.v1. Acesso em: 01 jul. 2025.

Magno, F., *et al*. Factors Related to Sports Participation in Brazil: An Analysis Based on the 2015 National Household Survey. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 17(17), 6011, 2020.

MARANHÃO, I. G. DE O., FILHO, R. D. O., & SANTOS, E. M. DOS. The governmental perspective in the urban mobility plan-making: the case of peripheral municipalities of the rio de janeiro metropolitan area. **Revista Produção e Desenvolvimento**, 3(3), 117–135, 2017.

MARQUES, R. F. R., DE ALMEIDA, M. A. B., & GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, 13(3), 225-242, 2007.

MAZMANIAN, D. A., & SABATIER, P. A. **Implementation and public policy**. Scott, Foresman & Company, 1989.

MELO, V. A. Políticas públicas e esporte no Brasil: Entre a omissão e a fragmentação. **Revista Movimento**, 2009.

MENANDRO, M. C. S. As representações sociais da saúde e de seus cuidados para homens e mulheres idosos. **Saude soc**. 23 (2), apr-jun, 2014.

MENDES, A., & CODATO, A. A configuração institucional da política esportiva no Brasil: organização, evolução e dilemas. **Revista de administração pública**, 49 (3), 563-593, 2015.

MINAYO, M. C. S. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; 1995.

MOLINER, P., & VIDAL, J. Stéréotype de la catégorie et noyau de la représentation sociale. **Revue internationale de psychologie sociale**, 16(1), 157-176, 2003.

MONTEIRO, G. R., & SILVA, R. J. dos S. The Length of Stay in Community Physical Activity Program Does Not Exceed Two Years. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, 16(6), 608–617, 2014.
MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** Investigações em psicologia social (6.ª ed.). Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Social Representations**: Explorations in Social Psychology (Ed. G. Duveen). NYU Press, 2001.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. *In:* FARR, R. & MOSCOVICI, S (Eds.). **Social representations**. Cambridge University Press, 1984, p. 3–69.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. (1961). La psychanalyse, son image et son public. **Presses Universitaires de France**, 1961

MOURA, G. B. DE, ARAÚJO, L. S. DE, CLEMENTINO, A. E. M., & TEOTÔNIO, P. de C. Representações sociais da Copa do Mundo, da FIFA e da seleção brasileira de futebol **Psicologia E Saber Social**, 3(1), 154–159, 2014.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, 6(13), 5–18, 2000.

MULLER, P., & SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Educat, 2002.

NASCIMENTO, G. A., & SOARES, A. J. G. Treinadoras e auxiliares do futebol de mulheres no Brasil: subversão e resistência na liderança esportiva. **Revista Movimento**, 27, e27017, 2021.

NASCIMENTO, R. A., & SOARES, M. L. (2018). O papel das mulheres no desenvolvimento de esportes comunitários. *In:* **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2018, p. 1–12. Disponível em: https://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2018/CONBRACE2018/paper/view/8762

OLIVEIRA, V. D. S. A. Políticas públicas em esportes no Brasil. **Universitas Jus**, 22(2), 197–224, 2011.

OLIVEIRA, M. de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, 13(22), 67–94, 2012.

OLIVEIRA-SILVA, M., & PARREIRA, C. S. Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. **Revista Estudos Feministas**, 30(1), e67586, 2022.

OSTI, A., SILVEIRA, C. A. F., & BRENELLI, R. P. Representações sociais–aproximando Piaget e Moscovici. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, 5(1), 35-60, 2013.

PANCOTTO, H. P. (2017). O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. Conexões: **Educação Física, Esporte e Saúde**, 15(2), 142171.

PATTON, M.Q. Métodos de pesquisa e avaliação qualitativa: integrando teoria e prática. **Publicações Sage**, 2014.
PEIXOTO, S. V., *et al*. (2019). Physical activity practice among older adults: results of the ELSI-Brazil. Revista De Saude Publica, 52, 2019.

PEREIRA, H. A., Cavalcante, C. E. Eventual voluntary motivation in sports in youth school games in brazil. **Holos**, 7, 1–30, 2019.

PEREIRA, M. C., RAIHER, A. P. A prática esportiva feminina no Brasil: ênfase na condição de pobreza. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, 42(2), 2020.

PEREIRA, L. C., SANTOS, M. A., & ALMEIDA, R. M. Mulheres no esporte: oportunidades, representatividade e desafios nas estruturas institucionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 44(2), 110–125, 2022.

PETERS, B.G. **A política da burocracia:** Uma introdução à administração pública comparada. Routledge, 2018b.

PETERS, B.G. **Política pública americana:** promessa e desempenho. Cq Press, 2018a.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementação: Como grandes expectativas em Washington são frustradas em Oakland; Ou por que é incrível que programas federais funcionem, sendo esta uma saga da Administração de Desenvolvimento Econômico contada por dois observadores compreensivos que buscam construir a moral sobre uma base sólida**. Univ of California Press, 1984.

RATEAU, P., *et al.* (2012). Social representation theory. *In:* VAN LANGE, P. A. M.; KRUGLANSKI, A. W. & HIGGINS, E. T. (Eds.). **Handbook of theories of social psychology**. Vol. 2. SAGE, 2012, p. 477–497.

ROCHA, E., & FRID, M. In Perfect Shape Media Representations of Women's Health in Brazil. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, 4(9), 474, 2013.

RODRIGUES, R. B. **Gestão de políticas públicas**. Editora FGV, 2011.

ROSSI, P. H., LIPSEY, M. W., & FREEMAN, H. E. **Evaluation:** A Systematic Approach. (7th ed.) Thousand Oaks, Calif.: Sage, 2004.

RUSSELL, W. D., DODD, R., & LEE, M. Youth Athletes' Sport Motivation and Physical Activity Enjoyment across Specialization Status. **Journal of Contemporary Athletics**, 11(2), 2017.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Sá, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. EdUERJ, 1998.

SACHS, I., LOPES, C. E. P., & DOWBOR, L. **Democratizar a democracia**: Os caminhos da democracia participativa. Vozes, 2010

SANECKA, A. Barreiras sociais à comunicação eficaz na velhice. **Revista de Educação, Cultura e Sociedade**, 5 (2), 144-153, 2014.

SANTANA, M. da S. (2011). Dimensão psicossocial da atividade física na velhice. **Fractal: Revista De Psicologia**, 23(2), 337–352, 2011.

SANTANA, M. da S., & Maia, E. M. C. (2009). Atividade Física e Bem-Estar na Velhice. **Fractal: Revista De Psicologia,** 11(2), 225–236, 2009.

SCAGLIA, A. J., & GALATTI, L. R. Esporte educacional e valores humanos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2015.

SCHNEIDER, M., *et al*. A violência urbana no brasil atual: desafios para o sistema de segurança pública. **RCMOS**, 1(2), 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** Conceitos, esquemas de análise, casos práticos (2ª ed.). Cengage Learning, 2012.

SECCHI, L., COELHO, F. S., & PIRES, V. **Políticas públicas:** conceitos, casos práticos, questões de concursos (3ª ed.). Cengage Learning, 2020.

SILVA, C. L. da. (2014). A atuação do profissional de Educação física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 17(1), 2014.

SILVA, A. N. C. da, Castanho, *et al*. Fatores motivacionais relacionados à prática de atividades físicas em idosos. **Psicologia em Estudo**, 21(4), 677–685, 2016.

SILVA, P. C. B. da, *et al.* (2020). Cenários de desigualdades territoriais no Brasil: um estudo sobre a Baixada Fluminense (RJ). **Brazilian Journal of Development**, 6(9), 72767–72779, 2020.

SILVA, A. S. da, *et al.* Correlates of Physical Activity in Brazilian Older Adults: The National Health Survey 2019. International Journal of Environmental Research and Public Health, 20(3), 2463, 2023.

SIMÕES, R., & CASTELLANO, S. M. Esporte e idosos: jogar, competir e viver. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 29–41, 2017.

SIMÕES, A. C., & KNIJNIK, J. D. (2004). O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004.

SIMON, H. A. **Models of Man, Social and Rational:** Mathematical Essays on Rational Human Behavior in Society Setting. New York, NY: Wiley, 1957.

SOCOLOSKI, T. da S. *et al*. Barreiras para a prática de atividade física em idosos: revisão de escopo de estudos brasileiros. **Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde** [Internet], 26, 1–8, 2021.

SOUSA, N. F. S., & BARROS, M. B. A. Level of active aging: Influence of environmental, social and health-related factors. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, 90, 104094, 2020.

SOUZA, N. B. B., *et al*. A extinção do Ministério do Esporte no Brasil: uma análise da seção temática v. 31 n. 60/2019 da revista Motrivivência. **Motrivivência**, 35(66), 1–16, 2023.

SOUZA, Xisto Serafim de Santana de et al. ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB. **ARACÊ** , v. 6, n. 1, pág. 231-243, 2024. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/585/1347. Acesso em: 01 jul. 2025.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, 8(16), 20–45, 2006.

SOUZA, D.L.D; CASTRO, S.B.E.D; E MEZZADRI, F.M. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 26 (03), 419-430, 2012.

SPAAIJ, R., & RYDER, S. (2022). Sport, social mobility, and elite athletes. *In:* WENNER, L. A. (Ed.), **The Oxford Handbook of Sport and Society**. Oxford University Press, 2022, p. 668–684.

LIMA, Luiz Antonio de Oliveira. O princípio da universalização em Rawls e Habermas: uma avaliação crítica. **Revista Direito GV**, v. 7, p. 237-258, 2011.

STAREPRAVO, F. A., NUNES, R. J. S., & MARCHI JÚNIOR, W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do grupo de trabalho temático do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In:* **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador**, s/n, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, p. 1-11, 2002.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade social das organizações**: Contribuições para o fortalecimento da cidadania. Editora FGV, 1999.

TUBINO, M. J. G. O esporte como direito social no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2003

TUBINO, M. J. G. (2001). **Dimensões sociais do esporte**. Editora Cortez, 2001.

VALA, J., & CASTRO, P. Pensamento social e representações sociais. **Psicologia social** (9ª edição revista e actualizada), 569-602. 2013.

VERGÈS, P. L'analyse prototypique: Une méthode pour l'étude des représentations sociales. *In:* C. GUIMELLI, C. (Ed.), **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Toulouse: Érès, 1992, p. 95–118.

VIANNA, J. A., & LOVISOLO, H. R. (2009). Projetos de inclusão social através do esporte: Notas sobre a avaliação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 30(2), 59–74, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333863045. Acesso em: 10 jul 2025.
VOLF, K., *et al*. Evidence of the impact of sport policies on physical activity and sport participation: A systematic mixed studies review. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 14(4), 697–712, 2022.

WACHELKE, J., & WOLTER, R. P. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 27(4), 521–526, 2011.

WACHELKE, J. Brazilian fans' social representations on soccer. (Representaciones sociales de los hinchas brasileños sobre fútbol). **Ricyde. Revista Internacional De Ciencias Del Deporte**, 4(13), 1–19, 2008.

WACQUANT, L. **Condenados da Cidade:** Estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2008.

WAGNER, W. The social functions of social representations. **Papers on Social Representations**, 29(1), 1–27, 2020.

WEISS, C. (1998). Evaluation: Methods for studying programs and policies. Prentice-Hall.

WENDT, A., *et al*. Motivation for participation in sports among Brazilian adults: National Household Sample Survey - 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26, 3535–3542, 2021.

WENDT, A. T., *et al.* Leisure-Time Physical Activity in a Southern Brazilian City (2004-2021): Applying an Equity Lens to Time-Trend Analyses. **Journal of Physical Activity and Health**, 1–9, 2023.

ZARDO, A. F., DE SOUZA, J., & STAREPRAVO, F. A. (2018). Gestores do esporte e visões de política esportiva no Brasil (1937-2016): uma abordagem sociológica. **Motrivivência**, 30(53), 119-133.

ZOTOVICI, S. A., *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade. **Licere**, 16(3), 1–29, 2013.

Anexo I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO A)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Políticas Públicas de Esporte na Baixada Fluminense: Um Estudo de Representações Sociais". O objetivo desta pesquisa é investigar as Representações Sociais do Esporte entre proponentes de políticas públicas de esporte, sejam autoridades públicas ou lideranças do terceiro setor, na Baixada Fluminense. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thiago de Sousa Rosa, ele é doutorando em Psicologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, que incluirão registros de áudio e anotações durante as sessões, todas as quais terão duração média de 15 a 20 minutos, sendo realizadas individualmente, conforme o cronograma da pesquisa. Essas entrevistas acontecerão em locais convenientes e acessíveis para os participantes, incluindo espaços comunitários ou acadêmicos.

A sua participação nessa entrevista não produz risco eminente a sua saúde, ainda assim, caso você se sinta mal por qualquer motivo durante a realização da pesquisa, o pesquisador responsável lhe dará todo o suporte necessário para garantir o pronto atendimento médico. A entrevista tem como foco discutir suas percepções e experiências sobre políticas públicas de esporte e lazer. Os resultados da pesquisa poderão contribuir diretamente para uma melhor compreensão das percepções sobre o esporte e melhorias nas políticas públicas da região

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa através da publicação de artigos e da tese.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 96442 0988, pelo e-mail thiagosrosa@ufrrj.br, e presencialmente no Departamento de Psicologia do Instituto de Educação da UFRRJ, BR 465, Km7, CEP: 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE 85715424.9.0000.0311. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o pesquisador.

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:
http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade.
Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____
Assinatura: _____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do(a) participante:

_____

Assinatura:

_____ local e data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver):

_____

Assinatura:

_____ Local/data: _____

Anexo II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO B)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Políticas Públicas de Esporte na Baixada Fluminense: Um Estudo de Representações Sociais". O objetivo desta pesquisa é investigar as Representações Sociais do Esporte entre beneficiários de políticas públicas de esporte, sejam participantes de programas, projetos ou eventos, na Baixada Fluminense. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Thiago de Sousa Rosa, ele é doutorando em Psicologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a).

As informações serão obtidas por meio de um questionário de perguntas abertas e fechadas, com tempo médio para o preenchimento de 15 a 20 minutos, sendo realizado individualmente, conforme o cronograma da pesquisa. Esse questionário será aplicado preferencialmente no local da atividade, antes ou depois do horário de participação.

A sua participação nessa pesquisa não produz risco eminente a sua saúde, ainda assim, caso você se sinta mal por qualquer motivo durante a realização da pesquisa, o pesquisador responsável lhe dará todo o suporte necessário para garantir o pronto atendimento médico. O questionário tem como foco discutir suas percepções e experiências sobre projetos, programas e/ou eventos na área de Esporte & Lazer. Os resultados da pesquisa poderão contribuir diretamente para uma melhor compreensão das percepções sobre o esporte e melhorias nas políticas públicas da região.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa através da publicação de artigos e da tese.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o pesquisador através do telefone (21) 96442 0988, pelo e-mail thiagosrosa@ufrrj.br, e presencialmente no Departamento de Psicologia do Instituto de Educação da UFRRJ, BR 465, Km7, CEP: 23890-000.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE 85715424.9.0000.0311. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o pesquisador.

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade.
Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante:

_____

Assinatura:

_____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do(a) participante:

_____

Assinatura:

_____ local e data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver):

_____

Assinatura:

_____ Local/data: _____

Anexo III - INSTRUMENTO DE PESQUISA (ESTUDO A)



APENAS PARA O USO DA EQUIPE

Data: |____|____| / |____|____|/ |____|____|____|____|

Local:_____

Aplicador:_____

Hora de início: |____|____|: |____|____|Hora de término: |____|____|: |____|____|

o Preenchimento com interrupção

o Aplicado como entrevista

Observações:

_____

_____

_____

_____Nome do voluntário:_____

_____

ID: |_____|

UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
LABORATÓRIO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL - LAPPSO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Instruções

- Por favor, leia todas opções de resposta até o final, antes de responder a cada pergunta.
- Mesmo que você não se lembre, com precisão, da situação abordada na pergunta, tente responder da forma mais aproximada possível. Não deixe perguntas ou itens em branco.
- Para todas as perguntas, há sempre uma resposta que se aplica melhor ao seu caso.
- Note que o questionário possui perguntas na frente e no verso, favor preencher todas as questões com atenção.

Qualquer dúvida consulte o aplicador. Obrigado!

PARTE 1: DADOS DEMOGRÁFICOS

1.1. Qual seu gênero?
1.2. Qual a sua idade?
1.3. Qual sua instituição de vínculo?
1.4. Qual seu cargo nessa instituição?
1.5. Há quanto tempo atua nessa função?
1.6. Qual seu grau de escolaridade?
1.7. Qual sua área de formação?

PARTE 2: PERCEPÇÕES SOBRE O ESPORTE COMO POLÍTICA PÚBLICA

2.1. Na sua opinião, o que é o esporte?
2.2. Como você descreve o papel do esporte na região da Baixada Fluminense?
2.3. Você participou anteriormente como aluno e/ou professor em projetos sociais?
2.4. Quais os motivos que despertaram em você o interesse pela atuação como proponente de políticas públicas de esporte?

2.5. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de políticas públicas de esporte na região?

2.6. Qual você acredita ser o seu papel enquanto proponente de políticas públicas de esporte na região?

2.7. Como você avalia a quantidade de oferta pública de esporte na sua região? (ótima; boa; suficiente; pouca ou insuficiente; muito pouca ou nenhuma)

2.8. Como você avalia a qualidade da oferta pública de esporte na sua região? (ótima; boa; suficiente; pouca ou insuficiente; muito pouca ou nenhuma)

2.9. Na sua opinião, o esporte atualmente é uma prioridade nas políticas públicas locais?

2.10. Cite as políticas públicas de esporte mais relevantes implementadas sob sua gestão.

PARTE 3: AVALIAÇÃO FINAL

3.1. Gostaria de adicionar mais alguma observação ou sugestão relacionada ao estudo?

Deseja receber os resultados dessa pesquisa? Favor entrar em contato com o pesquisador responsável Thiago Rosa através do e-mail: thiagosrosa@ufrrj.br

Agradecemos muito pela sua participação!

Anexo IV - INSTRUMENTO DE PESQUISA (ESTUDO B)



APENAS PARA O USO DA EQUIPE

Data: |____|____| / |____|____|/ |____|____|____|____|

Local:_____

Aplicador:_____

Hora de início: |____|____|: |____|____|Hora de término: |____|____|: |____|____|

o Preenchimento com interrupção

o Aplicado como entrevista

Observações:

_____

_____

_____

_____Nome do voluntário:_____

_____

ID: |_____|

UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
LABORATÓRIO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL - LAPPSO

EVOCAÇÃO LIVRE

A seguir irei escrever no quadro uma palavra, que servirá como TERMO INDUTOR. Então você escreverá abaixo, em cada linha, as cinco primeiras palavras que vierem a sua cabeça relacionadas ao termo escrito.

Após escrever as palavras você irá enumerar (dentro do "□"), em ordem de importância do 1 ao 5 (onde o "1" é o mais importante e o "5" o menos importante).

_____ □

_____ □

_____ □

_____ □

_____ □

QUESTIONÁRIO

Instruções

- Por favor, leia todas opções de resposta até o final, antes de responder a cada pergunta.
- Mesmo que você não se lembre, com precisão, da situação abordada na pergunta, tente responder da forma mais aproximada possível. Não deixe perguntas ou itens em branco.
- Para todas as perguntas, há sempre uma resposta que se aplica melhor ao seu caso.
- Note que o questionário possui perguntas na frente e no verso, favor preencher todas as questões com atenção.

Qualquer dúvida consulte o aplicador. Obrigado!

PARTE 1: DADOS DEMOGRÁFICOS

1.1. Gênero: _____

1.2. Idade: _____

1.3. Nome do projeto ou evento que participa: _____

1.4. Grau de escolaridade:

- ( ) Fundamental incompleto
- ( ) Fundamental
- ( ) Ensino médio
- ( ) Ensino superior
- ( ) Pós-graduado

1.5. Profissão: _____

1.6. Qual exercício físico pratica e quantas vezes por semana?

_____

_____

_____

PARTE 2: PERCEPÇÕES SOBRE O ESPORTE COMO POLÍTICA PÚBLICA

2.1. Qual o esporte/exercício físico você pratica nesse projeto/evento?

_____

2.2. A quanto tempo participa desse projeto/evento?

_____

2.3. Qual a importância desse projeto/evento para você?

_____

_____

_____

2.4. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para participar do projeto/evento?

_____

_____

_____

2.5. Quais os principais motivos para você participar desse projeto/evento?

_____

_____

_____

PARTE 3: AVALIAÇÃO FINAL

3.1. Gostaria de adicionar mais alguma observação ou sugestão relacionada ao estudo?

_____

_____

Deseja receber os resultados dessa pesquisa? Favor entrar em contato com o pesquisador responsável Thiago Rosa através do e-mail: thiagosrosa@ufrrj.br

Agradecemos muito pela sua participação!

Anexo V - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas Públicas de Esporte na Baixada Fluminense: Um Estudo de Representações Sociais

Pesquisador: Thiago de Sousa Rosa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85715424.9.0000.0311

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.378.525

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2445035.pdf	08/01/2025 13:37:45		Aceito
Outros	INSTRUMENTO_ESTUDO_B.pdf	30/12/2024 20:36:09	Thiago de Sousa Rosa	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_ESTUDO_A.pdf	30/12/2024 20:35:42	Thiago de Sousa Rosa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_TESE.pdf	30/12/2024 20:34:09	Thiago de Sousa Rosa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ESTUDO_B.pdf	30/12/2024 20:32:59	Thiago de Sousa Rosa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ESTUDO_A.pdf	30/12/2024 20:32:51	Thiago de Sousa Rosa	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_THIAGO_ROSA.pdf	30/12/2024 18:30:40	Thiago de Sousa Rosa	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SEROPEDICA, 13 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))